



Paula Adriene Duarte Saladini

**Traçados de esperança na escuridão: Investigações sobre
a pertinência do uso do conceito de resiliência na
Psicanálise contemporânea**

Tese de Doutorado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Monah Winograd
Co-Orientador: Prof. Ney Klier Padilha Netto

Rio de Janeiro,
Outubro de 2021



Paula Adriene Duarte Saladini

**Traçados de esperança na escuridão: Investigações sobre
a pertinência do uso do conceito de resiliência na
Psicanálise contemporânea**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Profa. Monah Winograd

Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Ney Klier Padilha Netto

Co-Orientador

PUC-Rio

Profa. Maria Isabel de Andrade Fortes

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Flavia Sollero de Campos

PUC-Rio

Prof. Leif Ericksson Nunes Grünewald

Pesquisador Autônomo

Profa. Ana Maria Coutinho Aleksandrowicz

FIOCRUZ

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2021.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Paula Adriene Duarte Saladini

Psicóloga clínica. Graduada pela Universidade Santa Úrsula. Especialização em Psiquiatria e Psicanálise com crianças e adolescentes pela UFRJ. Mestrado em Psicologia Clínica pela PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Saladini, Paula Adriene Duarte

Traçados de esperança na escuridão : investigações sobre a pertinência do uso do conceito de resiliência na psicanálise contemporânea / Paula Adriene Duarte Saladini ; orientadora: Monah Winograd ; co-orientador: Ney Klier Padilha Netto. – 2021.

146 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2021.

Inclui bibliografia

1. Psicologia - Teses. 2. Resiliência. 3. Psicanálise. 4. Sublimação. 5. Vitalização. 6. Pandemia. I. Winograd, Monah. II. Padilha Netto, Ney Klier. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. IV. Título.

CDD:
150

Dedicatória

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1712320/CA

Dedico aos frutos da minha resiliência, Eva e Gael.

Agradecimentos

À orientadora desta tese, Monah Winograd, por ter, desde o início, confiado em meu trabalho.

Ao coorientador Ney Klier, por seus direcionamentos precisos e organizadores.

Aos professores da banca examinadora desta tese, pela disponibilidade e valiosas contribuições.

Aos professores e funcionários do Departamento de Psicologia pelos ensinamentos e prestatividade.

Ao meu companheiro Rafael Saladini, por ter me encorajado nesta jornada acadêmica e nos momentos difíceis que se fizeram presentes neste caminhar.

À minha mãe Marcia Adriene, pelo seu eterno amor e suporte quando tudo pareceu ser uma imensa escuridão.

Ao meu pai Cesar Duarte, por sempre me apresentar as riquezas da Literatura.

Ao Rio Marimbondo que através de suas águas fez pulsar mais intensamente a vitalidade e tornar mais evidente a natureza secreta da resiliência.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior– Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

Saladini, Paula Adriene Duarte; Winograd, Monah. **Traçados de esperança na escuridão: A pertinência da resiliência para a psicanálise contemporânea**. Rio de Janeiro, 2021. 146p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente tese analisa a pertinência do uso do conceito de resiliência em psicanálise, destacando sua histórica vocação em incorporar e renovar conceitos a ela estrangeiros, assim como aquela de refletir sobre a subjacência possível da essência da resiliência em seu campo teórico, contribuindo para o enfrentamento dos dilemas socioculturais contemporâneos. Assim, revisita as convergências possíveis nessa direção, desde a produção de pioneiros, como Cyrulnik, até aquelas referentes a tópicos psicanalíticos tradicionais, tais como trauma, luto, sublimação e narcisismo, enfatizando as possibilidades do exercício da resiliência para conferir vitalização ao embate com os desdobramentos da corrente pandemia.

Palavras-chave

Resiliência; psicanálise; sublimação; narcisismo; vitalização; pandemia.

Abstract

Saladini, Paula Adriene Duarte; Winograd, Monah (Advisor). **Traces of hope in the dark: The pertinence of resilience to contemporary psychoanalysis**. Rio de Janeiro, 2021. 146p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis analyzes the relevance of the concept of resilience in psychoanalysis, highlighting its historical vocation to incorporate and renew concepts that are originally not part of it, contributing to the confrontation of contemporary sociocultural dilemmas. Thus, it revisits the convergences in this sense, from the production of pioneers such as Cyrulnik to those referring to psychoanalytic topics such as trauma, grief, sublimation and narcissism, emphasizing how the exercise of resilience gives vitalization to the clash with the unfolding of the current pandemic.

Keywords

Resilience; psychoanalysis; sublimation; narcissism; vitalization; pandemic.

Sumário

1	Introdução	p. 11
2	Psicanálise: abertura e diálogo	p. 15
2.1	Psicanálise em diálogo com a saúde e a resiliência	p. 19
2.2	A entrada do conceito de resiliência no campo da saúde mental	p. 21
2.3	Um breve panorama da contemporaneidade	p. 28
3	Trajetórias do conceito de resiliência em sua crescente interlocução com a psicanálise	p. 35
3.1	Boris Cyrulnik e seu pioneirismo na articulação entre o conceito de resiliência psicológica e a teoria psicanalítica	p. 35
3.1.1	Resiliência e nicho sensorial	p. 39
3.1.2	Resiliência e teoria do apego	p. 43
3.1.3	Resiliência, mentalização e mecanismos de defesa	p. 48
3.1.4	Reflexões acerca das ideias de Cyrulnik	p. 51
3.2	Primeiras avaliações psicanalíticas da pertinência do conceito para a psicanálise	p. 54
3.2.1	As contribuições de Tychey e Lighezzolo-Alnot	p. 54
3.2.2	Reflexões a partir de Louis Côté de uso para a resiliência	p. 57
3.2.3	Reflexões a partir de Jean Bergeret de uso para a resiliência ..	p. 63
3.2.4	Destaques nos estudos da temática resiliência, psicologia e psicanálise no Brasil	p. 66
4	Principais elementos da rede teórica freudiana de interesse para a conceituação psicanalítica da resiliência	p. 70
4.1	Breve reflexão sobre a resiliência enquanto potência do existir em diálogo com a psicanálise e a filosofia	p. 70
4.2	Os núcleos centrais de sustentação: trauma, luto e sublimação	p. 73

4.2.1	Resiliência e trauma	p. 73
4.2.2	Resiliência: aproximações com os trabalhos de “aptidão ao luto” e sublimação	p. 79
4.3	Pontos de contato entre a música, os mecanismos sublimatórios e a formação da resiliência	p. 87
4.4	Resiliência e as origens remotas da autoestima	p. 90
4.4.1	Narcisismo Primário	p. 90
4.4.2	Contribuições de D. W. Winnicott	p. 95
4.5	O Narcisismo a favor da resiliência	p. 102
4.6	Vitalização e estruturação da resiliência	p. 109
5	Exercitando a resiliência e as estratégias de vitalização ante os desafios emergentes do século XXI	p. 116
5.1	Resiliência e ócio	p. 116
5.2	Resiliência e ócio na atualidade	p. 120
5.3	Resiliência e um retorno à natureza	p. 126
5.4	Elaboraões para uma pandemia	p. 131
6	Considerações finais	p. 134
7	Referências	p. 137

“Esses textos me surgiram entre as margens da mágoa e da esperança. Depois da guerra, pensava eu, restavam apenas cinzas, destroços sem íntimo. Tudo pesado, definitivo e sem reparo. Hoje sei que não é verdade. Onde restou o homem sobreviveu semente, sonho a engravidar o tempo. Esse sonho se ocultou no mais inacessível de nós, lá onde a violência não podia golpear, lá onde a barbárie não tinha acesso. Em todo este tempo, a terra guardou, inteiras, as suas vozes. Quando se lhes impôs o silêncio elas mudaram de mundo. No escuro permaneceram lunares.”

(Mia Couto, *Estórias abensonhadas: contos*, 1994)

1 Introdução

Assim como anunciado por Mia Couto (1994) em *Estórias abensonhadas*, essa tese também surgiu entre margens. Durante os quatro anos e meio de doutorado, dois rios vieram transformar inteiramente a minha vida: a maternidade e a pandemia. Se, por um lado, os desafios foram inúmeros – angústia e exaustão eram frequentes –, por outro, a esperança jamais deixou de persistir. A esperança, tal qual anunciada pelo escritor moçambicano, sobreviveu nos recônditos anímicos, fazendo-se lunar através dos vagalumes e de sua luz intermitente em meio à escuridão. Luz que bem expressa as sutis nuances dessa experiência concomitante de cansaço e júbilo, desânimo e alegria.

Como manter-se vitalizado, com coragem e entusiasmo suficiente pela vida, frente aos inúmeros desafios enfrentados pela existência? Como manter-se vitalizado na sociedade ocidental contemporânea, que preza pela constante performance de si nas mais diversas áreas, negando ao indivíduo, muitas vezes, o direito de deprimir, sob a égide de um sistema político-econômico perverso? Como manter-se vitalizado em meio a uma pandemia e inédita quarentena global, com suas novas diretrizes de distanciamento social, novos modos de (con)viver amplamente pautados no digital, associados ainda a uma grave crise econômica, e os medos mais variados decorrentes de tamanha conjectura?

No mestrado, buscamos compreender, principalmente pelos olhares de D. W. Winnicott e M. Merleau-Ponty, como o esporte poderia servir, ao invés de a um narcisismo super inflado e patológico (em um perseguir incessante da performance), como instrumento para criar dinâmicas psíquicas que favorecessem o desenvolvimento de um narcisismo suficientemente bom. Referimo-nos, aqui, a um tipo de narcisismo propício a um engrandecimento do senso da autonomia, do bem-estar e de um significado para a vida do indivíduo, assim como do engajamento de seus esforços psíquicos nestas direções.

De certa forma, no doutorado, retomamos a questão do grande desafio de como o indivíduo pode conseguir manter-se íntegro e forte em seus projetos pessoais de busca de autonomia, malgrado as circunstâncias adversas do entorno mais amplo. Estas, por vezes, podem provocar situações traumáticas, forçando o

desvio e, ocasionalmente, uma espécie de fragmentação da força vital – que podemos associar à pulsão de vida –, dificultando ainda mais a superação de resistências psíquicas.

Neste contexto, pensamos que o conceito de resiliência poderia ser de valiosa pertinência para pensar os recursos encontrados naqueles indivíduos que, mesmo abalados pelo choque e/ou por intensidade psíquica insuportável, são capazes de seguir adiante em seus processos emocionais e não sucumbir a uma força que os mantenha em posição de passividade. Embora a resiliência seja interpretada por alguns autores como estando na linha da invulnerabilidade e da resistência, caracterizando um indivíduo imune aos percalços da existência, aqui nos alinhamos com aqueles que a veem sob a ótica da sensibilidade e da criatividade, representando, ao invés, o indivíduo que, por saber ir além de contextos fronteiriços imobilizadores, exprime a potência transformadora do Existir.

Para tal, no primeiro capítulo, fazemos ressurgir a vocação de abertura para novos conceitos e alianças com outras disciplinas dos primórdios da psicanálise, para ir além das resistências de investigar um conceito aparentemente “estrangeiro” aos campos de elaboração propriamente psicanalíticos. Esta inspiração nos abrirá caminhos para podermos responder, como psicanalistas atentos aos novos dilemas do momento cultural contemporâneo, esses nossos tempos tão eivados de perspectivas alarmantes. Neste sentido, consideramos fundamental acentuar a questão da recuperação da vitalidade existencial, conforme descrita através da resiliência.

Reafirmamos, ainda, nesta investigação conceitual empreendida pela psicanálise, a imprescindibilidade de nos determos no contexto cultural em que o termo “resiliência” tem se desenvolvido, com frequência segundo um molde de entendimento visceralmente avesso aos interesses da compreensão psicanalítica. Conforme o objetivo acima citado, esclarecer equívocos neste sentido é etapa primeira e essencial para a boa consecução de nossa tese.

Além disso, lembramo-nos de como uma compreensão mais refinada da relação da saúde com a psicanálise permite refletir sobre o lugar da resiliência nessa articulação. Para tal, afastamo-nos de qualquer noção de saúde normativa, que proponha uma caricatura da normalidade, que exclua uma dimensão agonística da psicanálise.

A seguir, no segundo capítulo, apresentaremos os autores pioneiros na introdução do termo “resiliência” nas searas psicanalíticas. O primeiro a chamar nossa atenção, por sua vasta produção interdisciplinar, aqui e ali se detendo em tópicos mais especificamente psicanalíticos, é Boris Cyrulnik, que compartilha uma intuição mais fina com nossa disciplina quando associa o processo resiliente àquele atravessar os “campos da dor”, de forma a emergir fortalecido do outro lado. A seguir, esboçamos um amplo panorama das contribuições mais recentes de outros psicanalistas que vêm também se interessando pelo tema e tentando traduzi-lo no vocabulário psicanalítico.

No terceiro capítulo, começamos por trazer à baila o nome de Spinoza, lembrando que o projeto psicanalítico, embora de forma não explícita, vincula-se a uma orientação filosófica que, sob diversos aspectos, aproxima-se daquela spinozista, em especial no que diz respeito à resiliência, no que concerne aos conceitos de “*conatus*” e “potência” do filósofo holandês. A seguir, iremos nos deter naquilo que nos aparece – na grande maioria dos autores consultados – como os núcleos centrais da teoria freudiana que dão sustentação à leitura psicanalítica da resiliência, ou seja: as noções de trauma, aptidão ao luto e sublimação. Nestas fronteiras, tomaremos em consideração, por um lado, as dinâmicas pulsionais e, por outro, aquelas referentes às relações de objeto.

O núcleo investigativo deste capítulo concentra-se, para nós, na questão do narcisismo primário – inclusive na sua interligação intrínseca com a “mãe suficientemente boa” –, sempre sob um olhar que privilegia os seus aspectos positivos; contrapomos a usual visão do conceito de narcisismo, privilegiando, antes de tudo, a sua correspondência com a autoestima estrutural do indivíduo, tema de relevância nos estudos sobre a resiliência.

Já o quarto capítulo volta a revisitar fronteiras interdisciplinares para burilar os matizes e os sentidos mais sutis do termo “resiliência”, de maneira a enfatizar-lhes os elementos de maior interesse para o enfrentamento das condições adversas do existir contemporâneo, resenhadas no primeiro capítulo e acentuadas pela pandemia de Covid-19. Propomos, dentro deste diapasão, inclusive associações entre termos de longa tradição filosófica e cultural, como ócio, e concepções psicanalíticas vizinhas àquelas do “apaziguamento”, de forma a propor uma compreensão de estímulo à real “vitalidade” que, se opondo aos

processos psíquicos frenéticos da atualidade, seria paralela àquela mesma de resiliência.

Por fim, adiantamos nesta breve introdução, uma rápida definição do que entendemos como resiliência, para que o leitor possa, desde o início, dialogar com as informações coletadas sobre esse conceito tão amplamente utilizado. O conceito de resiliência é definido como uma qualidade sempre presente nas dinâmicas pulsionais, com ênfase nos momentos de desenvolvimento psíquico em que sempre é exigida uma expressão afetiva de “coragem” para dar à pulsão de vida predomínio funcional e estrutural sobre a pulsão de morte. Em função desta sua característica, que se manifesta em termos dinâmicos, mas ainda mais intensamente em termos econômicos, a resiliência é mais facilmente associada a momentos de superação de traumas mais reconhecíveis em sua externalidade. Entretanto, os processos de desenvolvimento normais do indivíduo, que também são perpassados por desnivelamentos e rupturas simbólicas e energéticas, demandam esta mesma qualidade resiliente para se rearranjarem da melhor forma estruturante e funcional para o indivíduo.

2 Psicanálise: abertura e diálogo

A vocação da psicanálise sempre foi a de se colocar em sintonia com as necessidades do momento cultural vigente, tanto em termos da investigação e do entendimento do funcionamento da mente, quanto da terapia que vai ser adequada para o tratamento de suas desordens. Para bem fazê-lo, desde suas origens, a psicanálise colocou-se em diálogo com outras disciplinas, muitas vezes, inclusive, apropriando-se de seus conceitos, tais como o de sublimação, por exemplo.

Assim como, atualmente, sociólogos e filósofos tentam se aproximar da psicanálise para compreender patologias mentais decorrentes das perversas condições culturais, a vanguarda do pensamento psicanalítico investiga conceitos, em áreas fronteiriças às questões de psicologia e comportamento, que possam sustentar possíveis alianças, de cunho epistemológico.

Desse modo, a resiliência desponta no horizonte psicanalítico por viés similar ao que levou os pioneiros – como Karl Abraham, Max Eitingon, Sandór Ferenczi, Ernst Jones, Otto Rank, Hans Sachs, dentre outros – a investigar categorias de seu próprio universo cultural, em busca do refinamento da compreensão do funcionamento da mente e de como tratar de suas “patologias” através do aparato psicanalítico. Desta forma, faz-se pertinente uma investigação mais detalhada do conceito de resiliência e de como ele veio a adentrar o espaço psicanalítico já no século XXI. Essa postura assinala a importância que damos à abertura da psicanálise para com as vicissitudes de cada período sociocultural, pelos quais sua história se espraia, de forma a se manter constantemente reatualizada, viva, atuante e pertinente.

Vale lembrar que os pioneiros no campo psicanalítico eram, antes de tudo, indivíduos detentores de grande cultura geral e abertos para o novo (Alexander, Eisenstein & Grotjahn, 1966), muito embora, em sua maioria, fossem dotados de uma formação médica de feição predominantemente fisiologista, não levando em conta substantivamente a compreensão dos aspectos emocionais que estariam subjacentes à gênese das doenças “nervosas”. Os primeiros psicanalistas eram, inclusive, os não médicos, grandes apreciadores dos estudos das então chamadas Humanidades, tais quais as línguas clássicas, a linguística e a antropologia em

seus primórdios e as artes de forma geral, em especial, a literatura. Assim, estavam mais familiarizados com a importância dos “sentimentos” para a filosofia alemã idealista e romântica, o que lhes foi mais um aspecto facilitador para sua adesão à apreensão da relevância absoluta que seria dada à emoção na vida psíquica a partir da revolucionária teoria freudiana (Ffytche, 2014; Aleksandrowicz & Levine, 2012).

Se fizermos um breve retrospecto, logo em seus primórdios, foi indispensável para a fundamentação epistemológica da psicanálise – em especial no que diz respeito a um dos seus eixos teóricos, o conceito de sexualidade –, ultrapassar as fronteiras metodológicas que delimitavam os conhecimentos de então. A necessidade de justificar esta “transgressão” é bem expressa na elaboração intelectual de Ferenczi, no prefácio de *Thalassa* (1924/1990). De acordo com seu relato, foi um desafio transgredir suas próprias convicções aprendidas desde a infância e ser capaz de publicar sua teoria da genitalidade dotada de caráter especulativo. Aprendera desde cedo que o trabalho científico exigia a manutenção de uma “separação rigorosa entre os pontos de vista próprios às ciências naturais e os pertencentes às ciências do espírito” (p. 3). Lembra-nos, ainda, de que a ausência de termos capazes de descrever com precisão aquilo que se pretende evidenciar faz com que busquemos “analogias em domínios científicos estranhos” (p. 4). Cita, como exemplo, que Freud teria se visto “na obrigação de colocar o funcionamento psíquico na dependência de processos tópicos, dinâmicos, econômicos, por conseguinte de processos puramente físicos, sem o que não teria estado em condições de explicá-los inteiramente” (p. 4). E tal liberdade dada a si próprio pelo criador da psicanálise em fazer analogias com outras áreas permitiu que ele, Ferenczi, tivesse também a coragem de poder “deliberadamente iniciar uma aplicação intensiva deste método, considerando-o uma postura inevitável e sumamente benéfica” (p. 3-4).

Aliás, o contínuo questionamento do que seriam os pressupostos e inovações que pertencessem ou não à especificidade da psicanálise sempre foram atributos por ela valorizados. Com muita propriedade, ao observar a história do movimento psicanalítico desde sua origem, o historiador da psicanálise Jacquy Chemouni (2008) destaca a “riqueza das controvérsias que não redundaram em rupturas” (p. 103), sendo mais importantes e surpreendentes que as próprias cisões. Em suas palavras: “Neste terreno, não existem regras [quanto] à

‘tolerância’ a tudo que inicialmente não parecesse freudiano. Muitos ‘marginais’ e ‘originais’ frequentaram o movimento psicanalítico, trazendo contribuições vivas e interessantes” (p. 103-104).

Detendo-se no que tange à historicidade da psicanálise, Mezan (2014) nos propõe pensar que as teorias daqueles que sucederam Freud devem ser vistas como sendo tanto psicanalíticas como diferentes das colocadas pelo seu fundador, uma vez que não podemos pensar que aquilo que foi produzido posteriormente teria sido um derivado de algo que estivesse implícito, que não fora elaborado nas origens. Para o estudioso e psicanalista paulista, devemos considerar que, apesar da continuidade, “há uma história, ou seja, irrupção do novo e do inédito, ruptura e transformação, em função das quais certa continuidade – cujo estatuto necessita determinação – se estabelece e se preserva” (p. 29). Em suma, a psicanálise teria suas ramificações provenientes de uma mesma raiz freudiana – germinada a partir da autoanálise do seu fundador, de sua clínica e do clima cultural do seu tempo – o que faz com que ela preserve sempre algo de suas origens, mas aberta a novas exigências que podem advir de seu tempo e suas particularidades. Afinal de contas, o mundo passa por constantes transformações, e estas demandam recursos apropriados para lidar com as novas demandas. Nas palavras de Mezan (2014): “a psicanálise não pode, e na verdade jamais pôde, permanecer imune ao que se passa em seus contornos exteriores” (p. 35).

Mezan (2014) detalha, em relação à obra de Freud, quatro dimensões epistemológicas imprescindíveis, cuja interconectividade deve ser mantida ao longo do desenvolvimento de novas escolas ou vertentes psicanalíticas. Da mesma forma, qualquer novo conceito ou proposta de mecanismo psíquico, que pretenda vir a ser incorporada ao edifício teórico freudiano, deve encontrar um seu enquadre coerente dentro dos eixos interligados dos alicerces abaixo descritos.

A psicanálise se constitui, antes de tudo, como uma teoria geral da psique, de acordo com a formulação de um aparelho psíquico que funciona segundo leis que são apresentadas sob os pontos de vista tópico, dinâmico e econômico. Em segundo lugar, daí decorre uma teoria da gênese e do desenvolvimento da psique. Em terceiro, surgem as teorias das várias soluções possíveis para os conflitos fundamentais; estas teriam como consequência uma teoria do funcionamento normal e patológico do psiquismo, a partir da emergência de estruturas neuróticas, perversas ou psicóticas, com suas fixações e defesas características. Em

decorrência das três anteriores, a quarta dimensão corresponde a uma concepção do processo psicanalítico, isto é, das modalidades de intervenção capazes de modificar até certo ponto o funcionamento psíquico e dos obstáculos à consecução deste resultado: aqui se situam noções como transferência, contratransferência, resistência, interpretação etc.

Dentro deste contexto, Mezan (2014) valoriza particularmente, nas sucessivas escolas psicanalíticas que se desenvolveram ao longo do século XX, a criação de conceitos-chave que sejam capazes de entremear e interligar as quatro dimensões básicas acima descritas, de forma a enriquecer o sempre aprimorado repertório do edifício psicanalítico.

Acrescentemos aqui a pertinente observação de Green (2008) do quanto, ao longo das décadas mais recentes, as inovações teóricas no interior da comunidade psicanalítica – que têm ocorrido de formas mais pontuais, sem se agregarem sob um rótulo de nova escola – tendem a retificar mais ou menos profundamente certos aspectos das teorias de Freud, inclusive a partir da proposição de outros conceitos diretivos.

Neste sentido, Sophie Mijolla-Mellor (2006) já defende a pertinência do uso do termo “resiliência” em psicanálise, pois quando um autor toma um termo já existente, em um sentido diferente da conotação consagrada, ou quando ele cria um termo, é porque o que já existe em um dado contexto teórico não satisfaz aos matizes conceituais que ele quer nomear e, justamente por isso, o novo conceito já se torna importante e digno de ser analisado. Assim como o termo “sublimação”, por exemplo, a “resiliência” veio de uma ciência diversa da psicanálise. No caso da sublimação, da Filosofia-Alquimia; no caso da resiliência, da Física. Sendo assim, é necessário que aqueles que estejam introduzindo o novo termo na psicanálise – Freud, em relação à sublimação e Cyrulnik (dentre outros), para a resiliência – definam bem os limites que eles querem dar ao termo “importado”.

Portanto, parece-nos instigante começar a pôr à prova o conceito de resiliência nesta específica interlocução com as exigências da teoria psicanalítica. Será ele um conceito que possa vir a se justapor à compreensão de certos aspectos do funcionamento psíquico, segundo o seu modelo fundamental descrito por Freud? Teria como, inclusive em diálogo próximo com categorias como a do trauma, da sublimação, do narcisismo e outras, se inserir de forma positiva no entendimento da solução dos conflitos fundamentais, que são as pedras angulares

da psicanálise? Poder-se-ia aventar que, dentro do desenvolvimento emocional “normal” de uma criança, a construção da resiliência seria fator a ser considerado em função de como se teriam dado suas relações primárias com o próprio narcisismo e com a figura materna?

Ao longo desta tese, podemos justificar a nossa intuição/hipótese de ser a resiliência uma qualidade ímpar (inclusive, em termos de sua sintonia com a regulação das intensidades) que subjaz ao funcionamento psíquico, ao entendimento de seus conflitos fundamentais em seu entrelace decisivo com as diversas vicissitudes da libido e ao seu próprio contexto especificamente terapêutico, conforme descritos pela teoria psicanalítica?

Naturalmente, nesta tese, propomo-nos a começar a delinear algumas linhas de enquadre que venham a nos permitir, posteriormente, ratificar a relevância das hipóteses acima resenhadas, de acordo com a sua possível pertinência para a evolução da pesquisa em psicanálise.

2.1

Psicanálise em diálogo com a saúde e a resiliência

A psicanálise começa pelo estudo do que seriam consideradas patologias mentais, dentre as quais a psicose e a neurose. Pouco a pouco, Freud reconheceu que os mecanismos mentais que oprimiam tais pacientes, em suas expressões extremas, também se verificavam, em diferentes graus e variedades, em pessoas consideradas normais. Seus livros *Interpretação dos Sonhos* (1900/1996c), *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana* (1901/1996d) e *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1905/1996e) são paradigmáticos deste ponto de transição.

É conhecida a afirmação freudiana de que a “saúde mental equivale a poder amar e trabalhar”. Independentemente da possibilidade de comprovar quando e onde tal afirmação – não registrada em qualquer texto escrito de que se tenha notícia – é verdadeira, sua importância permanece por ter sido ela aceita e debatida pela própria comunidade psicanalítica, aí incluídos Erikson (Elms, 2001), bem como psicanalistas contemporâneos, como Maria Rita Kehl (2017). Abre-se, assim, um caminho que facilita o enriquecedor diálogo de muitos psicanalistas com os sempre renovados parâmetros do que seria uma desejável saúde psíquica – o que Adam Phillips (2008) chama “mente sã”.

Exemplificando tal compreensão mais refinada da relação da saúde com a psicanálise, lembremos que Adam Phillips (2008) refere-se ao indivíduo “profundamente são” como sendo o sujeito provido da coragem necessária para viver a sua turbulência interna – de manter a conexão com os sentimentos e as experiências que mais importam para ele –, preservando, assim, seu apetite pela vida. Contrapondo-se a esse tipo, teríamos aqueles “superficialmente são”, identificados pelo autor como uma “caricatura da normalidade”, isto é, aquele indivíduo que é “absolutamente sensato, sério, atencioso e equilibrado”; que acomoda seus desejos às necessidades dos outros em nome da perfeita adaptação; que vive “em manifesta harmonia consigo mesmo e com os outros a ponto de não ter nenhuma vida especial” (p. 142-143). Isto, a seu ver, faz com que a sanidade passe a significar uma vida sem conflito, de relativa paz, uma vida sem maldades ou cobiça, esvaziando justamente a dimensão de paixão marcada pelas ambiguidades do ser e a tensão de nossa potência vital (Duarte, 2014).

Neste nível mais profundo de sanidade, a resiliência surge implícita. Pode-se mesmo considerar que o autor faz o elogio da resiliência quando contrapõe essa sanidade que se superpõe aos conflitos àquela que chama de superficial. Para o psicanalista inglês, a sanidade plena não se esquiva da dimensão humana dos conflitos, mas, ao contrário, vê nela o combustível para a criação de algo autêntico, de si mesmo.

Sintônico com esta visão, Luís Claudio Figueiredo (2014) nos oferece uma definição de saúde, na qual ela é entendida enquanto conjunto de processos que devem estar “liberados e operantes na digestão e transformação da experiência emocional” (p. 59), sendo eles “os trabalhos psíquicos inconscientes e conscientes, os trabalhos do sonho, trabalhos do luto, trabalhos do morrer, trabalhos do humor, trabalhos de criar” (p. 59). De maneira oposta, mantendo o mesmo olhar processual, os adoecimentos corresponderiam às “interrupções duradouras ou definitivas (algumas vezes irreversíveis) dos trabalhos psíquicos” (p. 59), nas quais vemos a predominância das mais variadas formas de compulsão à repetição. Como exemplo, cita as “fixações, regressões, [...] transbordamentos e evacuações descontroladas, inapetências, anestésias etc. em relação às experiências emocionais” (p. 59).

Além disso, retomando a vocação para o diálogo interdisciplinar da psicanálise, Figueiredo (2014) lembra-nos de que ela é uma prática de cuidado

dentre outras, fazendo parte das mais “diversas modalidades de experiência” que podem ser “vivenciadas como dispositivos de tratamento *sui generis*, na condução dos processos terapêuticos, tais como música, dança, literatura e contato com animais, por exemplo” (p. 11). A noção de saúde aproxima intrinsecamente, pois, aspectos somáticos e psíquicos do organismo e, ainda, os remete às dimensões socioculturais da existência individual, uma vez que, em suas palavras, “velhas antinomias – corpo e mente, indivíduo e sociedade – deverão ser enfrentadas para a saúde ser concebida em um novo patamar” (p. 9). Tais mediações levam em conta imperiosamente a presença do corpo vivo e, frequentemente, multifacetado nas influências que o atravessam, no processo de reestruturação emocional do ser que é o cerne do projeto psicanalítico.

A partir desta visão oferecida por Figueiredo, ao considerarmos o papel da cultura e dos processos de subjetivação marcados por configurações históricas importantes, tal qual a pandemia de Covid-19, podemos avaliar quanto certos momentos específicos vão comportar uma dimensão conflitiva mais ou menos tolerável, resultando em interrupções graves dos processos psíquicos, sendo propiciadores não só de estados agonizantes, mas também evocadores das defesas mais primitivas contra os traumatismos do início da vida (Figueiredo, 2014).

Sendo assim, em relação à resiliência, tais interlocuções, sob a égide psicanalítica, acabam por assumir um extraordinário realce, pois remetem à (re)conquista, por via prioritariamente psíquica, do predomínio dos trabalhos psíquicos, mesmo sob o manto da dor; do predomínio da pulsão de vida sobre a de morte.

2.2

A entrada do conceito de resiliência no campo da saúde mental

Partindo deste posicionamento, pensar as novas modalidades de sofrimento é pensar nas configurações muito singulares dos padrões de interação entre o sujeito humano e seu meio sociocultural, ou melhor, refletir sobre as relações indissolúveis entre o corpo, o psiquismo, os afetos e as influências ambientais variados, desde os estímulos sensoriais, passando pelos cuidados e vínculos afetivos da primeira infância, até aqueles difundidos pelos veículos midiáticos da cultura de consumo. Essa forma de pensar descreve uma maneira de

caminhar pela trilha acadêmica em que são privilegiadas as abordagens que acentuam os aspectos psicológicos, sociológicos e filosóficos envolvidos nas experiências criadoras de uma condição subjetiva mais saudável do indivíduo. Outra vez, aqui, citamos Green (2008), que, mantendo sempre como referência maior para suas orientações para a evolução da psicanálise a experiência clínica, acentua a possível importância, para a reflexão teórica, dos modelos provenientes da biologia e da antropologia.

Assim, no que diz respeito à resiliência, apresentaremos o conceito por nós utilizado, sempre tendo em vista o viés interdisciplinar, desde seu surgimento na interface com a física, até uma elaboração mais especificamente psicanalítica, detendo-nos em aspectos selecionados da metapsicologia freudiana, em que se privilegia, por um lado, as dinâmicas pulsionais e, por outro, aquelas referentes às relações de objeto.

Em sintonia com uma nova orientação da saúde – em especial da promoção da saúde –, que busca um enfoque interdisciplinar na compreensão dos sofrimentos que se situam na linha divisória entre o físico e o emocional e, também, o orgânico e o simbólico, consideramos a investigação do conceito de resiliência pela via psicanalítica de grande interesse também para uma abordagem mais ampla de como o indivíduo pode ter acesso à saúde plena. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1986), deve-se promover a qualidade de vida de indivíduos e grupos sociais, de modo que a saúde seja experimentada em sua concepção ampla, de acordo com a conhecida definição da carta de Ottawa, que considera saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social. Isso vai ao encontro da asseveração em Winnicott (1965/2011) de que o indivíduo, em seu processo de amadurecimento, deve ser capaz de desenvolver recursos internos que o permitam enfrentar e superar os obstáculos e fazer adaptações ao ambiente circundante, sem que isso comprometa seu gesto espontâneo e sua criatividade, isto é, aquilo que o caracteriza como indivíduo singular.

Fica evidente, então, o quanto se faz pertinente, na pesquisa psicanalítica, uma investigação mais detalhada dos mecanismos de resiliência – entendida aqui como a condição do indivíduo de enfrentamento e resistência ao sofrimento e a sua capacidade de se “reinventar” de forma psicologicamente saudável, face aos desafios culturais e societários da contemporaneidade. Isto é, mecanismos que

permitam dinâmicas favorecedoras de uma vitalização dos processos psíquicos e somáticos. Mas, até mesmo para avançarmos em uma definição do que chamamos de resiliência, faz-se necessário um entendimento das origens do termo e dos diferentes significados construídos por uma rede ampla e diversa de apropriações mais variadas.

Ao buscar desvendar a origem etimológica da palavra “resiliência”, a encontramos em fronteira mítico-poética bastante familiar à psicanálise. Serban Ionescu, psiquiatra, psicólogo e professor emérito da Universidade Paris-VIII e da Universidade de Québec, um dos fundadores da *Resilio* (Associação internacional para a promoção e difusão da pesquisa sobre a resiliência), é, atualmente, um dos expoentes de maior prestígio nos debates sobre a resiliência. Em um de seus artigos no livro *Résiliences: ressemblances dans la diversité* (2016), ele apresenta o tema por um viés poético, situando um episódio que teria ocorrido há mais ou menos dois mil anos. Junto ao Capitólio, uma vestal, condenada por ter violado seus votos de castidade, deveria ser jogada da rocha Tarpéia. A condenada não se entregou a seu destino e invocou, em sua defesa, a divindade Vesta, guardiã do fogo da vida, da qual ela acabava de celebrar o culto. Ocorre então um milagre. Lançada ao precipício, a vestal sobrevive, o que viria a ocasionar um apaixonado debate sobre a recondução da moça às suas funções sacerdotais. Segundo o autor, este debate oratório aparece em um dos textos das causas judiciais imaginárias apresentadas por Sêneca, o Pai, em sua obra *Sentenças, divisões e cores dos oradores e dos retóricos*.

Ainda segundo o professor francês, foi durante tal debate, sob forma de processo, que o senador romano Gaius Julius Bassus teria usado a palavra “resiliência”, no intuito de denominar o salto da sacerdotisa condenada à morte, e que dela retornou, dando-lhe, desta forma, o direito de ser reconduzida às suas nobres funções, tendo em vista a sua “resiliência” ao castigo (Ionescu, 2016).

Assim, Ionescu (2016) destaca que um salto, concebido para levar à morte, mas que não tem esse poder, tornou-se metáfora do que é considerado, hoje em dia, como a resiliência. Segundo o autor, foi ainda neste sentido de saltar, quicar, pular, que a palavra apareceu durante a Antiguidade em textos como o do poeta latino Ovídio, em sua obra *As metamorfoses*, tornada pública no ano 8 D.C. e com edição em 2014; na obra *Instituição oratória*, do retórico romano Quintiliano, original do ano 95 D.C. e com primeira edição em 1961; e também na

enciclopédia do naturalista romano Plínio, o Ancião, publicada entre 77 e 79 D.C., a *História natural*.

Observa-se, ainda em relação às suas origens etimológicas, como a palavra em português, tendo passado pelo latim, mantém esta mesma inspiração. A palavra provém do latim *resilio*, *resilire*. *Resilio* que, de acordo com dois dicionários latim-português (Faria, 1967; Saraiva, 2000), seria derivada de *re* (partícula que indica retrocesso) e *salio* (saltar, pular), significando saltar para trás, voltar saltando (Brandão, Mahfoud & Gianordoli-Nascimento, 2011).

Ionescu (2016), em sua preciosa pesquisa da origem e dos caminhos variados deste termo, nos lembra ainda de que, segundo o *Oxford English Dictionary*, a palavra “resiliência” foi utilizada em inglês pelo filósofo Francis Bacon em 1626, na sua obra *Sylvia Sylvarum*, para designar a maneira pela qual o eco reverbera, fazendo o som retornar ao seu ponto de origem. Já na língua francesa, só teremos o registro da palavra “resiliência” mais tarde. Ainda dentro de seu espectro mais poético de utilização, Ionescu autor cita a sua ocorrência em 1952 em um texto literário francês com o mesmo sentido que lhe atribuímos em psicologia. Segundo ele, na obra *Lelia, ou la vie de George Sand*, de André Marois, o célebre escritor narra o luto do personagem Sand com a morte de seu neto e descreve a surpresa dos amigos pela “imediate resiliência” ao encontrá-lo após triste fato Ionescu.

Ainda de acordo com a detalhada pesquisa de Ionescu (2016), no âmbito acadêmico, a palavra “resiliência” aparece em uma revista científica em 1942, quando Mildred C. Scoville invoca, no *American Journal of Psychiatry*, a “espantosa resiliência”. Mas, vale lembrar que, já quase um século antes, desde 1830, o *Oxford English Dictionary* definia a palavra “resiliência” como referente ao seu correspondente em termos de funcionamento psíquico, como “levantar-se de novo facilmente após uma depressão, acarretando ser alegre, divertido, exuberante” (Ionescu, 2016, p. 31).

Em 1950, os trabalhos do casal Block sobre a resiliência do eu – a capacidade de se adaptar de maneira flexível e inteligente aos fatores externos e internos geradores de estresse – dão início ao trabalho de pesquisa sobre a resiliência psicológica. Na década de 1980, o sentido desta resiliência do eu foi tornado mais preciso, sendo definido pelo casal Block, nas palavras de Ionescu (2016), como “um dos fatores subjacentes à adaptação” (p. 31). Essa capacidade,

continua o francês, representaria para os Block “um recurso ligado à personalidade que permite aos indivíduos modificarem o seu nível de controle do eu e seu modo habitual de expressão desse controle, de maneira a enfrentar os contextos ambientais atuais ou futuros, de funcionar dentro desses contextos e de os elaborar” (Ionescu, p. 31-32).

Posteriormente, o termo foi utilizado de forma mais adaptativa, prestando-se, inclusive, a utilizações enviesadas em prol da mentalidade de cunho administrativo que decodifica a resiliência em termos de performance traduzível em produtividade. Ainda dentro do campo de sua utilização na pesquisa em psicologia no momento atual, é extremamente desafiador construir uma definição da resiliência psicológica que seja unânime. Uma análise de quinze definições feita por Ionescu (2016) mostra que a palavra pode carregar significações distintas para diferentes pesquisadores e clínicos. Segundo ele, ao examinar essas definições, fica evidente que não há consenso no que concerne à definição de resiliência.

A questão mais sensível é a da possível coexistência das manifestações do estresse pós-traumático com a resiliência. Em suas conclusões, Ionescu (2016) cita uma mesa redonda que ocorrera em 2013, durante a reunião anual da Sociedade Internacional dos Estudos do Estresse Pós-Traumático, em que o presidente da mesa, Steven Southwick, indaga se, mesmo que os sintomas crônicos do estresse pós-traumático estejam persistindo, eles estariam se processando, no plano psíquico, em “um nível mais elevado”, pois teriam conseguido encontrar e utilizar recursos pessoais, materiais e pessoais.

Deste modo, a partir de um rastreamento da gênese do termo paralelo àquele citado de cunho mais poético/mítico/literário, o termo “resiliência” é adotado no século XIX, em uma área específica da física ou, mais precisamente, no que chamamos, atualmente, de ciências dos materiais, em um sentido que translada para as ciências algumas das características anteriormente descritas em termos míticos.

É no início do século XIX, nos albores, pois, da ascensão das ciências no horizonte epistemológico contemporâneo, que serão importadas da física as relações entre o conceito de resiliência e uma dimensão mais vinculada ao concreto, às energias que são estudadas pelas ciências da natureza, envolvendo os corpos físicos (Brandão, Mahfoud & Gianordoli-Nascimento, 2011). Esta

consideração é importante para a compreensão da evolução do conceito, pois foi a partir deste substrato físico que se passou ao biológico, ou seja, à investigação da resiliência expressa concretamente no organismo vivo, donde conectada aos diversos processos relacionados à vida e à morte, tanto em termos fisiológicos quanto psíquicos.

Tomando como base a detalhada pesquisa sobre as origens e a construção do conceito de resiliência em psicologia realizada por Brandão, Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011), a primeira referência a ela, pelo viés da física, surge no *Curso de leituras em Filosofia Natural e Artes Mecânicas* de Thomas Young, publicado em 1807. Young considera dois modelos de ruptura dos materiais e, a partir daí, afirma que a resiliência seria a ação de resistência ao impacto de uma ruptura.

Young, na obra supracitada, fala de resiliência quando busca explicar, no que concerne a fraturas, como um corpo elástico pode, ao ser submetido a determinado impacto, deformar-se sem se romper e voltar posteriormente à forma primitiva – lembrando que tal noção relaciona-se ao limite de elasticidade do material. Os autores chamam nossa atenção para observarmos que, das concepções que a psicologia faz da resiliência – ou seja, capacidade de se recuperar de abalos/traumas sofridos ou de se abalar e voltar ao que era antes do choque –, haveria maior correspondência com o conceito físico da elasticidade do que propriamente de resiliência, mesmo em termos físicos. A razão disto se daria porque a característica dos materiais de se deformarem e voltarem à sua forma original, após o fim da causa da deformação, seria relativa à sua elasticidade. Assim, a resiliência, absorvendo a energia do impacto, seria necessária para que os objetos possam se deformar sem se romper. A partir daí, afirma-se que a resiliência seria a ação de resistência ao impacto de uma ruptura (Brandão, Mahfoud & Gianordoli-Nascimento, 2011).

Por outro lado, os três autores ressaltam que nem tudo que resiste a pressões ou a abalos apresenta resiliência, uma vez que existem materiais que, sob pressão, não absorvem a energia do impacto e não se deformam. Em tais casos, são considerados resistentes, mas não elásticos (Amaral, 2002). Já o material rígido é aquele que, após certo limite de força aplicada sobre ele, se rompe de maneira irreversível, sem ter havido deformação. Por outro lado, um material elástico também pode se romper ou sofrer outro tipo de deformação permanente,

mas somente depois de ultrapassado seu limite de elasticidade, e o que é chamado de seu “módulo de resiliência”, ou seja, a quantidade de energia que ele consegue absorver a partir daí, afirma-se que a resiliência seria a ação de resistência ao impacto de uma ruptura (Brandão, Mahfoud & Gianordoli-Nascimento, 2011).

A partir deste entendimento dos conceitos da resistência dos materiais, se houvesse uma pretensão de transpor o conceito de resiliência da física para a psicologia ou para as ciências humanas de uma maneira mais fiel à original, os estudos deveriam investigar o quanto as pessoas poderiam suportar de pressão ou de estresse antes de apresentarem abalo psicopatológico irreversível. Por outro lado, se os estudos quisessem observar como as pessoas se abalam e se transformam sob pressão e se recuperam posteriormente, eles estariam investigando a elasticidade (psicológica) humana (Brandão, Mahfoud & Gianordoli-Nascimento, 2011).

Desta maneira, segundo esses pesquisadores brasileiros, se quisermos zelar pelo rigor conceitual, caberia registrar que, nesta passagem da resistência dos materiais na física para a psicologia, o conceito de resiliência teria sido transposto de maneira imprecisa, uma vez que ele mantém uma relação de maior proximidade com o conceito de elasticidade do que o de resiliência dos materiais produzidas por impacto. Essa é uma das razões pelas quais os autores questionam esta origem do termo de cunho mais psicológico, tendo a física como origem exclusiva. Para tal, aprofundam a construção do conceito recorrendo a contingências históricas e apontam diferentes origens e matizes dos usos (Brandão, Mahfoud & Gianordoli-Nascimento, 2011).

O significado de resiliência, inclusive, ainda de acordo com esses autores, sofreu alterações no próprio contexto da física. Atualmente, para a disciplina que lida com resistência dos materiais, “a resiliência é definida como a capacidade de um material de ‘absorver energia na região elástica’, sendo este capaz de voltar à forma original quando acaba a causa de sua deformação” (p. 264). Há também aqueles que explicam a resiliência como sendo “a capacidade do material estrutural de suportar um impacto sem ficar deformado permanentemente” (p. 264). A partir daí, físicos e engenheiros utilizam a noção de “módulo de resiliência” para calcular a quantidade máxima de energia de um dado material, afirmando que a resiliência seria a ação de resistência ao impacto de uma ruptura (Brandão, Mahfoud & Gianordoli-Nascimento, 2011).

A tentativa de síntese das pesquisas que definem o conceito de resiliência é um desafio de caráter exaustivo, posto que a palavra “resiliência” já é usada há muito tempo na linguagem não profissional para designar um estado que se assemelha ao que os especialistas definem como resiliência psicológica. Por este motivo, na tese, apresentaremos apenas os projetos iniciais de maior destaque que foram responsáveis por incitar a curiosidade e o interesse no que se refere ao conceito de resiliência psicológica.

Talvez seja este um bom momento para retomarmos a riqueza da metáfora original, resgatada acima, imbuída na gênese do significado de “resiliência”, que o associa a “pular”, de forma a transpor profundos obstáculos e, em especial, à vitalidade que subjaz a esse enérgico movimento. Acima, esboçamos também como se tem concretizado o uso da palavra em várias áreas do conhecimento, o que tem levantado perguntas inevitáveis a respeito do que é comum e específico nessas situações. Talvez o grande diferencial da psicanálise, em relação a todas as concepções vistas acima, é que, graças à sua vocação fundamentalmente estrutural, que coloca em tensão regeneradora constante as pulsões de vida e de morte, ela se torna, em relação ao significado primordial do termo, a tradutora de eleição da relevância da resiliência nos tempos contemporâneos.

Para que a resiliência realmente passe a dialogar profundamente com o arcabouço intelectual psicanalítico e possa ser aproveitada no debate deste campo como conceito, é necessária a inclusão de um marco agonístico como dimensão orientadora em sua relação com outros conceitos psicanalíticos, tradicionalmente explorados em um âmbito muito mais simbólico/abstrato.

Neste sentido, urge não só diferenciar substantivamente a acepção psicanalítica daquela banalizada do termo, como, mais ainda, compreender como e por que a psicanálise é convidada a assumir papel de relevo na definição e entendimento da resiliência, e mesmo no estímulo à sua estruturação psíquica no indivíduo. Isto nos conduz, inevitavelmente, à consideração do momento cultural contemporâneo, atendendo, aliás, à vocação precípua da psicanálise de redefinir-se e reestruturar-se em função das necessidades socioculturais do seu tempo.

2.3

Um breve panorama da contemporaneidade

Luís Claudio Figueiredo (2018a) comenta que, apesar da compreensão de fatores culturais e históricos macrossociais não ser suficiente para interpretar ou tratar os adoecimentos individuais em suas dinâmicas singulares, eles podem nos oferecer uma boa visão de certos contextos em que tais adoecimentos estão circunscritos, afetando a própria frequência e intensidade destes.

Dito isto, o autor destaca o trabalho de dois pensadores contemporâneos que refletem sobre aspectos específicos, norteadores da construção subjetiva da sociedade ocidental atual, permitindo-nos associações promissoras com nosso tema da resiliência. O primeiro deles, Alain Ehrenberg (1998), sociólogo francês, que vem dedicando-se à investigação sobre a “fadiga de ser si mesmo” na contemporaneidade e do coreano Byung-Chul Han (2010), cujo foco se detém sobre o cansaço.

Alain Ehrenberg (1995/2010, 1998), há três décadas, dedica-se à investigação do surgimento de um indivíduo impelido à tarefa permanente de construir por si mesmo uma identidade e encontrar o seu lugar no mundo, uma vez que os referenciais modernos tradicionais (valores, utopias, instituições, família, Estado, Igreja) de como uma vida deveria ser vivida, desmancharam-se no ar.

Com isso, abriu-se espaço para o que Ehrenberg identificou como o “culto da performance” (1995/2010), uma “passagem para a lógica do desafio em que se deve produzir sua própria liberdade” (p. 43) e na qual vemos a convergência de três discursos: o esportivo, o do consumo e o empresarial. O primeiro traz os valores da ação, da aventura e da competição justa; o segundo legitima-se como vetor de realização pessoal, baseado na satisfação de suas necessidades e desejos; e, por último, aquele que nos incita a assumir riscos, ser obstinados e construir nosso sucesso, ou seja, o *self-made man*. Nas palavras de Ehrenberg (1995/2010), “cada um deve aprender a se governar por si mesmo e a encontrar as orientações para a sua existência em si mesmo” (p. 11).

Deste modo, segundo o pensador francês, se, por um lado, vemos a ascensão de um “herói do desempenho” e seu “show meritocrático”, por outro, encontramos a sua contraface, decorrente de um destino tão obstinado e exaustivo na busca de excelência: a depressão ansiosa. Depressão essa que expressa uma crise dessa nova identidade e que cria um fardo psíquico sem igual, trazendo, com ele, um consumo substancial de medicamentos psicotrópicos, tais como

tranquilizantes, estimulantes e hipnóticos. Estes serviriam, de acordo com Ehrenberg (1995/2010), não como dispositivos de fuga da realidade, ou via de inebriação, mas um recurso para enfrentá-la, um tipo de “autoassistência”. Os medicamentos ajudariam a aliviar o peso da responsabilidade, assim como aumentar a competitividade. Desta forma, fica exposto o que ele denomina de “*fatigue d’être soi*”, detalhada em trabalho posterior. Dizemos, pois, que a fadiga é efeito de uma cultura que estimula a obsessão pela conquista, em “ser alguém na vida” e sofre pelo seu efeito colateral, a cultura da depressão ansiosa.

Quando nos confrontamos com esse indivíduo traçado por Ehrenberg, vemos o quanto o discurso da resiliência profanado pelo senso comum e exaltado nos meios esportivos e empresariais encaixa-se perfeitamente como uma espécie de escudo do herói performático, do qual ele faz uso para defender-se, sobretudo, das críticas e frustrações. Ser resiliente, neste aspecto, passa a ser superar a qualquer custo – mesmo que negando uma parte exaurida de si – os desafios impostos pela realidade. A nosso ver, pois, o que se chama de resiliência enquanto sinônimo de “superação cega”, a serviço da “adaptação” a uma cultura exploratória dos melhores potenciais humanos, em nada se assemelha ao que pretendemos defender como característica psíquica digna de uma interlocução com a teoria psicanalítica.

Em termos freudianos, esta pretensa “resiliência” constituir-se-ia em um predomínio abusivamente forte do superego sobre uma organização egoica que pudesse aproveitar, a favor da autoestima do indivíduo, a melhor interiorização possível de elementos favoráveis que tivessem convergido em sua estruturação, tais quais os fornecidos, como veremos adiante, pelo narcisismo primário positivo.

Como Han também fará, mais recentemente, Ehrenberg considera como centro de suas análises, face ao panorama acima descrito, um advento sistemático da depressão conforme a etiologia citada, destacando o esgotamento como um sintoma deste quadro depressivo a que Figueiredo chama de “adoecimento por passivação” (Figueiredo & Coelho Junior, 2019).

Esse quadro, para o autor brasileiro, revelaria uma esmagadora e abrangente “experiência de insuficiência”, uma vez que a exigência de desempenho é infinita e a corrida, assim, está fadada ao fracasso. Seriam sintomas desse adoecimento tanto os estados de apatia, vazio e fadiga, quanto aqueles

metamorfoseados em seu contrário, isto é, as defesas maníacas, das quais, aliás, a hiperatividade e o déficit de atenção são as mais perversamente exploradas no imaginário cultural. “É assim que nestes sujeitos deprimidos encontramos as manifestações paradoxais da hiperatividade e do déficit de atenção: há uma aguda falta de tempo para fazer contato consigo mesmo e com os outros, estabelecer relações, enraizar-se, prestar atenção, sentir, refletir e pensar” (Figueiredo, 2018a, p. 96).

Assim, o sujeito tende, fazendo uso incessante das defesas que possui, sobretudo a cisão, a alternar-se, psiquicamente, entre os dois planos, o do esgotamento e o da hiperatividade. Nesta “sociedade do esgotamento”, formulada nestes termos pelo coreano Byung-Chul Han (2010), a psicanálise freudiana deveria centrar menos a ênfase nos conflitos e, em especial, na força superegoica dos deveres e interdições, e mais nos problemas do narcisismo superinflado. A hiperatividade pode ser compreendida pelo seu oposto agonístico como sendo uma forma extrema de hiperpassividade: ou seja, teríamos, na realidade, sujeitos “apáticos agitados”. Tal agitação é o oposto do tipo de atividade capaz de gerar o novo. Em termos psicanalíticos, corresponderia a uma variante de pura compulsão à repetição, em que não há condição de procurar e, muito menos, de encontro de um objeto em suas plenas diferença e alteridade.

Como se poderia criar, se está perseguindo sempre uma imagem idealizada – e repetidamente fracassada – de si até o visceral esgotamento? Este, segundo Figueiredo (2018a), é o bem conhecido fenômeno do burnout vital, quando o sujeito, submetido a pressões de desempenho internas e externas inesgotáveis, não é mais capaz de qualquer atividade produtiva e tudo cessa, consumando-se o adoecimento por passivação. Ele detalha a cisão que estaria se processando entre, de um lado, condutas “bem desempenhadas” e, de outro, afetos e emoções mais profundos desconectados, condição para este modo de funcionamento individual e coletivo em que o desempenho autorreferido impera.

Para os estudiosos da resiliência, a quem tanto interessa a condição de real “vitalização” em face de experiências penosas, a operação do mecanismo de cisão e a sustentação de estados dissociados mantêm e estimulam um fundo depressivo constante – um “esgotamento mortíço” – oculto pela pseudovitalidade das defesas maníacas. Devemos lembrar que este termo foi originalmente criado por H. Kohut (1977, 1988) e atualizado por Figueiredo para discutir e delinear certos quadros de

sofrimento psíquico atuais. Tanto os estados depressivos, quanto as defesas maníacas estão simultaneamente presentes, de forma a impedir a flutuação agonística entre eles, o que levaria a uma possível elaboração transformadora, rompendo sua cumplicidade perversa.

Este prisma de análise mais aguçada da resiliência é extremamente valioso para o burilamento adequado do conceito no campo psicanalítico. A pesquisadora americana Jenniffer Guittard (1996), em sua tese de doutorado, utilizou os trabalhos de Freud, Melanie Klein e Donald Winnicott para distinguir o que seria a verdadeira resiliência da pseudoresiliência. Segundo ela, os resilientes são hábeis em manter relações objetais em consonância com um bom grau de autoestima (ou seja, de utilização da libido narcísica); capazes de utilizar recursos sublimatórios, tais como o altruísmo e o humor; gerir em um alto nível simbólico-verbal conflitos internos ou ansiedades; capazes de tolerar e integrar uma larga paleta de afetos; ter um nível elevado de tolerância com frustrações e suas próprias necessidades de dependência; apresentar interesses internos autênticos, no lugar daqueles impostos por pressões sociais, mantendo a autoestima. Por outro lado, os pseudoresilientes têm, no processo intrapsíquico, o domínio da dissociação (ou clivagem); sintomas somáticos que substituem os processos psíquicos funcionais; uma relação paradoxal com a agressividade, que lhes causa desequilíbrio econômico constante (Ionescu & Jourdan-Ionescu, 2010).

Este impedimento de um embate mais essencial e visceral entre as pulsões de vida e de morte, dadas as cisões defensivas que, ao tentar evitá-lo, se apoderam do aparelho psíquico, revela-se um desafio para a atuação de uma verdadeira resiliência, uma vez que as intensidades contidas nas angústias, lutos e turbulências psíquicas são obscurecidas e mascaradas por quadros de vazios emocionais, isto é, de apatias.

Assim, somos alertados por Figueiredo (2018a) do quão indispensável é rever o papel das cisões e dos estados dissociados enquanto modalidades defensivas, pois, se durante um período, eles eram vistos como respostas a uma situação traumática mais específica, hoje é necessário que os vejamos para além de mecanismos de defesa, mas como condição constante para um modo de subjetivação que, em face de uma sociedade que inflige (externamente) e reativa (internamente) traumas constantemente, consome o efeito destruidor dos mesmos. Assim, produzem-se, em termos psíquicos, indivíduos em estado traumático

latente, quais zumbis, que oscilam entre a excitação de uma atividade frenética e incessante, e os estados deprimidos e ansiosos. Neste sentido, dizemos que tal atividade abarca traços como daquela desempenhada por Sísifo enquanto castigo divino, sendo exaustiva, inútil e sem esperança, cabendo aqui, em nossa tese, a investigação da resiliência enquanto a transformação deste triste destino.

Em face deste cenário, é de inestimável valor a compreensão mais apurada acerca de algumas produções da cultura que se contraponham à tendência dominante de reforço constante desta dissociação citada, por exemplo, através de atividades alienadoras, tais como os entretenimentos vazios. Dentre essas produções culturais, destacam-se as obras de arte, uma vez que elas servem justamente para colocar o indivíduo em contato com seus afetos e emoções mais íntimos e substantivos, em especial, com aqueles mais negados na sociedade do desempenho, e que exercem um fator mais decisivo em um embate entre pulsões de vida e de morte: são eles os nossos medos, as ambivalências, a raiva, dentre outros (Figueiredo, 2018a).

Lembremos, contudo, que o processo analítico, na verdade, sempre foi no sentido de desvelar esse embate. Todavia, na atualidade, aquilo que é encoberto irrompe como emoções esvaziadas de afeto, vitem o desânimo e o tédio que se destacam nas sintomatologias clínicas. Por esta razão, diz Figueiredo (2018a), torna-se fundamental implementar “uma estratégia de vitalização que não seja ela mesma da ordem de uma pseudovitalidade, um embuste” (p. 106).

Sendo assim, para que a estratégia de vitalização ocorra, é imprescindível a inclusão do grande e necessário conflito pulsional, Eros e Tânatos, sexualidade e destruição, em que a própria intensificação deste embate é vista por Figueiredo (2018a) como “obra do espírito dionisiaco e da tragédia”, cabendo, pois, falar de um tipo de “alegria silenciosa que não nega a morte, mas celebra a vida” e que, “ao contrário das negações onipotentes do mal, como nas defesas maníacas, é ela também um antídoto contra a resignação” (p. 106). “Trata-se de uma outra alegria que se associa ao que, acompanhando de M’Uzan, estamos chamando de ‘trabalho de morrer’” (Figueiredo, 2018b, p. 107).

Se pensarmos que o panorama “contemporâneo” descrito acima demanda estratégias de vitalização frente ao esgotamento e à hiperatividade característicos dos conflitos narcísicos, a associação desta ação com o conceito de resiliência sob o viés psicanalítico poderia, de fato, ter um rico valor para a psicanálise, uma vez

que a resiliência aponta para processos e recursos psíquicos de enfrentamento e superação do traumático.

Reiteramos, pois, neste contexto, a relevância da abertura para novas perspectivas de enquadres hermenêuticos e terapêuticos, para que a psicanálise se ponha à altura das demandas extremas do século XXI. Mais especificamente, a partir de 1975, surgem grandes desafios ao que o Green (2008) chama de “modernidade psicanalítica”. Ele enfatiza, a par da “necessidade de um caráter epistemológico numa teoria sobre enquadre analítico” (p. 34), o quanto a teoria psicanalítica, sem um alargamento expressivo de suas investigações para além de seu próprio campo de estrita pertinência, fica limitada diante de quadros de sofrimentos trazidos por condições particularmente cruéis da vida social contemporânea, dentre as quais, no limite extremo de interiorização pelo indivíduo das mazelas socioculturais, o próprio surgimento das estruturas não neuróticas.

3 Trajetórias do conceito de resiliência em sua crescente interlocução com a psicanálise

3.1 Boris Cyrulnik e seu pioneirismo na articulação entre o conceito de resiliência psicológica e a teoria psicanalítica

Indubitavelmente, um dos precursores e principais responsáveis por incentivar a articulação do conceito de resiliência psicológica ao panorama teórico da psicanálise foi o professor francês Boris Cyrulnik. Neuropsiquiatra, etólogo, psicanalista e chefe de ensino da “clínica do apego” na Universidade de Toulon, suas obras estão enraizadas no arcabouço bibliográfico da maior parte das publicações que buscam fazer a ponte entre resiliência e psicanálise, como também entre resiliência e outros campos do saber. Com efeito, isto ocorre por Cyrulnik ser um profícuo fomentador de diálogos multidisciplinares, tornando-se, assim, um dos expoentes mundiais no que tange à teoria e à clínica da resiliência. Em 1999, com seu livro *Un merveilleux malheur*, o autor inicia uma série de publicações que se estende até os dias de hoje e nas quais o conceito de resiliência é o protagonista incontestável de seus estudos. Ao utilizar a teoria do apego como base para suas reflexões e hipóteses, aproximando-os de concepções freudianas como a de trauma, Cyrulnik trouxe essa discussão para as cercanias do ambiente psicanalítico, abrindo possibilidades instigantes de debate.

Notamos a sua postura multidisciplinar, inclusive, através da visão sistêmica que preconiza para a metodologia de pesquisa nos estudos sobre a resiliência. Compreende uma consideração atenta às descobertas da neurobiologia, por meio dos estudos epigenéticos que comprovam a importância dos ambientes que circundam a criança desde o útero, às quais se acrescentam as influências moduladas pelas trocas emocionais entre mãe e criança, altamente definidas por fatores históricos e culturais. Diante disso, o autor ressalta a imprescindibilidade da colaboração entre pesquisadores de diferentes disciplinas, coletando dados heterogêneos e descobrindo fatores que devem ser integrados em um único sistema, uma vez que cada campo de saber tem seus limites e não pode ser totalmente explicativo (Cyrulnik, 2012). Nas palavras de Cyrulnik (2014), “o

homem pode moldar o ambiente que o molda: esta é sua principal liberdade” (p. 21, tradução nossa). E, nesse sentido, como veremos, possivelmente o fator que interliga todas essas disciplinas residiria na ênfase dada por Cyrulnik ao ambiente, inclusive sob sua perspectiva biológica.

Tal ênfase, lembremos, não impede que Cyrulnik deixe de nos chamar a atenção especialmente para a psicanálise quando buscamos por um entendimento profundo das condições que viabilizam a resiliência. Afirma ser esta uma ferramenta privilegiada para a compreensão de como o mundo interior de um sujeito traumatizado veio a ser esfacelado, chegando ao ponto de jogá-lo ao desamparo e à agonia psíquica para, depois, a partir de um possível refinamento na vivência desse sofrimento pungente, vir a elaborá-lo e recomeçar a viver, quiçá mais plenamente (Cyrulnik, 2014). Ou seja, a psicanálise permite explorar a constituição dos recursos internos capazes de transformação e superação do trauma.

Não obstante, vale lembrar que Cyrulnik (2014), mesmo com seus constantes enaltecimentos à resiliência, também pontua alguns pontos frágeis do conceito. Como toda empreitada interdisciplinar, há dificuldades inerentes ao convívio entre os diversos pressupostos epistemológicos e metodologias específicas das distintas áreas de conhecimento. Além disso, evidentemente, há também as dificuldades das simplificações conceituais que afetam as concepções já enraizadas na cultura, e cuja divulgação é pouco criteriosa, em especial no que diz respeito a conceitos como o de trauma e, claro, o da própria resiliência. O uso pouco criterioso dessas noções pelo senso comum faz com que, nas palavras do autor, elas “corram o risco de serem diluídas” ao “sofrerem inchaços semânticos” (Cyrulnik, 2014, p. 193, tradução nossa). Neste ponto, segundo o autor, residiria uma das fragilidades do conceito de resiliência, encontrando ressonância na voz de outros autores, tal como Serge Tisseron (2006), cuja crítica ao conceito também é traçada por esse viés.

Majoritariamente, Cyrulnik desenvolve seu raciocínio em torno de burilar a definição de resiliência e investigar as condições que a promoveriam, o que significa olhar não somente para os recursos pessoais do resiliente, mas igualmente para aqueles oferecidos pelas condições afetivas e socioculturais que o circundam. Em uma de suas definições mais famosas, utiliza-se da linguagem

metafórica, dizendo ser a resiliência “a arte de navegar nas torrentes” (Cyrulnik, 2004a, p. 207).

Construindo a imagem de uma pessoa que, ao sofrer um trauma, teria o curso de seu desenvolvimento forçado a um desvio repleto de adversidades, Cyrulnik (2004a) pontua que, no caso do resiliente, a diferença residiria justamente na sua condição singular de retomar o seu rumo com “confiança e alegria”, mesmo que enfrentando grandes dificuldades. Para tal superação, contaria tanto com recursos internos forjados na primeira infância e impregnados na sua memória, quanto com “uma mão estendida que lhe ofereça um recurso externo, uma relação afetiva, uma instituição social ou cultural” (p. 207).

Em sua obra, é possível observar o peso dado por Cyrulnik à condição do resiliente de aproveitar a oferta de ajuda externa e, até mesmo, de que tais recursos internos estariam relacionados à “construção de um temperamento”, de comportamentos cativantes que atrairiam o que ele denomina de “tutor de resiliência”.

Juntamente à definição acima, Cyrulnik (2012) escreve sobre a resiliência não ser “uma vacina contra o sofrimento”, “uma imunidade mental” que o indivíduo teria, desdobrando-se em uma espécie de invulnerabilidade, assim como não está relacionada equivocadamente ao êxito social, a uma adaptação bem-sucedida. Em suas próprias palavras, “o sucesso social não é necessariamente prova de resiliência, pois ele pode ser, em termos psicanalíticos, um ganho secundário quando acompanhado de forte dificuldade de relacionamentos emocionais nos indivíduos traumatizados” (Cyrulnik, 2012, p. 199, tradução nossa). Quer dizer, a resiliência, para o autor, contrariamente ao conceito de invulnerabilidade, falaria de uma condição íntima que permitiria, após a absorção do golpe e das dificuldades impostas por ele, o surgimento de um impulso pessoal para reagir e retomar um novo desenvolvimento psicológico, “uma espécie de renascimento após condições adversas” (Cyrulnik, 2004a, p. 7).

Essa reação está relacionada ao trabalho diário, similar ao do tecelão quando cria uma malha coesa, um tecido feito a partir do urdir de filigranas, tanto de nossas alegrias, quanto das experiências traumáticas, donde as cores impressas pelas marcas do trauma não irão desaparecer da trama, mas farão parte do tecido, sem que suas tonalidades sombrias comprometam sua beleza. Vejamos que, para Cyrulnik (2004a), “[a] metáfora da tessitura da resiliência permite dar uma

imagem do processo da reconstrução de si mesmo” (p. 113), na qual também está implícita que não há reversibilidade possível depois de um trauma, incitando a pressão para a metamorfose. Para o pensador francês, “não existe atividade mais íntima que o trabalho de atribuir sentido, uma vez que o que ficou impregnado pelo trauma real alimenta sempre representações de lembranças que constituem nossa identidade íntima. Este sentido persiste em nós e tematiza a nossa vida” (Cyrułnik, 2006a, p. 13).

Em termos da gestação dos matizes específicos de seu conceito de resiliência, tais quais a ênfase notável à importância do ambiente, Cyrułnik (2006a) explicitamente o relaciona a sua história de vida. Vítima de um trauma significativo quando criança – seus pais e familiares foram assassinados pelos nazistas e, ele próprio, por pouco escapou –, Boris Cyrułnik não sucumbiu frente às dores de suas feridas (Czerny, 2006). Soube cuidá-las de maneira que as mesmas servissem como ímpeto para seu crescimento pessoal, para a compreensão do comportamento humano e como inspiração constante de seus escritos. Entendemos, pois, como se teria gerado uma pergunta fundamental para sua elaboração teórica, qual seja: como aqueles que foram gravemente feridos podem voltar a ter prazer de viver?

Lembre-mos que esta correlação estreita entre a vida do autor e a sua própria elaboração teórica é uma das marcas de contribuições originais e de grande impacto cultural, das quais Freud seria um exemplo emblemático. Assim, acreditamos que Cyrułnik nos possibilita estabelecer uma peculiar ligação de suas ideias com a psicanálise, por meio de sua dimensão ética, em um viés que nos parece de relevância significativa, embora fuja ao escopo deste artigo tal aprofundamento. Permeando as diversas formulações de seu conceito de resiliência, avulta nas obras de Cyrułnik a dimensão ética de luta contra a resignação, da qual emerge a recusa do aspecto passivo e a obstinação em não admitir o destino humano em termos de fatalidade.

3.1.1 Resiliência e nicho sensorial

Segundo Josette Czerny (2006), o título do livro de Cyrułnik, *Falar de amor à beira do abismo* (2006a), associa dois termos antagônicos, no que já seria

uma primeira concepção, quase paradoxal, de resiliência – ou seja, a possibilidade de aproximar o amoroso e o caloroso do apavorante e do sinistro ao vencer um trauma. Nesta mesma obra, Cyrulnik delinea as possibilidades de o indivíduo emergir de ferimento profundo, a partir de uma atividade de restauração, à medida que seja capaz de retomar um curso de desenvolvimento psíquico saudável previamente sustado pelo abalo traumático. Para tal, necessita de um cotidiano afetivo com pessoas de seu convívio e de um discurso cultural que dê sentido a suas perdas e marcas.

Sobre esse ponto, como será visto adiante, é importante separar os conceitos de resiliência e resistência, posto que, frequentemente, a resistência impede a resiliência. Veja-se o exemplo daqueles que ficariam submersos no trauma, afogados. Embora possam resistir ao sofrimento e sobreviver desse modo, não se modificam estruturalmente como ocorre com os resilientes. Os traumatizados que desenvolveram tão somente a resistência – ou seja, a condição de apenas resistir/suportar a tensão e os efeitos negativos do trauma, sem elaborá-los de alguma forma – não tiveram capacidade de acionar ou desenvolver a resiliência. Não teriam encontrado um “tutor de resiliência” – elemento que Cyrulnik (2004a) valoriza essencialmente –, alguém ou um meio favorável que os tivesse ajudado a ir além do trauma. Em termos de uma aproximação do vocabulário psicanalítico, estaríamos falando aqui de um tipo de identificação, implicando boa relação afetiva e conduzindo a um investimento positivo – erótico/vitalizado – do narcisismo e de sua força egoica. Esta dinâmica, ao intensificar o sentimento de potência de si, poderia vir a favorecer os trabalhos de elaboração e superação do trauma.

E, para que esta dinâmica favorável se desenvolva, Cyrulnik (2014) faz uso substancial do seu conceito de “nicho sensorial”.

Desde a gestação, as experiências sensoriais e emocionais, tanto do bebê, quanto da mãe, já funcionam como as primeiras linhas da tecitura da resiliência, podendo tanto criar bases seguras, quanto fatores de vulnerabilidade no desenvolvimento dessa trama. A princípio, este nicho é descrito pelo autor como o elemento que esculpe o cérebro e sem o qual nenhum desenvolvimento é possível, pois ele seria “a *‘plaque tournante’* da intersubjetividade, a encruzilhada de pressões que orientam o desenvolvimento” (Cyrulnik, 2014, p. 46, tradução nossa). A constituição do nicho sensorial inicia-se no mundo uterino, a partir da

membrana e do líquido amniótico que envolvem o bebê e estimulam seus órgãos sensoriais e seu cérebro. A própria sonoridade que reverbera nesse mundo aquático, composta de sons de baixas frequências que vibram no osso frontal do bebê, se intensos e inesperados, podem alarmar o feto, mas passam a acalmá-lo, se neles ecoam a familiaridade da voz da mãe quando esta, por seu diálogo constante com o bebê, já constitui informação conhecida e tranquilizadora. Isto é, já haveria aqui uma maneira preferencial de tratar as informações, uma incipiente forma de memória, de aprendizagem.

Outro momento de grande importância destacado nesses primórdios por Cyrulnik (2009) é o trauma do nascimento, uma vez que o bebê sairia de um ambiente uterino acolhedor e seria, nas palavras do autor, “brutalizado pela nova sensorialidade que o cerca” (p. 116). Entretanto, neste mesmo momento, “surge um enorme envoltório sensorial chamado ‘mãe’ que ao colocá-lo em seus braços o aqueceria, que tocaria em sua pele, passaria o seu cheiro e que, com sua voz reconhecida pelo filho, traria tranquilidade e apaziguaria o grande mal-estar desse início” (p. 116). A experiência do nascimento, mesmo que possa ser dotada de uma carga penosa – lembremos, há diversos tipos de partos, o que torna difícil generalizar o acontecimento –, receberia igualmente uma intensidade vital através do encontro entre mãe e bebê.

Sendo assim, após o nascimento, há uma reorganização do nicho sensorial. Nesse momento, a presença inteira da mãe fornece um substituto afetivo às membranas do útero e, impregnando-se na memória afetiva da criança, a envolve em uma atmosfera segura de afeto e proteção. A resiliência neural – assim descrita por Cyrulnik (2014) – tornar-se-ia, então, facilmente desencadeada, tendo por base esse quadro favorável. Tal interação funciona, em um mecanismo similar ao de uma espiral, desde os primeiros dias: é na mãe que o bebê procura as informações sensoriais (cheiro, brilho dos olhos, baixa frequência da voz etc.) que lhe são necessárias para construir e reconhecer um sentimento de familiaridade. Só depois de ter essa base assegurada, o bebê passará a ousar explorar o entorno, uma vez que gradativamente vai adquirindo recursos próprios capazes de estabilizar as suas reações emocionais.

Neste caso, o que percebemos, a partir da leitura de Cyrulnik (2009), é que o nicho sensorial desempenha papel tranquilizador, servindo de espaço para que o bebê possa recuperar a confiança, não só após seu nascimento, mas após qualquer

experiência de estresse vivida posteriormente, como todas aquelas decorrentes do estar vivo, do movimento natural e esperado de exploração. Não obstante, haveria, pois, um ritmo favorável ao desenvolvimento determinado pela oposição proximidade-separação, na qual a intensidade produzida é experimentada de forma suportável. O autor ressalta ainda que o bebê, ao se apegar a esse objeto-mãe, ou a quem cumpra a função de promoção do bem-estar após períodos de tensão, acaba por adquirir a capacidade de se tranquilizar, não apenas em contato com uma realidade sensorial – com seus cheiros, voz etc. –, mas igualmente com a representação pré-verbal deste contato, do qual espera o apaziguamento.

Em menos de três meses, o bebê terá adquirido, pois, uma maneira de procurar por si mesmo os elementos sensoriais, embebidos neste campo que Cyrulnik (2004a) denomina “sensado (*sensé*)” de significados preliminares. São elementos que atuarão como tranquilizantes naturais e estimulantes exploratórios capazes, por assim dizer, de uma função homeostática na incipiente vida emocional do bebê. Vale destacar que Cyrulnik utiliza frequentemente a expressão “meio sensorial sensado (*sensé*)”, por conceber que a sensorialidade é influenciada, decisivamente, pelas maneiras com que certas sensações teriam sido experimentadas e significadas pelos pais, que o demonstram através de comportamentos dirigidos à criança. Em outras palavras, a maneira de a criança sentir seria fortemente influenciada pela história dos pais, pois os gestos manifestos destes transmitiriam como eles próprios sentiram e significaram certos objetos, como foram detectados. Conclui-se que, para Cyrulnik, as diversas modalidades possíveis desta exploração do mundo pela criança dependerão de como a mãe (ou quem cumpra esse papel) tenha respondido à necessidade de segurança implícita na busca de familiaridade da criança e dos significados dados às experiências dela.

Deve-se destacar ainda que uma propriedade de nosso particular interesse neste nicho sensorial é como ele provê um ambiente interno estável, em termos de um compasso regular de excitações e apaziguamentos das tensões, pois quando os estímulos provenientes da mãe respeitam os ritmos do bebê, ela permite que o filho experimente comportamentos de tranquilização e se sinta mais confiante para poder explorar o seu redor. Nesse sentido, podemos aventar ter havido alguma influência de D. W. Winnicott (1965/1983), uma vez que Cyrulnik o cita algumas vezes ao longo de sua obra, de forma não muito específica.

Já em um quadro de desenvolvimento desfavorável, desde a gestação pode haver falha na comunicação intrauterina entre a mãe e o feto. Os bebês recém-nascidos chegam, então, ao mundo com uma acentuada atrofia fronto-límbica. Nesse caso, a resiliência neuronal será difícil de ser desencadeada. Esta mesma falha, ainda no período uterino, ocorre quando a mulher grávida é gravemente perturbada por um acidente em sua vida. O ambiente uterino da criança sofre mudança de forma considerável, inclusive porque o nível de cortisol amniótico aumenta acentuadamente e pode comprometer o próprio desenvolvimento cognitivo da criança.

Quando isso acontece com um bebê no útero, isto é, sendo ele fisiologicamente afetado pelo estresse materno, a criança cria, nas palavras de Cyrulnik (2014), uma “vulnerabilidade neuro-emocional” (p. 11, tradução nossa), a qual gera dificuldade do bebê, ao nascer, em controlar a intensidade de suas emoções, o que conseqüentemente vai afetar a sua relação com aqueles que estão ao seu redor, diretamente envolvidos em seus cuidados. Posteriormente, Cyrulnik associa essa mesma vulnerabilidade a uma dificuldade nos relacionamentos, o que, claro, prejudica sua socialização.

A única forma de mitigar tal vulnerabilidade adquirida na gestação seria fornecer ao bebê um nicho sensorial ainda mais estável e seguro do que os outros bebês em geral necessitam. Ademais, dificilmente a mãe que ainda esteja sofrendo com o infortúnio passado deixa de atribuir ao filho um significado assustador, e tal “espiral” de sofrimento – que se estende por várias culturas nos tempos atuais – implica uma relação entre mãe e bebê mal formada e comprometida desde o seu início (Cyrulnik, 2014).

Nesta mesma sequência de comprometimento do desenvolvimento, vale dizer que, ao chegar ao mundo, em alguns casos, o bebê se depara com um nicho sensorial inseguro – resultado do sofrimento e do desconforto materno que vê que o quão difícil é criar o seu bebê –, uma vez que a mãe não é capaz de transmitir para seu filho a segurança e a alegria necessárias para lidar com suas próprias intensidades e desconfortos.

Assim como a insegurança, a infelicidade materna também poderá funcionar como um fator de vulnerabilidade e empobrecimento do nicho sensorial, o que, como consequência, funciona como freio ao desenvolvimento. De acordo com Cyrulnik (2006a), uma mãe deprimida emite uma sensorialidade

correspondente: “rosto pouco expressivo, ausência de brincadeiras corporais, olhares desviados, verbalidade morna. Nesse banho sensorial que traduz o mundo mental da mãe, o bebê aprende a reagir por comportamentos de retração” (p. 81).

Tais exemplos revelam o quanto o nicho sensorial será sempre empobrecido por um infortúnio dos pais, inclusive, antes de o bebê sequer falar, pois já se demonstrou que, antes de adquirir a fala, um bebê recém-nascido é capaz de entender e responder a um grande número de problemas. Perder a mãe na fase pré-verbal provocará um efeito de esgotamento sensorial no nicho emocional. Perder a mãe depois disso, quando a criança já fala, terá outro tipo de desdobramento, afetando a condição de representação verbal da criança.

De outro modo, quando os pais “sufocam” os filhos com excesso de zelo ou, ao invés, quando os negligenciam – as duas variáveis de falta de cuidados adequados –, o envoltório sensorial ficaria extremamente empobrecido e toda experiência de separação seria vivida como uma ameaça de perda da real segurança, tenha sido esta falsamente alimentada (pelo excesso de zelos) ou muito fragilizada pela sua quase total ausência. Elas são reversíveis, se o organismo estiver em desenvolvimento e se as informações sensoriais do meio recuperarem uma intensidade suportável e um ritmo proximidade-separação que estimule o cérebro (Cyrulnik, 2009).

Mas, segundo Cyrulnik (2014), o que parece ser mais prejudicial, por ser capaz de desorganizar todo o circuito neurológico e arruinar o nicho sensorial, é o “isolamento total”. A razão disso estaria no fato de que, em pouquíssimo tempo, esse isolamento causaria “atrofia do cérebro, embotamento emocional, medo do outro e aumento das atividades autocentradas” (p. 41, tradução nossa). Portanto, para o autor francês, não há constituição de um nicho sensorial satisfatório, de um desenvolvimento da resiliência sem uma figura que esteja minimamente investida nos cuidados do bebê, creditando a este cuidador um papel imprescindível na constituição subjetiva. E, aqui, entra a figura do apego – conceito original de John Bowlby (1984), amplamente explorado pelo autor francês na sua articulação com a resiliência – e os diferentes estilos afetivos que podem ser processados.

3.1.2 Resiliência e teoria do apego

Embora Cyrulnik (2014) não se detenha em explicações pormenorizadas de seus conceitos, preferindo contar com seu apelo retórico para transmitir sua significação, podemos resumir como sendo o “nicho sensorial” o conjunto de elementos, de ordem neuronal, fisiológica, ambiental, cultural e psicológica, que permite à criança, desde os primeiros anos de vida, sentir-se aconchegada em um contexto de segurança e afeto, em estreita correspondência com a relação estabelecida com a mãe ou substitutos simbólicos. No que tange à resiliência, a compreensão das consequências da criança ser submetida ao que Cyrulnik (2012) chama de “situação de comprometimento sensorial” faz-se importante, pois fundamenta sua premissa de que o nicho sensorial está estreitamente relacionado à criação dos recursos internos e, conseqüentemente, ao aumento ou à diminuição das possibilidades de desenvolvimento da resiliência.

Uma vez que o nicho sensorial do bebê pode ser comprometido por diversos fatores, Cyrulnik (2014) destaca que, além de padecimentos tais quais situações de pobreza, a evolução técnica e cultural também pode ser tida como agente influenciador na mudança da estrutura familiar. Isso serviria, na sua visão, para entender um tipo de comprometimento sensorial nos dias de hoje, decorrente dos filhos não serem mais cercados por um sistema familiar de múltiplos apegos, como aquele oferecido por uma família extensa ou mesmo por uma comunidade vizinha mais participativa, e sim por “telas e geladeiras” que serviriam de babás. Contribuiria para este “comprometimento sensorial”, ainda, um estilo de vida cada vez mais sedentário, que torna inútil a força muscular).

Esta questão dos tipos de apego desenvolvidos na infância e sua relação com a regulação afetiva é um ponto muito explorado pelo autor francês. No livro *De corpo e alma: a conquista do bem-estar* (2009), a partir de um Cyrulnik influenciado pela neurobiologia e pelos estudos etológicos, chama-nos a atenção a sua constante utilização dos termos de tranquilização e apaziguamento, para justificar a importância de um apego seguro nos primeiros anos de vida do indivíduo, aos quais se refere como “período sensível”. Isto nos faz pensar que a capacidade de regulação dos afetos, das intensidades, seja um ponto central da resiliência.

Partindo desse ponto de vista, Cyrulnik (2006a) destaca o papel do cuidador, inicialmente, na regulação do bebê. De uma forma geral, na maioria das vezes, a figura de apego é a mãe, podendo ser substituída por qualquer pessoa

significativa que cuide regularmente do bebê, como, por exemplo, o pai, os avós ou mesmo uma instituição. Juntamente à sua função de proteção, de prover a satisfação das necessidades deste ser, ela possui outro papel de grande valor: o de possibilitar a criação de um estilo de desenvolvimento emocional, isto é, uma forma preferencial de aprendizagem que se tornará tendência para governar os relacionamentos posteriores (Cyrulnik, 2014). A figura de apego descrita por Cyrulnik (2006a) é “composta de imagens, de sensorialidades e de atos dirigidos ao recém-nascido. De gesto em gesto, esse real sensorial se impregna na memória do pequenino e ensina-lhe a esperar certos comportamentos que virão dessas figuras de apego” (p. 81).

Como previamente mencionado, as condições para o desenvolvimento possível da resiliência em diversos graus, de acordo com Cyrulnik (2012), estão estreitamente relacionadas à aquisição, nos primeiros anos de vida, “de um estilo socializante afetivo”, que impregna uma tendência relacional na memória, gerando diferentes formas de os indivíduos reagirem aos traumas. Quer dizer, essa tendência determina não só o caminho a ser seguido no desenvolvimento do indivíduo, mas também “o grau de resiliência ante os acontecimentos estressantes da vida” (Cyrulnik, 2004a, p. 9-10).

Partindo desse referencial, Cyrulnik (2004a) classifica os que permanecem submetidos ao trauma, com dificuldades de desenvolver a resiliência, em três grupos, seguindo o esquema de apego: os evitativos (aqueles que têm medo de exprimir as emoções), os ambivalentes (por angústia, agridem quem amam), e os desorganizados (que estão sempre aflitos e confusos). É possível delinear, mesmo que de forma incipiente e experimental, certa correlação desta terminologia da teoria do apego com uma tradução aproximada da terminologia psicanalítica. Assim, dizemos que os mecanismos psíquicos evitativos apresentariam semelhanças com aqueles da repressão; os ambivalentes, das dinâmicas sadomasoquistas; e os desorganizados, de certas síndromes de angústia (apego-angustiados – expressões de obsessividade).

Por outro lado, as crianças capazes de desenvolver um esquema de apego seguro na primeira infância têm mais condições de se tornarem resilientes ao sofrer o acidente traumático, mas Cyrulnik (2004a) nos faz lembrar que estes “estilos afetivos básicos” adquiridos nessa época não são imutáveis e submetidos a uma causalidade fatalista. Na verdade, constituem uma tendência que orienta as

relações posteriores, sempre abertas a remanejamentos, diante de novas aprendizagens nas interações afetivas, quando novas configurações podem ser criadas – por exemplo, diante de um acontecimento afetivo comovente, um encontro com um artista, um psicoterapeuta, um primeiro amor etc. Em suas palavras, “quando o contexto muda, um breve momento de desadaptação possibilita as mudanças da criança em direções opostas” (Cyrulnik, 2004a, p. 56). Isto acontece porque, durante essas desadaptações, fatores determinantes de origens diferentes podem se conjugar de outra forma e, assim, mudar o ambiente que envolve a criança e molda seu comportamento. Mas, vale salientar, que essas mudanças de “estilo relacional por ocasião das mudanças do entorno dependem então da defasagem entre comportamentos temperamentais adquiridos pela criança e as interpretações diferentes que os adultos podem dar a elas” (Cyrulnik, 2004a, p. 57).

Retomando a descrição das formas mais ou menos saudáveis de desenvolvimento de “apegos”, comecemos por falar sobre aquele que é a referência de Cyrulnik (2004a) para o desenvolvimento ótimo da resiliência, sendo também o mais frequente e facilmente observado, o “apego seguro”. Ele provê um sentimento de segurança à criança e, conseqüentemente, a condição necessária para que ela ouse se separar e se afastar do objeto/figura de apego (em geral a mãe). “Quando a mãe se vai, a criança a simboliza inventando objetos tranquilizadores para substituí-la” (p. 58). Dessa maneira, a criança “sai” para explorar seu pequeno mundo desconhecido e retorna para a mãe com quem compartilha o entusiasmo de suas descobertas. A implicação deste apego é que, em caso de desventura na vida da criança, ela já terá adquirido um comportamento cativante que mobiliza os adultos e os transforma tão logo possível em base de segurança. O indivíduo que teve um apego seguro quando criança saberá buscar o substituto de que precisa para regular os seus afetos após uma situação traumática: “Ele já adquiriu a capacidade de transformar qualquer adulto em boa mãe” (Cyrulnik, 2009, p. 92).

Assim, já dentro das correlações possíveis com a psicanálise, o “apego seguro” seria o sinal de que foi desenvolvido um tipo de narcisismo primário propício ao florescimento da autoestima, das condições psíquicas que propiciam os sentimentos de segurança, confiança, autonomia e entusiasmo.

Passando agora às condições menos favoráveis de desenvolvimento da resiliência, temos a formação do “apego evitativo”, que nos é explicada por Cyrulnik (2004a) através de um viés de sua expressão pelo negativo. Sua referência é aquela criança que não teve uma figura de apego calorosa nos primeiros anos de vida, uma figura que fosse capaz de reabastecer a criança de alegria no retorno de cada experiência de exploração, de lhe prover a segurança necessária para buscar um novo vínculo diante de seu afastamento. O autor descreve este apego com a criança que, na presença da mãe, brinca e explora, mas não compartilha. Quando sua mãe “desaparece”, fica muito angustiada, mas, quando ela volta, a criança não vai em sua direção. Poder-se-ia pressupor, em uma leitura psicanalítica paralela, que haja aqui uma latência de processo repressivo em relação às pulsões libidinais relativas à figura materna.

Nesta mesma linha, encontramos o “apego ambivalente”, descrito por Cyrulnik (2004a) como característico de uma criança muito pouco exploradora quando a mãe está presente e que fica demasiadamente aflita quando ela desaparece. E, mesmo quando a mãe volta, a criança fica inconsolável, pois ela aprendeu a estabelecer uma relação de ajuda apenas pela expressão da sua aflição. Sem esta, segundo ele, resta somente um deserto sensorial, no qual da aflição brota a esperança de socorro. Em aproximada tradução psicanalítica, essa criança, exprimindo-se em relação aos afetos de forma que pode ser considerada “masoquista”, provocaria uma relação sádica no contexto libidinal com seus pais.

Por último, temos o “apego desorganizado”. Trata-se de bebês que construíram um apego imprevisível, porque a relação entre o próprio mal-estar íntimo e o envoltório afetivo dos adultos à sua volta não possibilitou a impregnação de um apego estável necessário para a criação dos recursos comportamentais tranquilizantes e exploratórios (Cyrulnik, 2009). Em termos comportamentais, Cyrulnik (2004a) descreve os bebês que não sabem utilizar a mãe como base de segurança quando ela está presente, nem se tranquilizar quando ela volta, uma vez que não possuem os recursos internos de tranquilização nos anos precoces. O problema desse padrão de comportamento é que elas provocam afastamento ou rejeição dos adultos, pois se tornam crianças difíceis de amar. Possivelmente, os conceitos psicanalíticos ligados às diversas maneiras pelas quais a angústia se expressa na criança seriam passíveis de associações com tal forma de desenvolvimento do apego detalhada por Cyrulnik (2004a), uma vez que

a angústia pode provocar respostas desencontradas e incoerentes em relação aos padrões usuais de comportamento, o que deixa desconcertadas e sem reações previsíveis as pessoas ao redor do indivíduo.

Além disso, Cyrulnik (2004a) destaca que um dos fatores, nos primeiros dois anos da criança, que aumentaria o prognóstico de resiliência no decorrer do seu desenvolvimento, é se o ambiente for constituído por múltiplos apegos, pois, uma vez que a figura principal de apego falhe, a criança pode recorrer a outras pessoas ao seu redor que cumpram as funções de assegurá-la e estimulá-la afetivamente dentro de suas necessidades, de forma que favoreçam a possibilidade de resiliência no futuro.

3.1.3

Resiliência, mentalização e mecanismos de defesa

Para o estudo das dinâmicas psíquicas potencialmente envolvidas no processo de resiliência, Cyrulnik (2014) direciona sua atenção para determinados mecanismos de defesa. Estes constituiriam valioso alicerce para a descrição do mundo interior do sujeito que enfrenta agonia psíquica, podendo ser divididos entre os mecanismos que facilitam o processo e os que impedem a resiliência. Ressaltamos aqui que Cyrulnik faz referência a trabalhos prévios de outros autores que já haviam explorado essa tematização, tais como Tychey e Lighezzolo-Alnot (2006) e Bateman e Fonagy (2003, 2006). Os últimos, especialmente no que diz respeito à mentalização.

Sobre os mecanismos facilitadores, isto é, propícios a uma retomada do desenvolvimento, Cyrulnik (2014) assinala a importância da mentalização, uma vez que o trauma, sendo representado por meio de palavras e compartilhado com uma pessoa de confiança, teria mais possibilidades de ser superado. De uma maneira geral, o conceito de mentalização é descrito como a capacidade a ser desenvolvida no indivíduo de, principalmente, perceber a si próprio e perceber os outros como seres psicológicos, isto é, de considerar os estados mentais, tais como os pensamentos, sentimentos, intenções, desejos e motivações subjacentes aos comportamentos (Ensink et al., 2015). Em outras palavras, podemos dizer que se refere à condição do indivíduo de refletir sobre e compreender o seu estado de espírito e o dos outros.

Já sobre a origem do termo, podemos colocá-lo como pertencendo a um movimento de expansão da teoria do apego, encabeçado por Peter Fonagy e seus colaboradores, tais como A. Bateman (2003, 2006), M. Target (2006) e J. G. Allen (2006). Segundo o próprio Fonagy, o conceito foi desenvolvido a partir de um estudo empírico na década de 1990, no qual concluíram que “havia uma sinergia vital entre os processos de apego e o desenvolvimento da capacidade da criança de compreender o comportamento interpessoal em termos de estados mentais” (Eizirik & Fonagy, 2009). Além disso, Fonagy reconhece como inspiração o trabalho psicanalítico com pacientes limítrofes, no qual a ideia de partida considera que a condição de representar a si mesmo e aos outros como um ser que pensa, deseja e crê seria uma conquista do desenvolvimento com uma base forte na qualidade dos relacionamentos iniciais.

Ramires & Godinho (2011) realçam o trabalho de J. Holmes (2006), no qual o autor analisa o conceito de mentalização sob uma perspectiva psicanalítica, identificando quatro matrizes distintas: a) na teoria da mente, que propõe a noção de que reconheceríamos a existência de mentes similares à nossa, e que se desenvolveria nos cinco primeiros anos de vida); b) na “função alfa” de Bion (1962/1991; 1967), ou seja, na “capacidade de pensar os pensamentos”, desenvolvida, a princípio, com o auxílio da mãe; c) na psicossomática de P. Marty (1991), na qual a mentalização seria o oposto do pensamento operatório ou “*acting out*”, o avesso da incapacidade de colocar os sentimentos em palavra; d) e, por fim, na psicopatologia do desenvolvimento de Fonagy (Ensink et al., 2015) com seus colaboradores, na qual a capacidade de “mentalização” corresponderia àquela de dimensionar a contribuição dos seus próprios sentimentos na sua apreciação do mundo, a partir de um *self* robusto capaz de distinguir as realidades interna e externa (Ramires & Godinho, 2011).

Pode-se perceber que, em todos esses enfoques, a importância das figuras parentais na infância é acentuada. Nesses casos, a boa qualidade das relações objetais primárias viabilizaria ou não a emergência da mentalização, uma vez que, segundo o autor, esta se desenvolve “quando um indivíduo experimentou a si mesmo na mente de um outro durante a infância, num contexto de apego seguro, contexto que, para os autores, seria condição para seu amadurecimento” (Ramires & Godinho, 2011). Além disso, na conceituação do autor e de seus colaboradores, há um destaque sobre a mentalização ser de grande importância para o que

chamam de regulação emocional e controle da atenção, sendo esse aspecto tido como uma das principais características dos transtornos de personalidade (Fonagy & Allison, 2011).

Em termos de sua inserção na psicanálise, pode-se aventar, como hipótese a ser investigada com maior profundidade, o fato de a mentalização se impor como operação mediadora no processo de transmissão transgeracional do trauma.

Paralela à mentalização, a sublimação artística, ao transformar o sofrimento em beleza estética, abre espaço para o compartilhamento do mundo mental. O humor também permitiria a expressão do sofrimento de forma amena, sem causar desconforto ao seu redor. Sublimações de cunho social, como o engajamento em causas humanitárias, funcionariam como alicerces, já que o altruísmo estimula a empatia de que o resiliente necessita.

Do outro lado do espectro, encontram-se os mecanismos de defesa que impediriam a resiliência. Os primeiros deles, a repressão, o atordoamento e a indiferença, apesar de permitirem uma diminuição do sofrimento, impedem que o problema seja efetivamente enfrentado. A regressão, por sua vez, traz um comportamento de renúncia, de resignação frente aos fatos. Apesar do “efeito calmante” como ganho secundário, afeta a autoestima e a motivação, fatores fundamentais à resiliência. Por último, a agressividade, a raiva expressa em atitudes antissociais, repele os outros, levando ao isolamento, sendo este mecanismo considerado por Cyrulnik (2014) como “principal fator de anti-resiliência” (p. 14, tradução nossa).

Haveria ainda dois mecanismos que seriam “temporariamente aceitáveis”: a negação e a clivagem. Se, por um lado, a negação alivia o aspecto sofrido de uma lembrança ou constatação penosa, por outro, impossibilita a mentalização. A clivagem, de modo similar, atua como subtração psíquica da existência do problema, causando cisões desagregadoras.

Ao lançar mão desses mecanismos, o indivíduo assiste uma parte significativa de seu mundo íntimo ficar inacessível para si próprio (inconsciente). Mesmo que ele compartilhe com os mais próximos a parte consciente que é capaz de suportar, isto não é o suficiente para evitar, em alguns casos, crises de depressão ou raiva. Crises aparentemente inexplicáveis para aqueles que estão ao seu redor (Cyrulnik, 2014).

Somado a estes últimos “tipos” de mecanismo, há o devaneio, cuja função protetora de refúgio momentâneo tornaria a vida mental menos dolorosa, fornecendo tempo para que a agonia possa ser mentalizada. No entanto, como ressalta Cyrulnik (2014), em casos graves, a persistência desses devaneios pode vir a tomar um rumo patológico de fuga permanente da realidade.

3.1.4 Reflexões acerca das ideias de Cyrulnik

É digno de nota observar o quanto Cyrulnik (2004a, 2006a, 2009) utiliza metáforas para construir o seu sistema de pensamento, que se inspira, talvez excessivamente, da força da retórica do convencimento, atributo de uma escrita poética engajada. Esse estilo pode ser pertinente, em termos de exemplificações pontuais, uma vez que a arte e a psicanálise têm vínculos tradicionais em comum no que diz respeito à descrição de sentimentos. Porém, o recurso excessivo à metaforização no relato de vicissitudes afetivas se afasta consideravelmente do tipo de reflexão que desperta maior interesse para a elaboração metapsicológica no panorama da psicanálise. Desse modo, como interlocutores, somos “envoltos” em uma atmosfera que busca, antes de tudo, encontrar no leitor um eco em termos de empatia afetiva para com o sofrimento e reações a ele dos indivíduos resilientes. Em paralelo, deixa-se de ter a oportunidade de dimensionar e questionar aspectos psíquicos mais precisos para o entendimento das circunstâncias nas quais a resiliência teria se desenvolvido, como, por exemplo, os diferentes tipos de trauma e as condições psíquicas anteriores e posteriores dos indivíduos que o sofreram.

Na tentativa de aproximar este conceito ainda mais do âmbito psicanalítico e metapsicológico – uma vez que a resiliência, nas obras de Cyrulnik (2004a), parece estar inserida prioritariamente na teoria do apego, gostaríamos de refletir sobre as definições expostas acima. Quando o autor define resiliência como “a arte de navegar nas torrentes”, comparamos essa metáfora não só com uma espécie de habilidade em lidar com o sofrimento gerado pelo choque traumático de um evento real trágico (vítimas de guerras, maus tratos, abusos, acidentes etc.), mas também com a pressão gerada pelas “torrentes internas”, maremotos psíquicos (modelo econômico da metapsicologia freudiana, transbordamentos

pulsionais). No último caso, tais correntes se expressam por meio da angústia gerada pelos anseios, medos, ambivalências, fantasias, ou pela própria pressão advinda das intensidades excitatórias, sem condução representativa. Para lidar com esse excesso dentro do aparelho, o ego do indivíduo resiliente deveria, na linha de raciocínio de Cyrulnik, apelar aos recursos internos impregnados em sua memória nos anos precoces do desenvolvimento.

Vale destacar que, quando o autor francês escreve que “a aquisição de recursos internos deu ao resiliente confiança e alegria” (Cyrulnik, 2004a, p. 207), em nossa avaliação, isso poderia ser interpretado como o aspecto da vitalidade, termo muito ressaltado e valorizado por autores caros à psicanálise pós-freudiana e contemporânea, tais como D. W. Winnicott (1971), Daniel N. Stern (2010), Thomas G. Ogden (2013) e Luís Claudio Figueiredo (2018a). A vitalidade, dentro do escopo freudiano, poderia ser lida como a própria pujança da pulsão de vida trabalhando para sobrepor-se aos desinvestimentos da pulsão de morte. Se levarmos em consideração ainda que a confiança e a alegria são efeitos de “aptidões facilmente adquiridas ao longo dos primeiros anos”, aqui estaria aberta a possibilidade de discussão sobre a origem da resiliência estar no desenvolvimento do narcisismo, uma vez que esse conceito freudiano comporta ressonâncias com os aspectos da confiança em si mesmo, da força de suportar a pressão das tensões pulsionais sem grandes desestruturações, assim como dos choques traumáticos. Além disso, a correlação da confiança com o apego seguro de Bowlby nos faz pensar justamente no desenvolvimento do ego frente à relação satisfatória com o objeto primário.

Estes aspectos de confiança e alegria também são descritos por Cyrulnik (2004a) como correspondentes a comportamentos “cativantes” – termo que, em nossa hipótese de trabalho, associamos mais ao “encantamento” do que à “sedução”. Comportamentos que viabilizariam ao indivíduo, mesmo quando imerso nas torrentes de angústia, ser capaz de constituir com outra pessoa um tipo de aliança voltada para a vida, que lhe permitiria emergir do sofrimento. Assim, desde já, em nossa avaliação, imprimimos uma conotação menos dependente ao termo “tutor de resiliência” – a nosso ver, muito impregnado, nas ideias de Cyrulnik (2004a), de um “aproveitar da oportunidade de ajuda oferecida por outra pessoa”. Isto sequer corresponderia ao que se pode esperar em termos do desenvolvimento da autonomia do indivíduo a partir de suas primeiras relações

com um agente de cuidados. Aqui, já começamos a desenhar que haveria uma espécie privilegiada de dinâmica psíquica identificatória com certos traços do objeto primário capaz de vir a ajudar significativamente o desenvolvimento de um narcisismo suficientemente bom e, conseqüentemente, os mecanismos e processos resilientes.

Vale notar que Cyrulnik (2004a) também reforça a potência do indivíduo por meio de uma metáfora de natureza ígnea no que se refere à criança capaz de resiliência:

Essa centelha afetiva lhe permitiu não perder os encontros com as personagens significantes que possibilitaram as primeiras malhas da tecedura de sua resiliência. Sem dúvida, foi o acaso que as colocou em seu caminho, mas foi um acaso significativo, já que ele soube identificá-lo. Sem essa centelha afetiva, ele o teria simplesmente deixado passar. (Cyrulnik, 2004a, p. 159)

Cyrulnik (2004a) reforça o aspecto vital incandescente de sua apreciação da potência dessas crianças quando diz que elas teriam a capacidade de reter impressões precoces positivas – anteriores ao trauma – em sua memória, a qual ficaria marcada como que “em brasa” pelo signo da resiliência. Assim, esta representação de si agrega na memória desse indivíduo o sentido, tanto do dilaceramento, quanto do fulgor da brasa. Malgrado o sofrimento posterior, a criança sente que pode vir a ser amada depois do trauma, pois foi amada e apreciada antes do evento perturbador. Assim, terá condições de se engajar nos riscos e deleites da aventura amorosa.

Ainda sobre a retomada pós-trauma dos resilientes, Cyrulnik (2004a) descreve a admiração expressa por eles ao fazerem uma retrospectiva de como foram capazes de reaprender a viver. Entretanto, essa superação, “esta passagem da sombra para a luz, a escapada do porão ou a saída do túmulo implicam a necessidade de reaprender a viver uma outra vida” (p. 3). Por um lado, isto denota que a resiliência psicológica não deve ser correspondida ao termo em sua origem física, de retorno a um ponto ou condição original – uma vez que, em termos psíquicos qualitativos, isto é, das representações, o arcabouço simbólico de um resiliente estaria passando por processos de transformações profundas e, naturalmente, não seria mais o mesmo após o retorno do choque traumático. Mas, por outro lado, se pensarmos em termos quantitativos, de certa força da pulsão de vida (ou seja, de predomínio desta em relação à pulsão de morte), poderíamos

falar de um retorno do resiliente a certa “homeostase” do aparelho – a uma condição específica, “compensada”, de tensão que permite ao indivíduo ser capaz de retomar seu desenvolvimento psíquico, emocional, de um retorno à vida tal como o autor descreve a resiliência.

Nesse caso, o conceito de nicho sensorial parece revelar-se um operador fértil na inserção e na discussão da resiliência no campo da psicanálise. Nesta direção, a ideia de nicho sensorial se articula à construção de um sistema favorável à elaboração psíquica, a partir do emaranhado de estímulos, comunicações e encontros pré-verbais na estruturação do narcisismo primário, de acordo com o diálogo entre o modelo intrassubjetivo (relação do ego com as pulsões e a realidade externa) e o modelo intersubjetivo (papel da relação objetal na constituição do ego e seus recursos) defendido no paradigma da psicanálise contemporânea.

Para finalizar, deixemos a observação de que, na obra de Cyrulnik, não são bem definidos os matizes da resiliência que existiriam entre a dependência (só receber e sobreviver) e a autonomia (transmitir e transformar). Nesta diferença, a elaboração mais especificamente psicanalítica teria muito a contribuir.

3.2 Primeiras avaliações psicanalíticas da pertinência do conceito para a psicanálise

Nesta segunda seção, afinando a nossa aproximação com o ambiente psicanalítico, passamos a apresentar o relevante panorama resenhado por Tychey e Lighezzolo-Alnot (2006), que procuram endossar a pertinência do uso do conceito de resiliência em psicanálise, levando em conta, inclusive, a vinculação desta com a saúde, de acordo com tal orientação por nós explicitada no capítulo anterior. Particularmente interessante é a investigação dos autores acerca das diferenças de abordagem ao tema, de acordo com a inserção dos pesquisadores no enquadre epistemológico francês ou anglo-saxão.

3.2.1 As contribuições de Tychey e Lighezzolo-Alnot

De acordo com Tychey et al. (2012), para se poder tentar explicar a resiliência e os processos subjacentes a ela por meio de um enquadre psicanalítico, é imprescindível que isto se justifique segundo um modelo de saúde psicológica, que leve em conta o grau de normalidade ou patologia do indivíduo, mesmo que tais conceitos estejam sujeitos a muitas controvérsias no campo. Assim, eles associam “entender os processos que sustentam [a resiliência] de maneira, inclusive, a um dia considerar promovê-la” (Tychey & Lighezzolo-Alnot, 2006, p. 127), revelando, deste modo, uma atitude mais ativa em prol da promoção da saúde.

Nesta linha, para discutir tal modelo, os autores acima começam por citar a proposta do médico e psicanalista francês Jean Bergeret (1991), que, a partir de sua perspectiva da psicanálise estrutural, propõe que o indivíduo verdadeiramente saudável teria faculdades pessoais defensivas ou adaptativas, em termos de equipamento afetivo herdado e/ou adquirido, as quais lhe permitiriam bem adequar suas necessidades instintivas e seus processos primários e secundários, tanto nos níveis particular, quanto naquele de interação social, levando em conta os princípios da realidade. Ressaltamos que ele não faz menção às condições de ordem psicanalítica para enfrentamento das situações traumáticas que iriam além dos mecanismos adaptativos ou defensivos, no sentido de uma transformação mais estrutural.

Tychey et al. (2012) destacam ainda a ênfase dada por Bergeret à distinção entre normalidade e patologia, quando associa esta ao conceito da descompensação de certo modo de organização da personalidade, que romperia o equilíbrio entre investimentos narcísicos e objetivos. Deste modo, a descompensação, sinônimo de patologia nessa perspectiva de Bergeret ou – já na interpretação dos autores– de ruptura da resiliência psicológica, se manifestaria por sintomas mentais (ansiedade, depressão ou delírio etc.), somáticos (doença, sofrimento no nível do corpo) ou comportamentais (passagem para o ato auto ou heteroagressivo, acidente causado etc.).

No entanto, essa definição vai ser criticada por outros autores, pois Bergeret deixa uma questão fundamental em aberto: o indivíduo precisa passar por testes, aos quais ele deve resistir para continuar seu desenvolvimento – ou seja, colocam-se, aqui, discussões em torno da natureza e das formas de possíveis superações do “trauma”, uma vez que estes tópicos precisam ser discutidos para

autorizar o uso do conceito de resiliência ao qual eles estão intrinsecamente associados.

Junto a isso, Tychey et al. (2012) nos chamam a atenção para o fato da questão do trauma dividir os especialistas que estudam a resiliência atualmente, identificando duas orientações principais. A primeira, com a qual mais nos afinamos, consiste em dar um sentido mais amplo ao conceito de trauma, ao mesmo tempo, estendendo-o a situações de “microtraumas” e àquelas que não apresentariam um perigo vital imediato, mas sim uma vicissitude psíquica importante para o desenvolvimento do indivíduo. Os autores lembram-nos de que podemos encontrar essa posição em Cyrulnik (2006a), quando ele menciona a desativação do microtrauma, embora não seja este o foco prioritário de suas ideias.

Já a segunda orientação limita a extensão da relação entre a resiliência e o trauma, circunscrevendo o conceito de resiliência a situações traumáticas que lidem diretamente com o “real da morte”, ou seja, com uma “ameaça direta de morte”. Assim, a princípio, justifica-se o interesse de Bergeret pelos aspectos patológicos acima comentados, uma vez que a estruturação da resiliência estaria ligada a contextos negativos, potencialmente geradores de estados patológicos de estresse, conforme classificados no DSM-IV. Os anglo-saxões Mancini e Bonano (2006) ressaltam, em relação a este ponto de vista, o risco de dar uma abrangência exagerada ao conceito de resiliência, colocando no mesmo plano as concepções de resiliência e restauração (recuperação) (Tychey et al., 2012).

Isto porque só se poderia falar propriamente de “resiliência” – ou seja, só então o termo assumiria seu pleno significado – quando o indivíduo se depara com um perigo mortal que produza, em um primeiro momento, uma efração (ruptura duradoura da barreira de excitações intrapsíquicas) violenta e não metabolizável, à qual deva, entretanto, resistir. De fato, no contexto de uma simples adversidade, tal ruptura não é inevitável e, mesmo que ocorra, não assumirá a mesma forma, intrapsíquica nem neuronalmente, daquela que cria a resiliência. Em paralelo, os mecanismos defensivos implementados no indivíduo que sofreu este “trauma menos extenso” não serão da mesma natureza e as possibilidades de processar determinadas excitações provavelmente seguirão jornadas distintas.

Compreendemos, assim, que esta segunda concepção circunscreve a resiliência somente àquelas situações em que haveria uma real ameaça de morte e uma intensidade de excitação intrapsíquica superior à capacidade de metabolização do aparelho, o que não corresponde ao conceito de resiliência de que queremos tratar. Afinal de contas, não podemos esquecer que o fantasmático também pode produzir esse arrombamento, quando revivido enquanto realidade psíquica atualizada através das reminiscências de um evento traumático do passado; que a pulsão de morte pode produzir esses “arrombamentos” quando incitada pelas dores infantis. De fato, seria importante não reduzirmos a resiliência a um conceito guarda-chuva, no qual colocaríamos todas as situações adversas que o sujeito soube ultrapassar, o que exige colocarmos nosso posicionamento quanto ao limite e alcance deste conceito.

3.2.2

Reflexões a partir de Louis Côté de uso para a resiliência

Ainda em termos das repercussões relativas a diversos tipos de trauma e das diferentes respostas do psiquismo a eles, Tychey e Lighezzolo-Alnot (2006) dão destaque ao pesquisador Louis Côté, da Universidade de Montreal (Departamento de Psiquiatria do Hospital Saint-Luc), que, em seu artigo *Fatores de vulnerabilidade e desafios psicodinâmicos em reações pós-traumáticas* (1996, tradução nossa), faz uma distinção entre dois tipos de trauma. O primeiro tipo englobaria aqueles resultados de “um evento repentino, inesperado, perigoso e de curto prazo (exemplo: acidente, desastre natural [como um tsunami...], acidente tecnológico, acidente de automóvel ou tentativa de crime contra a pessoa)” (p. 134) Em relação a este tipo de trauma, verifica-se que “as sequelas psicopatológicas de acidentes tecnológicos (como o acidente na usina de Three Miles Island ou Chernobyl) têm efeitos pós-traumáticos muito mais sérios e duradouros do que desastres naturais” (Tychey & Lighezzolo-Alnot, 2006, p. 135).

Já os traumatismos do segundo tipo abarcariam aqueles cujo resultado advém “de eventos cumulativos e duradouros e (ou) repetitivos, frequentemente infligidos voluntariamente por seres humanos (agressão física, violência doméstica, abuso sexual)” (p. 135). Em relação a estes, as consequências são, em

média, maiores, se forem cometidos por um parente, do que se por um estranho (Tychev & Lighezzolo-Alnot, 2006).

Tychev e Lighezzolo-Alnot (2006) ressaltam ainda que Côté nos oferece uma interpretação psicanalítica para explicar essas diferenças de impacto com base na relação entre a natureza do trauma e os fatores de vulnerabilidade a ele vinculados. O autor enfatiza, que, para que haja um trauma, é necessário, antes de tudo, uma ruptura, um ataque ao sistema de barreira/escudo protetor de excitações do aparato psíquico. Mas e como o psiquiatra define exatamente este escudo de excitação? Para Côté, assim como para a maioria dos psicanalistas, tal escudo consiste “(n)o conjunto de processos psíquicos que protegem o aparato psíquico contra um grau de estímulo [seja de origem interna ou externa] que seria prejudicial para que as excitações cheguem em à psique em quantidade suficiente [...] para que possam ser transformadas em representantes” (Tychev & Lighezzolo-Alnot, 2006, p. 136). Aqui, vale lembrarmos de que Freud trabalha com esta ideia em seu *Projeto para uma psicologia científica* (1950[1895]/1996a), retomando-a em *Além do princípio do prazer* (1920/1996b).

A partir daí, Côté (1996) concebe que a desorganização psíquica do indivíduo que sofreu o trauma está intimamente ligada aos fundamentos do superego e do ideal do ego; ambos estariam sendo diretamente abalados pelo traumatismo em termos de excesso de sofrimento experimentado. Seu argumento é que o acidente tecnológico causa mais danos psicopatológicos do que o desastre natural, porque “envolve a responsabilidade do ser humano, ou a imperfeição do projetista por ele responsável, ou seja, negligência das instâncias responsáveis” (p. 136), substitutas das funções parentais.

Da mesma forma, um estupro cometido por um ente querido desencadeia, em média, mais sintomas psicopatológicos do que o estupro cometido por um estranho. Isto

porque as representações do Superego e do Ideal do Ego são guardiões dos valores com os quais nos identificamos. [...] Nos eventos traumáticos humanos, eles são desprezados. Todo um trabalho de reorganizar as representações do Superego e do Ideal do Ego é então imposto à vítima”. Poderíamos aqui falar, pois, de um trabalho de luto na medida em que, face à realidade da agressão [no caso de estupro, por exemplo], a figura dos pais torna-se ausente e, ao violar todas as interdições do Superego, altera visceralmente também os Ideais associados a tais figuras. (Tychev & Lighezzolo-Alnot, 2006, p. 137, tradução nossa)

Diante deste cenário, Tychey e Lighezzolo-Alnot (2006) evidenciam o surgimento de uma questão essencial para Louis Côté: como podemos resistir ao traumatismo nessas condições, a fim de nos recuperarmos? Segundo os autores, apesar de ele não respondê-la completamente, nos sugere, sem usar o termo resiliência, duas operações que lhe parecem essenciais. A primeira consistiria em conseguir uma reconstituição do escudo de excitação. Na verdade, o psiquiatra não detalha de que forma isso seria feito, mas Tychey e Lighezzolo-Alnot tentam revisar, do ponto de vista psicanalítico, as forças sobre as quais o indivíduo pode se apoiar interna e externamente. Para eles, por um lado, essas forças estariam ligadas à qualidade do apoio e ao(s) relacionamento(s) de apego(s) construído(s) durante o desenvolvimento. Por outro lado, à qualidade das defesas psíquicas e do funcionamento mental do indivíduo.

A segunda operação sugerida por Côté seria a de desenvolver uma reconstrução das representações do superego e do ideal do ego. Isso vai depender diretamente da qualidade das primeiras identificações do indivíduo, assim como daquelas adquiridas durante seu desenvolvimento, se ele tiver sido confrontado com um ambiente inicial deficiente a esse respeito. Isso colocaria em pauta outra questão importante que o autor também não escrutina: quais seriam as qualidades dos novos modelos capazes de facilitar essas novas identificações para gerar a reconstrução do superego e do ideal do ego? (Tychey & Lighezzolo-Alnot, 2006).

Tychey et al. (2012) introduzem ainda um debate sobre a questão que eles chamam “o preço a pagar da resiliência”, uma vez que os diferentes autores revisados por eles na teoria e na clínica psicanalíticas francesa e anglo-saxônica têm pontos de vista muito diferentes acerca da relação trauma-resiliência.

Segundo a pesquisa realizada por eles, alguns autores franceses, cuja concepção da condição da natureza humana de se recuperar, de responder a traumas, seja talvez mais sombria, pensam que há sempre um preço a pagar por ser resiliente. De acordo com essa posição – que mantém uma tendência a suspeitar mais da “normalidade” –, a normalidade construída pelo indivíduo resiliente não seria mais que uma “pseudoresiliência”. Em outras palavras, não seria possível uma restauração psíquica completa, pois se manteriam sempre resíduos da clivagem ocorrida no início do trauma.

Já outros autores franceses discordam desta impossibilidade, ao defenderem que o rompimento da excitação da barreira devido ao trauma pode ser

apenas temporário. Uma vez instaladas as defesas para absorver o choque, nada impede que, em um segundo momento, haja um trabalho de elaboração, mentalização das excitações e das quantidades de afeto na forma de representações compartilháveis comunicadas a terceiros.

Como dito anteriormente, Tychey et al. (2012) destacam que o mesmo debate se verifica na clínica psicanalítica americana. Autores essenciais, segundo eles, como Massie e Szajnberg (2006) parecem ser tão pessimistas quanto Tisseron (2007). Sem levar em conta quão pequena é sua amostra, enfatizam, por exemplo, que “a resiliência é uma ilusão centrada no enfrentamento adaptativo”, ressaltando que “o preço a pagar é uma vulnerabilidade emocional inevitável e um potencial comprometido”. Desta forma, por esta ótica, o conceito de resiliência “seria sempre uma ilusão de adaptação superficial” (Tychey et al., 2012, p. 89).

Porém, nos lembram Tychey et al. (2012), outros renomados psicanalistas americanos têm opiniões opostas e concordam com os outros autores franceses mencionados acima acerca das condições que permitiriam elaborar de maneira efetiva e não fictícia o trauma. Citam Valent (1998) – em consonância com Cyrulnik e também com Lecomte (2004) – sobre a ênfase dada à utilidade (e não à função negativa) dos mecanismos de defesa quando utilizados de maneira flexível, assim como o papel positivo das funções imaginária e criativa, dando como exemplo para ratificar sua tese o caso das crianças sobreviventes ao holocausto. Já Schneider (2003), no que diz respeito ao “preço” psicológico a se pagar pela resiliência, de forma similar à Valent, crê que, para alcançar uma autêntica saúde psicológica, seria necessário um trabalho intenso de subjetivação e elaboração mental das tensões e afetos do sofrimento causado pelo trauma.

Em resumo, as posições dos autores citados divergem largamente, pois dependem tanto de seus modelos teóricos acerca de normalidade e de patologia, quanto dos critérios, variáveis de acordo com suas culturas, que utilizam para reconhecer a plena existência da resiliência, objetivamente definível como tal. No que diz respeito, mais especificamente, às discussões, por alguns deles encetadas, acerca de processos de defesa primitivos serem patológicos ou não, parece-nos de relevância para nossa tese ressaltar que estamos de acordo com os modelos que afirmam que a distinção entre normalidade e patologia se daria não em função da natureza das defesas utilizadas, mas sim do caráter flexível ou rígido das mesmas.

Nesse sentido, como ressaltam Tychey et al. (2012), a abordagem centrada na estrutura psicodinâmica vai oferecer algumas hipóteses de compreensão importantes quanto às correlações, no nível do funcionamento psíquico profundo, com as ocorrências de um evento traumático. Durante a fase pós-traumática imediata, podemos entender a atenuação dos distúrbios iniciais (comportamentais, somáticos ou mentais), o que permite “absorver” agressões e sofrimento como correspondendo à implementação operacional de mecanismos de defesa, ou seja, visando a, pragmaticamente, utilizá-los de maneira flexível e variada. Assim, os mecanismos de defesa estariam operando como um filtro atenuante que diminui a reverberação no aparelho psíquico da intensidade da excitação decorrente do trauma, dando-lhe condições de iniciar um trabalho psíquico de reversão e posteriores modificações na situação pós-traumática. Acrescente-se, como teremos oportunidade de desenvolver adiante, que, a nosso ver, este seria um primeiro passo para que, após a situação traumática, o processo de resiliência venha a se desenvolver, indo além de uma adaptação (a nosso ver, mais ligada à reparação) e conduzindo a uma transformação no aparelho psíquico na ordem da sublimação.

Lembremos que Tychey et al. (2012) acreditam também que algum tipo de compromisso interno deve ser estabelecido para que o processo de resiliência se implante. Este compromisso é facultado, prioritariamente, pela capacidade de sublimação, vicissitude classicamente considerada madura e adaptativa. Os autores incluem, como convenientes, durante essa primeira fase, modos de defesa tais como a repressão, a inibição, o isolamento e a intelectualização, classificados pelo DSM-IV (em uma concepção hierárquica questionável) como sendo imaturos e inadequados, correspondendo a mecanismos psíquicos tais como a clivagem, a negação ou a projeção.

Após essa primeira fase de abrandamento do choque traumático, contudo, a única maneira de consolidar o assim chamado “compromisso com um processo de resiliência” seria uma reorganização intrapsíquica mais profunda; e, para isso, Tychey et al. (2012) consideram um recurso indispensável para tal o conceito de mentalização. Este é entendido por ambos os autores como correspondente a uma operação de elaboração do trauma, segundo a qual os efeitos do sofrimento, associados às representações traumáticas, são colocados em palavras, vindo a ser passíveis de serem compartilhados com terceiros.

Isso significa que, se os mecanismos de defesa forem eficazes, ou seja, usados de forma flexível e variada em sua função atenuante na primeira fase pós-traumática, teremos a retomada do desenvolvimento psíquico e a possibilidade de consolidação do processo de resiliência. Esta, por sua vez, caracteriza-se, de forma substantiva, “pela flexibilidade do funcionamento intrapsíquico, expressando-se ao mesmo tempo pela riqueza do espaço imaginário e pela mentalização relevante do trabalho de simbolização do pensamento” (Tychey et al., 2012, p. 94).

A elaboração mental, tão relevante no processo de resiliência, estaria associada à criação de novas identificações, reverberando na autoestima e na reconstrução do ideal do ego afetado após o trauma. Para isso, Tychey et al. (2012) dizem ser necessário um vínculo emocional suficientemente bom, vivido no encontro com um tutor de resiliência – concepção sintônica com a de Cyrulnik, com a qual nós não estamos totalmente de acordo.

Observe-se, aqui, que os processos acima explanados – de reorganização intrapsíquica mais profunda e de criação de novas identificações, reverberando na autoestima e na reconstrução do ideal do ego –, como sendo necessários à formação do processo de resiliência, foram também assinalados por Louis Côté (Tychey & Lighezzolo-Alnot, 2006), como já vimos. Onde, estes parecem ser tópicos de natureza essencialmente metapsicanalítica a serem aprofundados.

Vale dizermos, ainda, sobre as mudanças no sentido do desenvolvimento psíquico saudável que expressariam o compromisso com o processo de resiliência, que os autores Tychey e Lighezzolo-Alnot dizem ser possível de constatar, não só na prática clínica, mas também através de instrumentos privilegiados de pesquisas, tais como, a escala de depressão de Beck BDI-2, o inventário de ansiedade traço-estado de Spielberger (Spielberger, Biaggio & Natalício, 1979), o inventário de luto de Prigerson et al. (1995), o questionário sobre traumas na infância e o Rorschach. Estes seriam capazes – cada um em sua especificidade – de medir, por exemplo, a durabilidade, intensidade e evolução dos sintomas vinculados ao trauma, assim como os níveis de ansiedade, depressão e luto.

A proposta de utilização destas ferramentas por Tychey e Lighezzolo-Alnot (2006) evidencia o estilo de abordagem dos autores, que investigam o processo de resiliência nas suas dimensões psicológicas, tanto intra quanto intersubjetivas, e também levam as características observáveis expressas pelo

indivíduo. Para tal, repetem ser imprescindível a definição prévia do que é normal e patológico em termos de desenvolvimento e a articulação de tais critérios com uma definição igualmente precisa, também em termos de características observáveis, além daquelas intrapsíquicas, do que se considera resiliência. Para a proposta que buscamos desenvolver nesta tese, a utilização de testes baseados em evidências e valorização de dados comportamentais certamente se afasta da ênfase metapsicológica que julgamos relevante para melhor conceituar a resiliência.

3.2.3

Reflexões a partir de Jean Bergeret de uso para a resiliência

Um autor de relevância que nos permite algumas intuições acerca das relações da resiliência com as diferentes estruturas da personalidade e já anteriormente citado por Tychev e Lighezzolo-Alnot é Jean Bergeret. Este médico e psicanalista francês dedicou-se não só aos estudos da violência e da toxicomania, mas, sobretudo, a pesquisar sobre as estruturas de personalidade a partir de uma abordagem psicodinâmica. Seu livro mais famoso, *A personalidade normal e patológica* (1974/1991), serve como referencial para muitos estudiosos da psicopatologia como fonte de debates e reflexões. Assim, embora ele não use diretamente o termo “resiliência”, muitas de suas observações sobre as diferentes expressões da personalidade tem conotações tão próximas do que estivemos estudando dos processos resilientes que não podemos nos furtar a apresentá-lo, nesta tese, como figura intelectual pertinente de interesse.

Segundo Bergeret (1974/1991), cada tipo de estrutura profunda da personalidade pode dar origem a diferentes modelos relacionais, podendo alguns permanecer mais no âmbito da normalidade e outros “mergulhando mais ou menos radicalmente no registro patológico” (p. 9). Em razão disto, Bergeret busca em seu livro não só descrever a sua própria concepção de estrutura de personalidade – como elemento organizador de base que leva em conta a dinâmica e a genética freudianas –, como também faz sua definição do que seriam as noções de normalidade e patologia, ressaltando, ainda, a importância de independência destas noções em relação à estrutura.

No ponto central de partida de suas definições estão os conceitos de estabilidade e descompensação. O primeiro é importante para se pensar o que

Bergeret (1974/1991) chama de “estrutura estável”, que é caracterizada como sólida, fixa, definida, autêntica e engloba tanto a neurose quanto a psicose. Os funcionamentos econômicos são, ao mesmo tempo, estáveis e bem integrados. Aqui, estariam tanto as neuroses, quanto as psicoses. E, para falar desta estabilidade, Bergeret recorre, dentre vários exemplos, a Sigmund Freud e ao modelo de um bloco mineral apresentado pelo analista em uma de suas *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*, de 1932. A imagem utilizada é a de que a cristalização de um bloco mineral faz com que, diante de uma queda, ele não se quebre de forma aleatória, mas segundo as suas linhas de clivagem pré-estabelecidas no estado de equilíbrio normal. Isto se dá pelo fato de que, em todo corpo cristalizado, para cada um deles, existem microcristalizações invisíveis, que se reúnem entre si para formar o corpo total, respeitando as suas linhas de clivagem, cujos limites, direções e angulações acham-se preestabelecidas de forma precisa, fixa e constante para cada corpo em particular. Ou seja, essas linhas de clivagem originais e imutáveis definem a estrutura interna do mineral e lhe confere um modo de cristalização único.

Para Freud, de forma análoga, o mesmo aconteceria com a estrutura mental, que, em situação normal, a organização de um indivíduo se acharia constituída de forma durável, específica e invisível. Bastaria um acidente ou um exame minucioso para que se encontrassem as linhas de clivagem (e também de sutura) fundamentais entre os elementos primários (Bergeret, 1974/1991).

Seja ao nível da doença ou ao nível prévio da simples estrutura não descompensada, não se pode passar do modo de estruturação psicótica, ou inversamente, uma vez que um ego específico é organizado em um sentido ou em outro. Neste sentido, a mais “neurótica” das psicoses e a mais “psicótica” das neuroses jamais chegarão a encontrar-se em uma linhagem comum de organização do ego (Bergeret, 1974/1991).

Na primeira hipótese, já existe uma nítida negação da realidade constringedora, a libido narcisista em primeiro plano, o processo primário que a domina, o desinvestimento do objeto, a projeção e a identificação projetiva como defesas banais; na segunda hipótese, ao contrário, existe um conflito entre o ego e as pulsões e um recalçamento destas, a adesão ao princípio de realidade, uma atividade, ao menos relativa, da libido objetal, e um importante jogo dos processos secundários (Bergeret, 1974/1991).

A preocupação de Freud permanece, contudo, mais centrada na descoberta dos mecanismos psíquicos em questão nos doentes, vistos *in vivo* em seu dinamismo e evolução relacional, do que nas distinções categoriais entre o grupo dos neuróticos (do qual pensa ocupar-se mais comumente) e o grupo dos psicóticos, sobre o qual, talvez muito apressadamente, adquiriu-se o hábito de dizer que a este se dedicou bem menos (Bergeret, 1974/1991).

Introduzindo a resiliência neste debate, a própria rigidez implícita na definição da estrutura psicótica sugere-nos que, nela, o processo resiliente não tem como se desencadear.

Já o segundo conceito, a descompensação, é definido por Bergeret como sendo ligado à patologia, uma vez que é tido como uma ruptura do equilíbrio original entre investimentos narcísicos e objetivos no seio de uma estrutura de base. No caso dos indivíduos com uma estrutura fixa, eles se defendem contra a descompensação mediante uma adaptação à sua própria economia. Ou seja, tais indivíduos poderiam talvez desenvolver processos resilientes de feição extremamente limitada e adaptativa, pois restritos aos contornos de sua própria economia psíquica (Bergeret, 1974/1991).

Por outro lado, existiriam organizações intermediárias (estados limítrofes) que, frente a uma descompensação, tenderiam à depressão. São organizações menos sólidas, instáveis, com um frágil arranjo defensivo e enormes e permanentes contrainvestimentos energéticos e antidepressivos. Neste modelo, Bergeret (1974/1991) faz referência aos “pseudonormais”, isto é, dotados de uma normalidade patológica, pois frequentemente são muito adaptados à realidade externa, sufocando seus desejos e necessidades econômicas profundas. Possuem uma organização centrada em sua imagem, que fornece aos demais e que se dá no plano das exigências ideais. Assim, alteram uma parte importante de sua originalidade. Bergeret sinaliza que essa organização intermediária seria resultado de uma falha narcísica e fracasso na distribuição entre investimentos narcísicos e objetivos.

Poderemos associar, em consonância com tal pseudonormalidade, tanto a chamada pseudoresiliência, que, segundo Jennifer Guittard (1996), tem no processo intrapsíquico o domínio da dissociação (ou clivagem), quanto a pseudovitalidade das defesas maníacas, que, por meio das cisões, mascaram o fundo depressivo, identificadas assim por Figueiredo (2018b). Lembremos que em

ambos os quadros referidos há uma aparente adaptação ao meio e à funcionalidade, o que sempre nos faz ressaltar e diferenciar a resiliência como vetor de adaptação a situações traumáticas, daquela com a qual nos afinamos, de vetor transformador de novas dinâmicas intrapsíquicas.

Sendo assim, tal normalidade patológica vai de encontro ao que Bergeret (1974/1991) define como normalidade, ou melhor, do que ele descreve como o “verdadeiro sadio”, chamando-nos a atenção para o destaque dado por ele à dimensão conflitual e flexível presente no aparelho psíquico, o que também se apresenta sintônico ao conceito de “profundamente são” de Adam Philips (2008). Nas palavras de Bergeret (1974/1991),

O “verdadeiro sadio” não é simplesmente alguém que se declare como tal, nem sobretudo um doente que se ignora, mas um sujeito que conserve em si tantas fixações conflituais como tantas outras pessoas, e que não tenha encontrado em seu caminho dificuldades internas ou externas superiores a seu equipamento afetivo hereditário ou adquirido, às suas faculdades pessoais defensivas ou adaptativas, e que se permitia um jogo suficientemente flexível de suas necessidades pulsionais, de seus processos primário e secundário nos planos tanto pessoal, quanto sociais, tendo em justa conta a realidade, e reservando-se o direito de comportar-se de modo aparentemente aberrante em circunstâncias excepcionalmente “anormais”. (p. 21)

Finalmente, agora podemos falar de uma também “verdadeira resiliência”, pois esta se constituiria de maneira a superar o trauma, tendo incorporado à estrutura psíquica as transformações positivas – rumo à maior autonomia do ser – do indivíduo.

3.2.4

Destaques nos estudos da temática resiliência, psicologia e psicanálise no Brasil

Devemos ressaltar ainda que, no Brasil, a temática da resiliência, no campo da psicologia e da psicanálise, já vem sendo explorada há quinze anos por alguns autores cujo trabalho, sobretudo, está pautado no objetivo de buscar as origens do conceito e fazer uma revisão da literatura a seu respeito. Identificamos nesta linha, por exemplo, os artigos de Souza e Cervený (2006), Brandão, Mahfoud e Giarnordoli-Nascimento (2011), Ungaretti (2013) e Malgarim (2017). Além deles, encontramos ainda outros autores que se propõem a um mergulho um pouco mais profundo, buscando refletir com maior acuidade sobre as específicas

possibilidades de investigação teórica da resiliência pela psicanálise, assim como suas ampliações clínicas. Nesta linha, destacamos quatro artigos: Secunho (2010), Sordi, Manfro e Hauck (2011), Cabral e Levandowski (2013) e Cremasco (2018). Vejamos um pouco de suas contribuições.

Secunho (2010), em seu artigo *Aproximações e distanciamentos entre os princípios da resiliência e a teoria do desenvolvimento emocional primitivo de Winnicott*, busca identificar quais fatores da resiliência infantil poderiam estabelecer semelhanças com os aspectos do desenvolvimento emocional primitivo de Winnicott. Dentre eles, por exemplo, destaca a aquisição da autoestima e a autonomia, assim como a maneira pela qual a criança aprende a se relacionar com o ambiente externo, a partir da superação de seus sentimentos contraditórios, fomentada pela esperança.

Sordi, Manfro e Hauck (2011) partem do princípio de que a resiliência já estaria presente desde os primórdios da psicanálise em seu arcabouço teórico, não como conceito, e sim como uma ideia. Para isso, por exemplo, pensam a resiliência como se constituindo na capacidade de elaborar a perda, sendo o luto um “marcador” de resiliência, ao contrário da melancolia – visão esta que é bem explorada por M. Hanus (2006) e, posteriormente, como veremos a seguir, por Cremasco (2008, 2018).

Sordi, Manfro e Hauck (2011) também fazem correlações interessantes com os conceitos de Melanie Klein, Hanna Segal e D. W. Winnicott. Destacamos aqui as pontuações feitas por eles no que tange à Klein, em seu trabalho “*O sentimento de solidão*” (1975) sobre a importância da estruturação egoica nos primórdios do desenvolvimento através dos processos de introjeção e projeção, com o objetivo de defender-se das ansiedades motivadas pelo conflito interno e pelos estímulos externos. Segundo os autores, “mesmo no adulto, o julgamento da realidade jamais está inteiramente isento da influência do mundo interno que se estruturou a partir dessas experiências primitivas” (p. 118). Portanto, situações estressantes que venham a ocorrer terão seu impacto e significado segundo tais influências, “determinando a capacidade de adaptação/resiliência frente aos fatores ambientais ou internos, por exemplo, p.ex., doenças orgânicas” (p. 118).

Além disso, os autores trazem para a reflexão o fato de que Melanie Klein, “ao discutir a capacidade de manter o ego integrado frente às adversidades, ou de reintegrá-lo quando desestruturado por um estressor mais intenso, buscando a

predominância de objetos bons frente às ansiedades paranoide” (p. 119), já estaria oferecendo “suporte para o conceito de resiliência”. Ainda sobre Klein, trazem a questão sobre a importância de uma educação que contemple a experiência das frustrações, alertando, porém, para uma medida adequada que não recaia nem em excesso – o que poderia gerar uma tendência demasiada à repressão –, nem em ausência – o que poderia levar à culpa. Nesses casos, o indivíduo faria um uso substancial da projeção, no intuito de “livrar-se das sensações que provocam desprazer”, o que, por sua vez, criaria no decorrer da vida um “padrão adaptativo” de menor tolerância à frustração e uso substancial “desses mecanismos de defesa mais primitivos, o que acaba por gerar prejuízo nas relações interpessoais” (p. 119).

Dentre os autores brasileiros, devemos ressaltar o papel precursor de elaboração de Maria Virginia Cremasco (2018), que, de forma muito meticulosa, fez uma análise dos vários autores franceses que tratam desse assunto no livro *Psychanalyse et résilience* (2006) organizado por Boris Cyrulnik e Philippe Durval. As breves resenhas organizadas por ela neste artigo muito nos inspiraram a seguir os seus passos e nos debruçar sobre a obra de psicanalistas importantes que fazem essa junção de forma original, sobretudo Michel Hannus, Tyche e Lighezzolo-Alnot e Sophie Mijolla-Mellor. Cremasco serve-nos, assim, de primeira referência de partida neste assunto, ganhando destaque nas referências bibliográficas brasileiras.

Vale dizer que, já em artigo de 2008, Cremasco propõe estudar o conceito de resiliência em sua articulação com a violência, sob a ótica da psicanálise. Para isso, buscou uma investigação teórica sobre “o tema do trauma e da resiliência na clínica psicanalítica, visando fornecer subsídios e dispositivos clínicos para a compreensão e o atendimento de vítimas de traumatismos violentos” (p. 223). A autora ressalta, neste artigo, a pertinência de seu estudo, não só pelos “crescentes índices de violência em nosso país e no mundo e suas subsequentes consequências pessoais e sociais”, mas também por eles “possibilitarem compreensões sobre o tema que apontem para possíveis intervenções imediatas futuras” (p. 223).

Uma valiosa colaboração de Cremasco (2008), em sua associação entre psicanálise e resiliência, é quando ela põe um sensível foco na formação precoce da resiliência em torno do “triângulo” anterior e coincidente com o processo

edípico. Diz a autora, acompanhando as vicissitudes de formação da resiliência no psiquismo da criança:

O que dá a um objeto seu efeito de resiliência é o triângulo. Numa relação a dois a criança se apropria da coisa ou a desdenha. Numa relação triangular o objeto permite à criança agir sobre o mundo mental de sua figura de apego. É por intermédio do objeto que a criança representa e mediatiza sua relação com a pessoa que dá afeição. Com os pais a criança descobre duas figuras de apego dessemelhantes mas associadas, fator importante para o desenvolvimento da resistência e do ímpeto social. Daí a necessidade da clínica da resiliência se debruçar sobre os aspectos triangulares do mundo objetual pré-edípico e edípico na historização dos feridos psiquicamente. (Cremasco, 2008, p. 234)

Para finalizar, é necessário trazermos a contribuição de Cabral e Levandowski (2013), cujo artigo *Resiliência e psicanálise: aspectos teóricos e possibilidades de investigação* faz avaliações pertinentes nesta seara que propomo-nos desbravar. Assim, como em outros estudos, há o questionamento se, de fato, é possível e pertinente um diálogo entre a resiliência e a psicanálise. Embebidas nas referências de *Psychanalyse et résilience* (2006), ressaltam a posição de J. Bertrand, um dos seus autores colaboradores.

Para Bertrand (2006), existe certa hesitação dos psicanalistas frente à resiliência, por ela não ser um conceito do corpo teórico original da psicanálise e por estar associado a outros contextos teóricos e clínicos. Entretanto, as autoras lembram-nos, ao citar Golse (2003), de que devemos ter em nosso horizonte, conforme discutimos no capítulo anterior, que, apesar de desafiador, é extremamente enriquecedor para a psicanálise dialogar com conceitos de outras disciplinas, sem, é claro, renunciar os princípios da teoria. Com isso, Cabral e Lavandowski (2013) destacam ainda no artigo outras contribuições (Cyrulnik, 2006b; Bourguignon, 2006), que reforçam a posição positiva de abertura da psicanálise para novas formas de entendimento e investigação do psiquismo. Posição esta que tanto estimamos.

As autoras citam ainda “o fato de a resiliência também ser investigada em situações de possível fragilidade psíquica que fazem parte do desenvolvimento humano típico, como a adolescência, a parentalidade e a velhice” (p. 47), o que permite um exame da mesma para além de situações graves e extremas. Dito isto, a psicanálise seria de grande valor para refletir sobre a resiliência ser “um conceito relacionado somente à resistência particular a traumas ou também às vicissitudes da existência” (p. 47).

4 Principais elementos da rede teórica freudiana de interesse para a conceituação psicanalítica da resiliência

4.1 Breve reflexão sobre a resiliência enquanto potência do existir em diálogo com a psicanálise e a filosofia

Como visto no primeiro capítulo, o termo “resiliência” teria sido emprestado da física, em que denota a dinâmica de resistência dos materiais concretos, sendo incorporado à psicologia com o significado de uma forma de resistência psíquica. Resistência esta que, em nossa leitura, teria menos a ver com a concepção psicanalítica clássica de “defesa”, e mais com um sentido “positivo” de condição de persistência na ação/intuito, nos possibilitando, por exemplo, vir a fazer uma associação de tal “persistência” com o conceito de *conatus* de Spinoza (2009) – filósofo que parece de particular interesse para alguns psicanalistas estudiosos da resiliência, tal como a psicanalista e professora francesa Sophie Mijola-Mellor (2006).

Observe-se, pois, no presente capítulo, em que procuramos refinar e precisar o alcance do conceito de resiliência, a importância da retomada do diálogo entre a psicanálise e a filosofia, pois, mesmo que a psicanálise não tenha uma orientação filosófica formal como grande sistema teórico que é, não pode deixar de apresentar convergências em suas explicações sobre o existir humano com as grandes linhas que também o fazem através de sistemas organizados de ideias, ou seja, com as diferentes escolas filosóficas. Desse modo, em consonância com Mijolla-Mellor e outros, escolhamos Spinoza como fio condutor nessa direção, na medida em que diversos aspectos de sua pensamento filosófico apontam para a persistência do que podemos chamar de “pulsão a favor do existir”, assim como para a potência dos afetos positivos, dois tópicos de marcante coincidência com o conceito de resiliência, tal como o estivemos estudando. Com efeito, este é um movimento que vem sendo retomado, inclusive em uma consistente aliança entre psicanalistas franceses e brasileiros no livro *Spinoza et la psychanalyse* (Martins & Séverac, 2012). Conceitos como o *conatus* e a alegria

seriam particularmente relevantes sob esse prisma, em termos de sua possível relação com o conceito de resiliência.

Em sua sensível defesa da empreitada humana de “saída específica da escravidão”, Camelier, Winograd e Rocha (2014) colocam como central a ressonância entre o conceito freudiano de pulsão e o conceito de Spinoza de potência. Detalha-se, neste contexto, a relevância do conceito de *conatus*, que seria “a força através da qual [...] cada coisa esforça-se, tanto quanto está em si, por perseverar em seu ser” (Spinoza, 2009, p. 173). De acordo com nossa proposta de aproximar filosofia e psicanálise, acentuamos que *conatus* poderia ser traduzido por *Trieb*, ou “pulsão”, segundo Macherey (1995), já que ambos se constituem tal qual a força impulsora da existência e das ações do ser humano no seu persistir em viver!

Já o conceito de Spinoza de potência, diria respeito ao *conatus* posto a serviço da transformação da afetividade, em especial no que diz respeito à passagem dos afetos passivos para os ativos, talvez o cerne da proposição de transformação humana. Sob o viés dos afetos, na *Ética* de Spinoza, Ogilvie (1993) sugere que este movimento, pela ótica psicanalítica, pode corresponder à passagem da libido fixada e repetitiva à libido móvel e disponível, sendo o problema prático (clínico) o de como tornar possível tal transformação.

Abordando também o tema da potência, Myriam Morvan (2012) aproxima Spinoza e psicanálise, buscando distinguir a alegria de duas figuras de impotência, aliás, muito estimuladas como “engrandecedoras do ego ideal” no opressivo contexto cultural ao qual nos referimos acima. São elas “admiração” e “fascínio”. Ambas seriam afetos relacionados a uma fixação passiva do sujeito, em que a imaginação inadequadamente utilizada serve, em última análise, à tristeza. Estaríamos, aqui, sob o jugo de identificações enganosas, que nos afastam das dinâmicas psíquicas propícias a uma real autoestima.

Esta falsa “alegria”, para Figueiredo (2018a), se expressa negando, de maneira onipotente, as dificuldades de uma inevitável atração humana pelo mal (ainda que em forma de necessárias transgressões), como ocorre nas defesas maníacas, ou, em contraste violento com estes mecanismos, em uma atitude passiva de “aceitação” das reduções dos desejos de difícil alcance, no que se constitui em um movimento de resignação.

Em uma sensível análise de como a verdadeira alegria emerge do indivíduo, Mishari (2001) a situa após uma experiência existencial extrema de crise. Ao invés de fazer de seu sofrimento um dado insuperável da condição humana, o indivíduo percebe seu caráter contingente e consegue defini-lo marcando um limite, o limite do intolerável. É a partir da percepção do intolerável e do sofrimento do indivíduo nele refletido que se constroem internamente o tempo e o desejo de agir na direção de renovadas perspectivas que levem à reconstrução da vida.

Mishari (2001) define a crise como “experiência dramática fundamental, a partir da qual pode nascer um novo desejo” (p. 45). Sua definição de “sofrimento extremo” em muitos aspectos se aproxima das circunstâncias psicanalíticas em torno da ocorrência interna do trauma, pois as exemplifica como “separação ou luto, fracasso ou humilhação, solidão ou desconhecimento, exílio ou injustiça grave” (p. 45-46). O indivíduo deve poder encarar tais experiências não como inerentes à condição humana – em nosso traslado psicanalítico, como constituintes de sua estrutura psíquica –, mas como uma fraqueza contingente. O desejo transformador recusa a permanência na situação passiva e a aceitação da dor e sobrepõe-se às eventuais circunstâncias externas porque, guiado pela pulsão de vida, tem a intuição de poder escolher a alegria e a plenitude. Assim, o intolerável se lhe revela como sendo “a negação de uma alegria possível por uma fraqueza real” (p. 46).

Retomamos, pois, a elaboração psicanalítica de Phillips (2008), lembrando que o indivíduo “profundamente são” convive plenamente com suas próprias ambiguidades internas, correlatas a este sofrimento profundo e, a partir disso, privilegia o impulso de libertação emocional que vai além de todos os processos psíquicos aprisionadores.

Figueiredo (2018a) também segue nesta mesma linha, quando fala de uma alegria verdadeira, que seria até mesmo “discretamente fruída” – em oposição ao estardalhaço vazio da euforia – pelo próprio indivíduo, que surge como consequência da própria intensificação do embate das pulsões, com o predomínio da pulsão de vida. Neste sentido, margeia novamente os conceitos de Spinoza, pois esta alegria discreta corresponde a um valor real, durável, constante e consistente, que pode se tornar soberano na alma humana (Mishari, 1998), de

forma que – na nossa interlocução constante com o tema desta tese – ela tenha à sua disposição uma capacidade de resiliência natural e sempre presente.

Martins e Séverac (2012) formulam um Spinoza que pode enriquecer a teoria e a psicanálise clínica, aventando, inclusive, que o “id” de Groddeck é inspirado no deus-natureza de Spinoza. Desta forma, permitem que realcemos o extraordinário poder do inconsciente, sede do id, como reservatório psíquico para o constante restabelecimento energético, na economia psíquica, necessário para a manutenção do processo resiliente. Vale a pena ressaltar que, para os filósofos, também de acordo com Spinoza, Winnicott pensa em desejos ativos, e não apenas reativos, em uma cura que visa à qualidade dos afetos e ao aumento do poder de ação do paciente. Como buscaremos detalhar adiante, uma das características estruturais da resiliência é, justamente, o aumento de poder do resiliente para enfrentar, através de uma ativação adequada de seus afetos, sua condição de ação face aos desafios por ele encontrados.

Em consonância com o dito acima, para que toda esta potência do existir possa vir a se exprimir plenamente, é necessário que o ser humano enfrente, pois, seus momentos emocionais críticos-chave desde o seu nascimento. Esta é, portanto, uma grande oportunidade para a reflexão psicanalítica, que acompanha tal trajetória desde seus primórdios, no universo afetivo do indivíduo. Como veremos adiante, possíveis percalços neste trajeto, em especial aqueles descritos como traumas e lutos pela psicanálise, constituem-se, outrossim, em situações de eleição para a transformação positiva dos afetos e aumento de sua potência existencial.

4.2

Os núcleos centrais de sustentação: trauma, luto e sublimação

4.2.1 Resiliência e trauma

De acordo com Michel Hanus (2006), apesar de a resiliência não fazer parte do corpo teórico da psicanálise, ela já estaria subjacente na obra freudiana, e isto se deve ao fato de o conceito em questão manter relações com algumas noções psicanalíticas, dentre as quais, mais estreitamente, as de trauma, pós-traumático e sublimação. Vale dizer ainda que esses três conceitos destacados estão presentes na maioria dos comentadores que buscam fazer a ponte entre a

resiliência e a psicanálise, chamando-nos à atenção o fato de existirem poucas referências bibliográficas nesse meio que se detêm na importante noção do constante embate pulsional entre vida e morte para a riqueza do psiquismo e a sua vitalização e na relevante questão de um desenvolvimento suficientemente bom do narcisismo, uma vez que ambos são fundamentais para a estruturação adequada da autoestima, que é requisito primordial para a formação da resiliência.

Trazendo a resiliência ao cerne psicanalítico, tomaremos o artigo *Freud et Prométhée, un abord psychanalytique*, de Michel Hanus (2006), como um de nossos fios condutores nas entrelaçadas reflexões acerca da rede conceitual em que se enreda o conceito de resiliência. Hanus endossa a visão de Boris Cyrulnik, exposta no livro inaugural acerca do tema *Un merveilleux malheur* (1999). Neste, Cyrulnik diz que o trauma, no contexto resiliente, não só não tem os efeitos negativos que seriam lógicos de se esperar como consequência natural, mas que ele traz à tona e expressa qualidades e conquistas que até então não tinham aparecido no sujeito. Desta forma, Hanus (2006) propõe que a resiliência seja compreendida como reveladora, tomando os devidos cuidados para não entendê-la como uma *deus ex machina* e permitindo, desta forma, sairmos de idealizações do termo apontadas fortemente por Serge Tisseron (2006), como já vimos.

A partir daí, abrem-se novos questionamentos sobre o trauma em relação à resiliência. Qual trauma está em jogo e através de que vias ele provoca a resiliência? De acordo com Hanus (2006) e sua particular leitura sobre o trauma, o entendimento psicanalítico do mesmo evidencia o fato de que ele não se constitui somente a partir do choque provocado pelo agente externo, mas também pelas possibilidades de reação da pessoa que o sofre. É verdade que, muitas vezes, a marca deixada pela ação do agente externo não pode ser anulada posteriormente, mas o impacto psicológico causado pelo choque pode ser reelaborado à distância. Em certas situações, o trauma não excede todas as forças de reação do sujeito, pois lhe é possível incorporá-lo por “dois caminhos diferentes, ainda que complementares: através da integração de conexões psíquicas e da descarga motora no exterior” (Hanus, 2006, p. 188). Neste sentido, a incorporação de algum elemento simbólico, de alguma carga energética afetiva, faz com que o impacto não seja sofrido como passividade absoluta e impotência, mas tendo tido condições de uma reação, como uma resposta verbal ou uma ação.

Essas vias possibilitariam, a nosso ver, uma espécie de primeira filtração do excesso, dando a chance ao aparelho psíquico de germinar suas primeiras elaborações, quando o trauma não abate completamente o funcionamento psíquico, na medida em que este se mantenha em estado de fazer as ligações entre o acontecimento penoso atual, acontecimentos a ele anteriores e outros conteúdos de pensamento. Neste contexto, fica em aberto a possibilidade de uma elaboração posterior que aproveite qualquer começo de compreensão, até mesmo de significado, latente nos momentos inaugurais da experiência indesejada. Isto comunica ao trauma uma potência positiva, abrindo para leituras e discussões nas quais são reconhecidas diversas possibilidades do trauma ser estruturante para o aparelho psíquico.

Especialmente quando se trata de crianças, cuja capacidade de integração ainda é limitada, a condição de vir a dar significado positivo ao trauma pode vir a ser prejudicada, sobretudo quando ela não está cercada concreta e psiquicamente por seus parentes, cuja presença normalmente realizaria a função de proteção externa. Aqui, podemos pensar o quanto esta proteção externa seria relevante, tanto em relação a uma cena real de violência, quanto daquelas de cunho mais simbólico, em que se fariam necessários elementos “apaziguadores” dos impulsos destrutivos da criança.

Ainda no que se refere aos modelos de trauma, Hanus (2006) pontua que as lembranças da infância são remanejadas no período pós-traumático, abrindo a possibilidade, tanto de agravamento, quanto de elaboração. Isto acontece porque o “efeito do golpe” se desenrola no inconsciente, o que, por sua vez, não modifica os elementos da realidade do trauma, mas somente suas percepções e sentidos mesmos. Sendo assim, a tomada de consciência é secundária. As percepções inconscientes, regidas pelo princípio do prazer, são consideradas “hedonistas”, uma vez que, antes de serem descritivas (regidas pelo princípio da realidade), são conotadas de uma valência afetivamente positiva, se da ordem do prazer, e negativa, se da ordem do desprazer. Entretanto, as modificações pós-traumáticas, subterrâneas à consciência, podem fazer variar esse gradiente. Com as possíveis repetições do trauma, com sua carga cumulativa de desprazer e de sofrimento, corre-se o risco de agrava-lo.

Por outro lado, cumpre lembrar sempre que uma experiência penosa, no começo, pode ser experimentada depois do fato como reveladora de

potencialidades positivas. Nas palavras de Hanus (2006), “a resiliência é exercida na repetição dos traumatismos” (p. 190). Esta é, aliás, uma das características de relevo para o estudo psicanalítico da resiliência, ou seja, quais seriam os elementos dos processos psíquicos que se alteram quando aquilo que o traumatizado viveu passivamente, na primeira vez, no momento em que se repete, é vivenciado de forma ativa pelo sujeito. Chamamos a atenção, pois, para a possível função regeneradora da compulsão à repetição, ressaltando um aspecto da dinâmica psíquica capaz de, diminuindo progressivamente o impacto traumático que teria provocado tal compulsão, chegar a permitir a transformação do “ruim em bom”.

Talvez valha a pena, dada a relevância do tema do trauma, fazer dele uma rápida revisão, a fim de justificarmos como, nesta tese, estaremos enfatizando os seus aspectos propícios, não só à regeneração do indivíduo que passou por processos, como o de luto, a ele fortemente associados, mas mesmo a sua transformação positiva, em termos emocionais, conduzindo-o para além de sua estruturação de personalidade anterior.

Laplanche e Pontalis (1982/2001) chamam-nos a atenção para o fato dos processos de repetição, desde o início da psicanálise, estarem implícitos nesta disciplina, tendo em vista a definição que ela faz de “sintoma”: este seria a reprodução, mais ou menos disfarçada, de certos elementos de um conflito passado que, por não terem sido resolvidos, ressurgem incessantemente na vida psíquica. Essa repetição relacionada ao retorno do recaiado corresponde já a uma tentativa de resolução do conflito a ele paralelo, uma ação psíquica que busca ir além do sofrimento inerente ao sintoma. Nos *Estudos sobre a histeria* (1893-1895/1996b), Freud explicita como, sob as diversas condições que provocam os sintomas, o denominador comum é o fator econômico, pois a consequência do trauma sofrido pelo indivíduo, em termos psicanalíticos, decorre sempre da incapacidade de o aparelho psíquico liquidar as excitações segundo o princípio da constância.

O conceito de trauma pode ser, pois, eminentemente descrito pelo ponto de vista econômico, desde sua definição como acontecimento na vida de um indivíduo dotado de tal intensidade energética que o impossibilita de a ele responder de forma adequada, provocando-lhe efeitos patogênicos duradouros. Laplanche e Pontalis (1982/2001) detalham como se dá o trauma em termos

econômicos através de um afluxo excessivo de excitações, as quais o indivíduo é incapaz de elaborar – concepção central esta que se mantém, não obstante ser colorida por matizes diversos ao longo da elaboração freudiana.

Observe-se que não se pode falar de trauma de maneira absoluta sem considerar a susceptibilidade (“*Empfänglichkeit*”) do indivíduo. No início de sua obra, Freud (1950[1895]/1996a) enfatiza que devem existir condições objetivas para desencadeá-lo – aqui incluídas situações de fato e as condições psíquicas especiais no momento do acontecimento – que, por sua própria natureza, consistindo em uma “ab-reação” da experiência, o faz permanecer no psiquismo como um “corpo estranho”, mantendo um conflito psíquico que impede o indivíduo de integrá-lo a sua personalidade. Mas, desde já, salienta que a eficácia patogênica do trauma, embora dependente do caráter súbito e violento do acontecimento que o deflagra, só se constitui plenamente quando da sua inserção em uma organização psíquica que já compreende pontos de ruptura muito especiais.

Em um segundo momento, Freud (1950[1895]/1996a) vai definir o traumatismo como essencialmente sexual, a partir de acontecimentos ligados à duas cenas: a primeira cena na tenra infância e segunda na puberdade, ligada à primeira por traços associativos de sedução (p. X. Suas hipóteses deste momento teórico intermediário têm menos relevância em relação à nossa tese, uma vez que, segundo Laplanche e Pontalis (1982/2001), “o significado etiológico do traumatismo esfuma-se em benefício da vida fantasmática” (p. 684).

Posteriormente, Freud (1920/1996l) retoma suas intuições anteriores de maneira a nos permitir interlocuções valiosas, a partir do momento em que o ponto de vista traumático com base na teoria da sedução vai-se integrando em uma concepção mais ampla, que leva em conta a constituição e a história infantil. Então, o traumatismo constitui-se em uma série complementar com a predisposição do indivíduo, que, por sua vez, compreende fatores complementares endógenos e exógenos. Com as neuroses de guerra – o que nos aproxima fortemente de algumas das situações estudadas por autores que, contemporaneamente, se ocupam do tema da resiliência –, Freud passa a aventar a hipótese de que um afluxo excessivo de excitação, desafiando o princípio do prazer, constranja o aparelho psíquico a ligar as excitações de forma tal que permita posteriormente a sua descarga, tarefa esta a ser realizada pelos

mecanismos de compulsão à repetição. O traumatismo agora não é, pois, mais considerado uma simples perturbação da economia libidinal, mas ameaça radical à integridade do indivíduo, vinculando-se, assim, intrinsecamente, à questão predominante do embate entre as pulsões de vida e de morte que norteia a segunda tópica freudiana.

Freud exacerba as consequências de tal embate em *Inibição, sintoma e angústia* (1926/1996o), quando realça, face ao trauma, a percepção de desamparo, diante da qual o ego evita ser submerso, através do aparecimento da angústia automática. Neste contexto psíquico, haveria o estabelecimento de uma simetria entre o perigo externo e o perigo interno, na medida em que o ego é atacado de dentro pelas excitações pulsionais, como é atacado de fora.

Este impasse pulsional, a nosso ver, nos desafia a propor uma solução, de fundamentação econômica, para o que Laplanche e Pontalis (1982/2001) assinalam como sendo o “núcleo do perigo” da consequência patológica do traumatismo, que aqui sublinhamos, e que redundava no sentimento de desamparo: o aumento, para além do suportável, da tensão resultante de um afluxo de excitações internas que exigem ser liquidadas. Iremos nos deter sobre este processo, neste tópico adiante, quando falarmos sobre os possíveis mecanismos de “pacificação” tensional que modulariam a estruturação interna da personalidade, capazes de propiciar uma resposta “resiliente” aos traumas, e de – como bem assinala Mishari (2001) em seu comentário à noção de potência de Spinoza – levar o indivíduo para além do “intolerável”.

Também ressaltamos o quanto as concepções freudianas de trauma, que enfatizam a estruturação da personalidade do indivíduo, vão ao encontro de como a resiliência se nutre de boas condições prévias de autoestima, encravadas em sua “predisposição”, de forma à personalidade ter menos pontos vulneráveis aos traumas provocados por acontecimentos externos.

Associando, ainda, brevemente, a concepção de trauma que se vincula à sua ambivalente expressão em termos de compulsão à repetição ao tema da resiliência, se considerarmos que esta é, em sua essência, em prol da vida, talvez o mais sutil processo da disposição anímica resiliente seja o de superar justamente o abandono à pulsão de morte, a desistência da luta, o deixar-se envolver pela inércia inerente a Tântatos. Dito isto, o paradoxal movimento repetitivo da compulsão pode vir a ser um aliado fundamental na necessária intensificação da

potência da pulsão de vida. Mas isto ocorrerá apenas se o potencial disruptivo da pulsão de morte for adequadamente canalizado no sentido das indispensáveis desidentificações com as figuras e situações que provocaram o trauma, o que pode vir a ser realizado, inclusive, no espaço privilegiado da transferência na clínica.

Aproveitamos a relação estreita estabelecida entre compulsão à repetição e enfrentamento da pulsão de morte para determo-nos, brevemente, em outro tópico metapsicológico de grande relevância para a resiliência, que é a importância de a pulsão de vida afirmar-se sobre a de morte. Acentuamos que a leitura que se faz, a princípio, da dinâmica pulsional freudiana, é aquela que aposta que, quanto mais forte for a pulsão de vida, mais o sujeito pode aproveitar a sua pulsão de morte como força de expansão subjetiva, cuja capacidade de romper com uma estabilidade energética do psiquismo força-o a um trabalho para além da manutenção de uma mesma forma estabelecida, para a diferenciação e a criação (Oliveira, Winograd & Fortes, 2016). Este é um tópico emergente e fundamental em termos de sua relevância nos diálogos entre psicanálise e resiliência.

Acreditamos que, para que a vida se afirme de um jeito mais potente, sua pulsão deve ser capaz de suportar os movimentos e pressões da pulsão de morte e, para isso, o sujeito precisa ter uma personalidade suficientemente bem estruturada em termos de instâncias psíquicas e de dispor de recursos internos adequados para tal enfrentamento.

4.2.2

Resiliência: aproximações com os trabalhos de “aptidão ao luto” e sublimação

Passemos, agora, a enfocar a relação entre resiliência e luto, conforme apresentada por Hanus (2006). Segundo ele, o luto e a resiliência podem ser aproximados, uma vez que o luto tende a levar à superação do trauma da perda, donde poder ser considerado como uma forma costumeira de resiliência. Algumas pessoas parecem superar melhor um pesar mais difícil (morte de uma criança, suicídio, assassinato), o que, de certa forma, faz-nos pressupor que elas estariam exercendo, em tal movimento, um processo de resiliência. Uma relação possível aqui com a psicanálise seria o interesse de Freud (1917[1915]/1996j) no luto que, embora seja vinculado essencialmente à perspectiva da compreensão da depressão melancólica, também é definido, não apenas como a reação à perda de um ente

querido, mas também à perda de um valor ideal. Aliás, uma de suas preocupações nessa área sempre foi o significado do luto penoso. Apesar de várias hipóteses formuladas por Freud, dentre elas a perda narcísica em um luto importante, o assunto, para Hanus, permaneceria insatisfatoriamente trabalhado na psicanálise.

Não obstante, para o psicanalista francês, é inegável que o processo da resiliência apresenta vários pontos em comum com o do luto, ainda que possam ser considerados distintos em vários aspectos. Tanto uma como o outro têm um determinado encaminhamento no tempo, uma duração e uma história, tanto pessoal quanto familiar, sendo ambos os processos dinâmicos. Como a maior parte dos processos psicanalíticos, o luto e a resiliência têm fundamento nas relações anteriores.

Para Hanus (2006), teria existido, por parte da criança resiliente, relações precoces bastante boas para ensejar nela a autoconfiança, que é a sustentação fundamental da resiliência. Neste momento, ele se afina com Cyrulnik e com a teoria do apego, quando postula a necessidade de ter existido, na história anterior da criança, um vínculo afetivo seguro o suficiente para que ela desenvolvesse tal confiança em si mesma; que tivesse existido a presença do que chama de “tutor de resiliência”, que tivesse ajudado esta criança a ir além da autoconfiança e ter desenvolvido a confiança no outro, que a capacitaria a aceitar ajuda em forma de uma mão estendida em um momento de adversidade.

Voltando à comparação entre os dois conceitos, Hanus (2006) destaca, inicialmente que, tanto para o luto como para a resiliência, temos a perda, e que devemos ter em mente que a definição freudiana de luto foi feita em relação à ela, e não em relação à morte. A perda do luto não se concentra na perda do ser amado ou das relações mantidas com ele, mas vai além, sendo também narcísica. Outra distinção conceitual importante realizada pelo psicanalista francês é que o processo do luto tem um fim, uma vez que seu resultado torna-se irrevogável. Por outro lado, aquele que viver o traumatismo que deflagra o processo de resiliência não encontra um fim para ele, que se renova incessantemente a cada nova situação de desafiador penar.

O trabalho de luto – que se processa em sua maioria de forma inconsciente – vem, neste sentido, reativar a função do ego, no que seria uma capacidade de experimentar o luto como desapego, o que Hanus (2006) chama de “aptidão ao luto” (p. 199, tradução nossa). “Esta capacidade para integrar psiquicamente a

perda instala-se na primeira infância, em função da vivência e da integração das separações com a mãe, quando aparece o terceiro, o pai” (p. 199, tradução nossa). Desta maneira, em função de uma boa aquisição da capacidade de luto, brota a confiança suficiente no funcionamento psíquico do sujeito, pré-consciente, capaz de suportar a ausência e a falta.

Neste aspecto, evidencia-se, pois, o quanto Hanus (2006) ressalta a importância da aptidão ao luto para a resiliência e, dentro do mesmo segmento, traz a sublimação como um determinado tipo de trabalho psíquico que igualmente conduz ao ressurgimento de um indivíduo mais forte.

E, para tratar deste aspecto específico, vale começarmos pela aproximação entre os dois conceitos, realizada por Sophie Mijolla-Mellor (2006), professora e psicanalista francesa que tem dedicado sua pesquisa na área da psicanálise, desde a década de 1980, à investigação do conceito de sublimação. Contrariamente à resiliência, que concerne a um comportamento sucessivo a um traumatismo sofrido, a sublimação é um destino pulsional relativo ao objeto da pulsão sexual. Vistos desta forma, parece difícil compreender por que tais noções podem ser comparadas, já que se projetam em conceitos tão afastados. A razão seria pelo fato de ambos terem um traço comum fundamental: constituem “uma resposta válida frente a acontecimentos desfavoráveis para um sujeito” (p. 172, tradução nossa).

Neste sentido, a psique recorre à sublimação para enfrentar a primeira recusa de satisfação às pulsões sexuais. Esta restrição pode revelar seus efeitos positivos através dos ganhos pela fantasia por meio de trabalhos intelectuais, psíquicos e/ou artísticos que se sobreponham à negação do prazer, interações advindas da realidade ou do próprio sujeito. Poder-se-ia, através destes ganhos psíquicos sublimatórios, inclusive, ir além dos obstáculos colocados para o prazer, mesmo quando o nível de obstáculos for tão alto que o sujeito chegue a perder o rumo do seu desejo, como acontece quando ele é fortemente confrontado com a morte real ou com a perda da autoestima.

É pelo viés das hipóteses psicanalíticas em torno da estruturação do ego que a sublimação afirma seu caráter essencial de vicissitude constitutiva dos rumos da libido e da própria organização das instâncias psíquicas, de forma a entrelaçá-la com as relações mais íntimas que o conceito de resiliência possa vir a ter com o cerne da teoria psicanalítica.

Segundo Hanus (2006), embora ele também veja diferenças expressivas entre a sublimação e a resiliência, ele dá suporte a Mijolla-Mellor, quando diz que a resiliência se aproxima da sublimação, pois faz mais do que ajudar o indivíduo a sobreviver aos traumatismos: ela seria um recurso “que os integra, os supera, os transcende” (p. 193, tradução nossa).

O autor mergulha na investigação metapsicológica, postulando que, ao promover este movimento interno, a sublimação e a resiliência teriam uma mesma fonte, a presença forte de um ego ideal. Ele também associa a ambas um id criador, com grande força pulsional, seja por origem natural extraordinária – que podemos, no atual estágio de conhecimento interdisciplinar sobre a mente e de diálogos da psicanálise com as neurociências, atribuir ao componente genético do indivíduo –, seja por causa das estimulações maternas precoces.

Hanus (2006) nos traz, de forma bastante pertinente para os estudos posteriores sobre a resiliência e sua relação com a sublimação, o trabalho de Didier Anzieu (1981), em especial no que este se refere às peculiaridades do id que caracterizariam o movimento sublimatório de feição mais consistente, passível às comparações estabelecidas por Hanus com a resiliência. O id deste indivíduo criador seria caracterizado por uma grande força pulsional, venha ela do seu equipamento inato – o qual podemos aqui associar àquele genético –, consecutiva à estimulação materna precoce. Hanus concorda, na trilha de Cyrulnik, com a importância do inato, mas acentua o que foi adquirido a partir da educação, realçando a importância das relações maternas precoces para a formação da resiliência.

Assim, investigar a sublimação rigorosamente faria parte de compreender como os riscos destrutivos podem passar a ser vivenciados como forças construtivas, e de que maneira as energias que a criança usa para enfrentá-los parecem dar origem à expressão de potenciais que permaneceram escondidos até então. O resiliente seria também um criador, ele também parece dotado de grande força de expressão da pulsão de vida, que caracteriza a condição criativa.

A resiliência, como a sublimação, demonstra grande vigor e poder criativo, o que nos encoraja a aproximá-los. Parece-nos que o próprio entendimento de como se dá a criação artística, em seu germe mais profundo, a partir dos autores que investigam o tema, é fundamental para aproximar ou afastar estes dois conceitos. Para Hanus (2006), seu ponto de partida já é distante: o portador da

sublimação submete-se (quase que “voluntariamente”, nos parece, segundo o autor) a um conjunto de restrições internas para expressar e burilar alguns de seus conteúdos psíquicos inconscientes e/ou pré-conscientes. Ele sai de si mesmo e, de certa forma, permanece mestre da situação que ele pode modificar. Ele se certifica de ter um tempo protegido essencial para a expressão de seu talento criador. Já a criança resiliente não teria como moderar o impacto da situação muito difícil e muito perigosa em que está e, portanto, de burilar a expressão dita artística. O ponto de partida seria interno e ativo na criação da sublimação; ele é externo e passivo na resiliência. O autor exacerba esta tese, que nos parece um pouco alheia à visão mais interiorizada dos processos psicanalíticos, quando postula que a sublimação requereria certa objetivação das contribuições pessoais, pois a obra criada se separaria de seu autor na condução de sua própria vida. Já o resultado psíquico da resiliência não seria “externo” ao seu autor; ele permanece ligado a ele, mesmo que traga efeitos mensuráveis ao redor.

Para Mijolla-Mellor (2006), entretanto, o emergir do processo criativo é bem mais agonístico, não implicando em condições de escolha tão nítidas. Tal como para o artista, seus componentes simbólicos, em que as pulsões de vida e de morte se aproximam estreitamente, estariam sob o domínio de outra lógica das relações entre o inconsciente e o consciente que transcenderiam as colocações, de alguma forma, de ordem mais pragmática de Hanus acerca do que seria “interno” ou “externo” ao indivíduo, mesmo face à obra já realizada concretamente.

Mijolla-Mellor (2006) ressalta, ainda, que a sublimação é um “princípio organizador no que se refere aos sentimentos de ternura, amizade, de ligações sociais, atividades profissionais, de realizações artísticas, esportivas etc.” (p. 167). Neste sentido, vemos que ela associa a autoestima de base narcísica imanente aos processos de sublimação à criação e manutenção de ligações afetivas significativas. Ligações essas que podem ser de grande valia para o enfrentamento das situações traumáticas, no caso, a serviço de processos resilientes.

No que tange à pertinência da resiliência para os estudos da psicanálise, Mijolla-Mellor (2006) diz que ela merece ser validada, uma vez que se inscreve em uma causalidade não prescritiva, na qual os traumatismos da infância não engendrariam necessariamente consequências catastróficas. Lembra-nos bem de que, apesar de a psique ser forjada na infância, não podemos considerar uma ação pontual a única causadora de determinada personalidade doente na idade adulta,

posto que o que realmente importa é o efeito desta ação no sujeito. Efeito esse que não necessariamente ficará ativo para sempre, já que ele pode ser retomado, renegociado, reinterpretado inúmeras vezes.

De fato, ressalta Mijolla-Mellor (2006), o que se deve receber atenção é a reinterpretação que o indivíduo faz de um fator atual que o reconduz a seu passado e faz dele a causa do seu presente. A psicanalista francesa, como muitos contemporâneos, aceita a influência das circunstâncias do presente nas reverberações do passado nas dinâmicas libidinais. A ocorrência de eventos relevantes no presente, sejam eles positivos ou negativos, assim como um casamento, o nascimento de um filho, uma vitória profissional, doenças, acidentes, ou seja, situações substantivas podem levar a psique a prosseguir num sentido negativo ou positivo.

Assim, Mijolla-Mellor (2006) considera que as influências exercidas por situações novas imprevistas, sejam elas positivas ou negativas, podem redirecionar a psique em um sentido também positivo ou negativo; entretanto, não deixam de ter tais influências delimitadas por suas interpretações possíveis já latentes na psique. Haveria, pois, certo equilíbrio na psique, em função das reinterpretações viáveis no presente em face das dinâmicas libidinais estabelecidas no passado. Dentre estas inevitáveis influências oriundas do passado, quer diretamente, quer mediadas e/ou transformadas por processos terapêuticos, está a capacidade de sublimar.

Mijolla-Mellor (2006) destaca, pois, que em *O ego e o id*, Freud (1923/1996n) dá uma definição de sublimação que faz esquecer todas as outras em termos dela se constituir apenas como mecanismo contra a realização dos impulsos sexuais: toda sublimação só se produz por intermédio do ego, que transforma a libido direcionada ao objeto sexual em libido narcisista, de maneira a, a seguir, tal libido poder direcionar-se a outro objetivo, como o sublimatório. A energia sublimada seria, pois, secundária a um trabalho de luto em relação ao objeto, pois agora o indivíduo se coloca a si mesmo como foco amoroso para substituir sua perda do objeto. A sublimação seria, então, um tipo de valorização do objeto sublimatório construído pelo resiliente que lhe dá forças, para superar, se for este o caso, a destruição do objeto sexual originário.

A psicanalista francesa faz referência à colocação de Cyrulnik de que, no momento da agressão, já havia, na criança resiliente, um sentimento misturado de

sofrimento e de esperança. Ora, Freud já dizia que a derivação sublimatória se produz de forma precoce. Com isso, pode-se propor, a partir daí, a hipótese, segundo a qual o ego escapa do trauma contando com o tempo, afirmando ao superego que este não manterá poder permanente sobre ele, mas promete que, se realizar todos os esforços, renúncias etc., o ego não abdicará de sua potência própria. Ela ressalta que a abstinência sexual nada tem a ver com a sublimação, mas é, sim, uma abstinência da alma que prefere a busca da verdade à própria verdade.

Mijolla-Mellor (2006) analisa também a transgressão, não criminosa, mas que vai permitir à criança se tornar um adulto e, a recíproca sendo verdadeira, na barreira geracional. Tendo como exemplo Leonardo da Vinci e suas pesquisas incessantes sobre a sexualidade, que transparecem em suas obras, devidamente codificadas sob simbólicas de cunho artístico. Quem sublima, como o resiliente, ultrapassa todos os limites, chegando perto da transgressão. Pode-se dizer que a energia libidinal, na sublimação, pode ultrapassar também o obstáculo do proibido, conseguindo, não somente manter a positividade do fluxo criativo, mas reforçá-lo também, em razão do obstáculo. Para o resiliente, o movimento é o mesmo, segundo Cyrulnik, que lembra também a proximidade entre a resiliência e diversas formas de transgressão que possam ser resgatadas por vários vieses sublimatórios.

As “metáforas cinéticas” freudianas a que Mijolla-Mellor (2006) também se refere são por ela aproveitadas em uma relação, até certo ponto, metafórica, que ela estabelece entre obras de arte e a hidráulica. Por exemplo, a sublimação seria como um volume de água corrente que encontra uma barreira e, nem por isso, deixa de correr. Vamos ver que a metáfora se aplica também à resiliência. As metáforas cinéticas subentendem quatro destinos para as pulsões descritas por Freud (1915/1996i) em sua metapsicologia, permitindo uma compreensão intuitiva da sua lógica dinâmica. Se a represa é uma metáfora fácil para explicar o recalque, os outros dois destinos pulsionais (a transformação no contrário e o retorno sobre o próprio ego) não apresentam nenhuma progressão, nem nenhuma mudança verdadeira, uma vez que se trata de inverter uma polaridade entre dois termos que continuam sendo os mesmos.

A originalidade da transformação sublimatória existe, ao contrário, devido ao fato de que os objetivos e objetos primitivos são transformados. Aqui, devemos

ter certa cautela para que, consoante à metáfora da represa, o fluxo libidinoso, desaparecendo por um momento, ao ressurgir mais além, faça jus ao seu alcance pulsional maior, paralelo à simbologia da criação de uma obra de arte inédita, indo além de se constituir em mero mecanismo de defesa.

A autora acompanha a trajetória da sublimação no indivíduo em fronteiras estreitas com abstrações que margeiam uma lógica filosófica. O bebê, desde muito pequeno, se colocaria diante da questão da morte, paralela à da pulsão sexual que pode vir a vencê-la. A criança experimenta a sublimação paralela ao prazer de pensar, da percepção do mistério transcendental do nascer e do morrer e, mais globalmente, o da busca do sentido. Na adolescência, desponta um novo ciclo de interesses, como obras artísticas; como a submissão de seu corpo a provas diversas e também as preocupações metafísicas, repetindo-se como na infância, sem abandonar seu ego infantil. Segundo Mijola-Mellor (2006), todos os adolescentes fazem a si mesmos duas perguntas, para constituir sua teoria da vida que associa sonho e intelectualização: “por que tenho que sofrer tanto?”, o que os leva à intelectualização; e “como vou fazer para ser feliz, apesar de tudo?”, o que os convida aos sonhos. A abstração não é a intelectualização, e tem uma virtude protetora inestimável, posto que, de uma situação lamentável, conduz a um problema compartilhável, em paralelo a experiências afetivas no registro da sublimação.

Passamos a rever, aqui, as relações entre sublimação e resiliência. A possibilidade, graças a um remanejamento tópico, de transformar um traumatismo que poderia ser sofrido passivamente pelo sujeito, em uma situação de ter prazer é um trabalho que define o trabalho sublimatório. A nosso ver, a resiliência, descrita por Cyrulnik (2004a), pode constituir um prolongamento descritivo comportamental desta noção de metapsicologia complexa representada pela sublimação.

Mjolla-Mellor (2006) ainda enfatiza a importância de uma crença visceral – também em si mesmo –, que seria processo sublimatório ou a ele paralelo fundamental para as reconstruções da potência de vida – nas quais aventamos poder incluir os processos de resiliência.

4.3

Pontos de contato entre a música, os mecanismos sublimatórios e a formação da resiliência

Dentre as diferentes formas de sublimação, a música, frequentemente, é uma das menos exploradas pela psicanálise, talvez pelo seu criador mesmo ter lhe feito pouca referência, uma vez que sabemos da predileção de Freud pela literatura, sendo raras as citações que trazem referências musicais ou mesmo citem músicos de sua época. Entretanto, como nos é lembrado em artigo de Francisco Duarte (2017), Freud, em *A interpretação dos sonhos* (1900/1996c), analisa um sonho seu, já relatado em carta a Fliess datada de 3 de dezembro de 1897, no qual ele cita um episódio de quando tinha 17 anos e, ao ouvir uma canção de ninar tcheca, dela se lembrou facilmente, reconhecendo que sua sonoridade estava tão fixada em sua memória que podia repeti-la, a qualquer momento, mesmo não tendo ideia do seu significado.

Em uma articulação singular, Duarte (2017) traça a hipótese de que o encontro entre o psicanalista e seu notório paciente, o músico Gustav Mahler, teria possibilitado que Freud lidasse com um pretense “desencontro” com a música e com tudo o que ela poderia lhe representar até então. Para o autor, tal circunstância teria feito com que Freud, após anos resistindo e evitando contato com a música, concedesse a esta forma de expressão artística um espaço para sua apreciação. Após vasta pesquisa para descobrir a possível canção citada por Freud, o pesquisador brasileiro encontrou a canção de ninar “*Hajej, můj andilku*”, típica da Morávia naquela época, e serviu-se dela como uma linha condutora para escrever sobre a canção de ninar como o objeto estético que leva o sonhador a entrar em contato com “a sua criança e a sua mãe”, no caso, Freud e sua própria tenra infância.

Na esteira teórica de trazer a música para o campo psicanalítico, aventamos pensar que, se refletirmos mais acuradamente, os sons, suas modulações, tons e matizes, e até mesmo certos ritmos, fazem parte do primeiro momento do existir humano, devendo, deste modo, serem olhados com a devida atenção quando exploramos o território dos primórdios da constituição psíquica e sua eventual condição de apaziguamento, base preciosa para a resiliência.

Estudos mostram evidências de que o feto já começa a escutar ainda no útero e, entre 26 e 28 semanas de gestação, começaria, gradualmente, a reagir aos

sons do seu lar auditivo, no caso, o corpo materno – as batidas do coração, o ar entrando e saindo dos pulmões e até o estômago roncando (Chelli & Chanoufi, 2008). Estudos demonstraram ainda que a frequência cardíaca de um bebê diminui no útero ao ouvir a voz de sua mãe, sugerindo, assim, um efeito calmante.

Durante o desenvolvimento intrauterino, o bebê aprende as características específicas da voz da mãe que vai influenciar até mesmo no aprendizado do idioma e seus matizes (Moon, Lagercrantz & Kuhl, 2013). Os especialistas da área atestam que o feto forma memórias de suas experiências auditivas, permitindo que alguns autores utilizem o termo “aprendizagem fetal”. Ele memoriza não apenas a voz da mãe, mas também sons externos acústicos mais complexos com uma grande capacidade de discriminação. Isso pode, inclusive, ser medido logo após o nascimento por diferenças na resposta a vogais familiares versus não familiares. Um estudo de laboratório realizado pelos autores mostrou que a experiência com vogais afeta a percepção mais cedo do que consoantes, porque as vogais são mais altas, mais longas em duração e carregam informações prosódicas salientes (melodia, ritmo e ênfase).

Se prestarmos atenção às cantigas infantis, perceberemos o quanto elas se apoiam justamente na repetição de sons de vogais e de outros sons anasalados mais “longos”, isto é, mais propícios a funções apaziguadoras, dos quais um arquétipo, em português, é o “Nana, neném”. Além disso, a maioria dos estudos reforça a hipótese de que existiria uma habilidade musical implícita do cérebro humano (Chelli & Chanoufi, 2008).

Neste mesmo diapasão, ao nascer, em um primeiro ensaio de autonomia, ainda fortemente conectados ao suporte materno, desligamo-nos da respiração através da placenta e iniciamos a respiração através do pulmão, com seu ritmo próprio. É sempre um instante tradicional de júbilo para os pais, aquele em que o bebê chora, ao experimentar a primeira inalação do ar do mundo externo; afinal, a proteção e a nutrição no útero o capacitaram para a vida fora dele! E, depois, entra o ritmo das mamadas que, aos poucos, vai se conjugando com o ciclo do dia e da noite. Tudo isso, muitas vezes, embalado pelo cantarolar materno. Vale dizer quão antigas e ancestrais são as cantigas de ninar que, passando de geração a geração, constituem-se, sempre, em ritmos e melodias suaves criados pela sensibilidade humana no intuito de favorecer o apaziguamento das tensões através de seus efeitos profundamente calmantes.

Stahlschmidt (2002) investiga a “função da música, enquanto atividade lúdica e elemento constitutivo da voz, na construção e consolidação dos laços mãe-bebê, ou cuidador-bebê, discutindo suas implicações na estruturação psíquica deste e sua constituição como sujeito” (p. 8). A autora ressalta a importância da musicalidade da voz materna, que caracteriza o “manhês”, para a estruturação psíquica do bebê, permitindo sua inserção na linguagem e sua constituição como sujeito desejante.

Ora, se pensarmos nas evidências de que já há no período intrauterino o progressivo desenvolvimento auditivo e o desenvolvimento da memória, capacitam o bebê a cada vez mais reconhecer diferenças no tom, padrões sonoros, intensidade e ritmo (Graven & Browne, 2008), aliando essa condição ao efeito calmante das vozes familiares, principalmente a materna, podemos sugerir a força e o impacto dessa voz na regulação das intensidades experienciadas nos primeiros meses de vida. Onde procederiam as tentativas de aproximação entre embriologia e psicologia/psicanálise – caras à orientação interdisciplinar desta tese –, que acreditam ser uma influência benéfica para o estreitamento das relações simbólicas – elas também embrionárias – entre a mãe e a criança, a mãe entoar cantigas de ninar para seu bebê enquanto ele ainda está em seu útero.

Embora estejamos, aqui, deliberadamente, pisando em terreno escorregadio, não podemos resistir a anotar a informal constatação – para a qual não achamos ainda referências bibliográficas pertinentes – da função da música no reforço à resiliência, embora seja notória esta sua função, inclusive nas canções que os soldados entoam ao dirigirem-se às batalhas em que podem perder a vida, para comunicar mais a energia da pulsão de vida a esta extrema e poderosa ascensão da pulsão de morte à sua frente. Haveria, deste modo, um enfrentamento da morte pela via da música.

Lembremos que, na segunda tópica, Freud, tendo passado pela segunda guerra, revê o tema do narcisismo, assim como da indispensável autoestima a ele relacionado, a partir das neuroses de guerra. A importância da música como fator de estímulo à resiliência é retomada quando, em estudos sobre os soldados que voltam das Grandes Guerras, observa-se como as canções que entoavam antes e depois das batalhas, lembrando-os dos colos de mães e esposas, assim como do seio da pátria, representaram, em suas vidas psíquicas, um processo de imensa revitalização, mesmo de resiliência. “Nos dias mais negros da guerra, o poema

lírigo era uma salvação para muitos soldados, bem como para aqueles que estavam a sua espera em casa” (Krasnov, 2016). Deixamos aqui algumas estrofes do poema *Espere por mim*, de Konstantin Simonov, poeta e correspondente de guerra russo que escreveu para a sua amada em 1941: “Espere por mim, e eu voltarei. Apenas espere muito. Espere, quando trouxerem tristeza. As chuvas amarelas. Espere, quando varrerem a neve... Com tua espera, Tu me salvaste. Como eu sobrevivi, saberemos. Somente eu e você – Simplesmente por você ter esperado, como nenhum outro”.

4.4

Resiliência e as origens remotas da autoestima

4.4.1 Narcisismo primário

Talvez este seja um bom momento para algumas reflexões acerca de como a concepção freudiana de narcisismo se entrelaça com a da própria estruturação psíquica da resiliência, uma vez que falar de arte e mecanismos criadores em psicanálise remete obrigatoriamente, tanto aos processos sublimatórios, quanto a uma percepção de narcisismo que, embora ainda imersa no contexto da primeira tópica, aponta já para a conotação positiva que a compreensão de libido narcísica virá a consolidar com a segunda tópica.

Prado (1988) nos introduz em extensa investigação sobre o conceito de narcisismo em Freud. A partir de suas elaborações em congressos e grupos de estudo ao longo de décadas, o psicanalista brasileiro desenvolveu uma extensa e relevante revisão do tema, da qual selecionamos e releemos alguns tópicos de maior interesse para nossa tese.

Em compasso, de algum modo, similar ao de Green, o psicanalista brasileiro frisa as duas vertentes do “narcisismo primário”: aquela na qual os instintos libidinosos narcísicos – que chama “de vida” – integram-se à personalidade, constituindo-se em fonte dos mais variados elementos psíquicos criativos; e aquela na qual, associando-se ao masoquismo erógeno – ou seja, aos instintos “de morte” – passam a expressar elementos negativos, em manifestações clínicas patológicas diversas.

Relendo a obra freudiana, Prado (1988) assinala como só muito brevemente Freud considerou o narcisismo como perversão sexual, logo

reconhecendo seu significado no desenvolvimento psíquico, orientação que atinge o seu auge em 1914, quando passa a considerar o narcisismo primário como estrutural e normal no desenvolvimento psíquico humano, incorporando-o definitiva e substantivamente na sua teoria da libido.

Na mesma medida em que Freud desenvolve sua teoria psicanalítica, ele hesita a respeito da área estrutural em que estaria a libido narcísica, se no id ou no ego. Inicialmente, entendendo que o ego se desenvolvia a partir do nascimento, a partir do contato do id com o meio ambiente, a expressão narcísica libidinal residiria no id. Quando Freud passa a achar que o ego, ainda que de forma rudimentar, está presente já desde o nascimento, seria nele que se estocaria a quota total da libido disponível. Em *Totem e tabu* (1913/1996g), Freud sofisticava estas percepções, pois define o narcisismo primário como etapa essencial para a fusão dos instintos sexuais dispersos do autoerotismo, de forma a poder vir a convergir sobre o ego, preparando seu acesso às condições psíquicas necessárias ao amor objetual.

Em sua segunda tópica, Freud continua indefinido quanto à sua posição sobre a localização da libido. Em 1923, em *Dois verbetes de enciclopédia*, afirma que, baseado em sua experiência clínica, o ego seria o reservatório da libido. No mesmo ano, em *O ego e o id*, alegando ter agora podido distinguir melhor o id do ego, era forçado a reconhecer que o grande reservatório da libido, durante o narcisismo primário, seria o id. Enquanto o ego está em processo de formação, o id enviaria parte de sua carga libidinosa ao objeto, revestindo-o. Quando mais forte, o ego apossa-se desta libido objetual para impor-se ao id ele mesmo como objeto de amor. Ao longo deste acidentado trajeto, mantém-se a percepção da poderosa força propulsora/potência para promover a evolução psíquica da libido narcísica.

Sobre o narcisismo: uma introdução (1914/1996h) permanece a obra central de referência no que diz respeito ao narcisismo primário. Comentando-o, Prado (1988) se estende sobre o tema, inclusive delineando, por um lado, como o narcisismo primário aos poucos vai cedendo lugar a novas exigências libidinais relativas ao início das relações objetuais com a mãe, a partir da gradual separação do estado indiferenciado de mãe-bebê e de *self*-objeto. Acentuamos, no interesse de nossa tese, o quão gradativa e parcialmente esta diferenciação libidinal se constitui sem nenhum tipo de oposição compulsória entre a libido narcísica

primária e a libido objetual relativa à fase oral. Esta interpretação nos permite aproximarmo-nos de outras intuições a serem, posteriormente, melhor desenvolvidas, sobre o quanto neste estado de semifusão e semiseparação, as próprias condições de autoestima da figura materna facilitariam, dado o seu vínculo muito íntimo, mas que está deixando de ser osmótico com o bebê, que este também nela tivesse uma aliada em uma estruturação particularmente rica de sua própria autoestima, em termos de uma libido narcísica capaz de uma relação futura com o outro, ciosa de sua autonomia, mas respeitosa à aceitação das diferenças relativas aos diferentes investimentos narcísicos e objetuais, mitigando possíveis efeitos menos saudáveis do narcisismo secundário.

Por outro lado, em relação ao mesmo texto seminal de 1914, Prado (1988) aborda as características das várias modalidades de passagem da libido narcísica primária – aqui associada já às bases fundamentais para a formação da autoestima do indivíduo – à nascente libido objetual, assim como do movimento de retorno desta dinâmica energética ao ego, agora sob a forma de narcisismo secundário, que exige a estima do outro para a experiência da sua própria pelo indivíduo.

Dentro deste contexto em que ele se detém na formação da sublimação e do ideal do ego, ambos de visceral importância para a resiliência, Prado (1988) descreve como, inserida nas vicissitudes da libido narcísica, o indivíduo canaliza parte da libido retomada do objeto para construir um ideal do ego, sendo as características deste objeto incorporadas como suas próprias. Sendo bem sucedido, torna-se o objeto do próprio amor, plagiando o contexto específico do narcisismo primário, de tal modo que o ideal do ego diria respeito à idealização de um determinado objeto.

Já o processo de sublimação diria mais respeito ao processo libidinal em si, ao caminho seguido pela energia libidinal, que um determinado tipo de pulsão é “sublimada”, ou seja, desviada do prazer proporcionado pelo amor próprio para o de uma satisfação relativa a um ego ideal interiorizado. Os dois conceitos são muito próximos e, quando a vicissitude pulsional da sublimação falha, nem sempre é possível a interiorização adequada do ideal do ego. Assim, o psiquismo é obrigado a recorrer à repressão dos instintos libidinosos que não puderam ser sublimados. Podemos pressupor, pois, o que é de grande interesse para o tema da resiliência, que tal repressão diminuiria tanto o estoque de autoestima original, quanto o daquela oriunda do ideal do ego uma vez interiorizado, privando o

indivíduo de um fator psíquico de grande valia para seu enfrentamento de situações em que precisa do auxílio interno do melhor de sua autoestima.

Sendo o narcisismo um tópico de importância primordial na estruturação da autoestima, uma característica psicológica essencial na concepção de resiliência, este também é um bom momento para que nos lembremos de que a psicanálise pode também se aproximar das questões metapsicológicas sob dois pontos de vista fundamentais: o que privilegia as pulsões e o que privilegia os objetos. Isso não significa que tais aproximações sejam excludentes, pelo contrário: podem ser complementares, mostrando diferentes facetas de construção do entendimento de uma mesma questão.

Mezan (2014) atém-se ao tópico do narcisismo como um dos eixos centrais para a compreensão da obra freudiana, distinguindo-o muito cuidadosamente do autoerotismo. No *Caso Schreber* (Freud, 1911/1996f), o estágio do narcisismo consiste:

[...] chega uma ocasião, no desenvolvimento do indivíduo, em que ele reúne suas pulsões sexuais (que até aqui haviam estado empenhadas em atividades autoeróticas) a fim de conseguir um objeto amoroso; e começa por tomar o seu próprio corpo, como objeto amoroso, sendo apenas subsequentemente que passa daí para a escolha de alguma outra pessoa que não seja ele mesmo, como objeto. (p. 83)

Para Mezan (2014), é essa primeira unificação das pulsões que permite que a passagem para o entendimento do objeto dessas pulsões possa ser o “si mesmo”, o “próprio corpo” ou o “ego”: surge, pois, na elaboração freudiana, a noção de *selbsh*, o “si mesmo” – até o “amor de si mesmo” pressupõe uma reflexividade, um sujeito que, ao mesmo tempo, é objeto.

Dentro do espectro de ambiguidades que compõem e enriquecem o conceito, do ponto de vista genético, o ego precisa ser constituído, indo além das pulsões autoeróticas, para que possa se tornar uma unidade. O ego precisa ser desenvolvido para formar o narcisismo, é preciso que se acrescente algo ao autoerotismo, “uma nova ação psíquica” (Freud, 1914/1996h).

Entretanto, o narcisismo é também um estado permanente da libido, que dele conserva sempre todas as diretrizes para as relações objetais, todos os investimentos libidinais nos objetos – e em atualização no mundo externo. Aqui, inclusive, estaria implicado que, dentro da economia libidinal “prazer-desprazer” da primeira tópica, não permaneceríamos na condição libidinal exclusivamente

narcísica porque, a partir do limiar em que a concentração da tensão libidinal no ego torna-se desprazerosa, somos compelidos a investir no mundo exterior.

Remetendo mais diretamente a Freud, pretendemos explorar mais amplamente sua concepção seminal de narcisismo a partir de uma releitura do que ele coloca no seu texto de 1914. Ali, ao propor “um exame da atitude de autoestima nas pessoas normais e nos neuróticos”, ele estabelece que “a autoestima expressa o tamanho do ego [...]. Tudo o que uma pessoa possui ou realiza, todo remanescente do sentimento primitivo de onipotência que sua experiência tenha confirmado, ajuda-a a aumentar sua autoestima” (p. 104). Aplicando a distinção freudiana entre as pulsões sexuais e as do ego, “devemos reconhecer que a autoestima depende intimamente da libido narcisista. Sob todos esses aspectos, a autoestima parece estar relacionada com o elemento narcisista do amor” (p. 104).

Observam-se significativas variações do conceito de narcisismo na passagem para a segunda tópica e a segunda teoria pulsional freudianas, como ganha importância o papel central da libido narcísica – que agora reunirá as “antigas” pulsões sexuais e as do ego, termo este também aqui profundamente revisto na constituição da pulsão de vida.

Em relação à resiliência, sob esse aspecto, observe-se o quanto é necessária esta autoestima bem estabelecida, de forma inclusive a capacitar o indivíduo a receber impactos do meio-ambiente sem desorganizar, de forma autodestrutiva, sua estruturação psíquica. Uma questão a ser levantada é de que maneira a libido narcísica implica a formação do que nos referimos aqui – cujas delimitações conceituais, conforme dito anteriormente, analisaremos como sendo um “ego robusto”.

Na contemporaneidade, um dos grandes expoentes do tema do narcisismo é André Green (1988), que irá opor, segundo a vocação agonística fundamental da psicanálise, o narcisismo de vida àquele de morte. Como não é possível se referir à pulsão de morte sem se referir ao par que ela forma com a pulsão de vida, e se aquela corresponde ao desligamento e esta à ligação, pretendemos investigar como, face às situações em que a autoestima do indivíduo está visceralmente ameaçada, sua libido pode ser “religada” de maneira a corresponder à função resiliente. Podemos indagar se tal “relição” dependeria de intervenção de outra

figura afetiva poderosa ou da melhor utilização de seus recursos internos pelo próprio indivíduo.

Nos diversos textos freudianos sobre o narcisismo, com ênfase em *Sobre o narcisismo: uma introdução* (1914/1996h), evidencia-se a relevância dos movimentos identificatórios no processo de construção do si mesmo, uma vez que a qualidade das relações existentes entre o eu e os objetos é um dos focos centrais. As identificações que seriam propiciadas pelos objetos externos terão função decisiva na configuração da imagem de si. Ressalta-se, pois, que o ego do bebê tem que ter sido narcisizado, para que se processem os próprios impulsos para a autopreservação e, em seguida, aqueles relativos aos investimentos libidinais objetivos. Nesse processo, começa a autoestima do indivíduo, tanto em relação a seu autocuidado, quanto à qualidade dos vínculos que virá a estabelecer com os outros, ambos influenciados, pois, pelas suas primeiras relações objetivos (Ungaretti, 2013).

4.4.2 As contribuições de D. W. Winnicott

Sobre a qualidade e papel fundamental dessas relações precoces, Winnicott (1990) é uma referência bastante esclarecedora. Sua teoria do amadurecimento emocional parte do princípio de que a subjetividade é constituída, desde sua origem – intrauterina –, a partir de um encontro do indivíduo com o ambiente, ressaltando o entrelaçamento indissolúvel entre eles. De acordo com o autor, temos uma tendência inata à integração, concebida como os aspectos biológicos do crescimento, e a existência contínua de um ambiente facilitador tem a função de viabilizar, facilitar a realização desta tendência, já que ela não é uma determinação que se conclui de forma automática com o passar do tempo. Para o psicanalista inglês, o conceito de “ambiente facilitador” ocupa um lugar de destaque em sua teoria, referindo-se aos múltiplos suportes que facilitam o progresso da tendência ao amadurecimento, a todo suporte oferecido ao bebê e que vai ganhando diferentes conotações na medida em que o indivíduo cresce e suas necessidades mudam.

Compreende-se que a condição de extrema dependência física e emocional do bebê demanda a presença de uma pessoa que seja responsável por se adaptar de forma ativa e sensível às suas necessidades singulares, por satisfazê-las. Apesar de

a função ambiental não ser de posse exclusiva da mãe biológica, Winnicott (1965/2011) diz ser ela a pessoa mais apropriada para esse desempenho, pois sua capacidade adaptativa não estaria baseada no conhecimento formal, técnico, mas em uma condição emocional específica que seria adquirida ainda na gravidez, e depois perdida à proporção que a criança se desenvolve e caminha rumo à sua independência. Para este estado, Winnicott cunhou a expressão “preocupação materna primária”, que corresponde, em linhas gerais, a uma identificação inicial da mãe com seu bebê, uma sensibilidade especial, ao ser impulsionada por memórias inconscientes dos cuidados maternos que recebeu outrora; das memórias corporais de conforto e segurança, assim como das experiências de intimidade pessoal. Em virtude deste estado, dessa fina capacidade de identificar-se com o seu bebê, que implica uma espécie de regressão parcial, a mãe é capaz de saber o que ele precisa. Concomitante a isso, ela também conserva seu lugar de adulta, de modo a compreender, cuidar e providenciar as coisas de que seu filho necessita, uma vez que “sendo madura, a mãe não fica narcisicamente ferida por ver-se esvaziada de sua vida pessoal para dedicar-se à tarefa de cuidar do bebê” (Dias, 2003, p. 135).

Em termos das dinâmicas libidinais, podemos aventar o quanto esse investimento maciço da libido objetual materna vai ser fundamental para a construção do ideal do ego/ego do bebê. Talvez esse investimento pudesse ser visto como parte de um reservatório a ser construído pelo ego rudimentar em formação. Ficariam impressas aqui o sentimento de ser sustentado, tocado, embalado em sua maior e mais profunda completude. De sermos aquilo de positivo que as mães sussurram em nossos ouvidos: “você é a coisa mais linda desse mundo”, “você está em segurança”, “relaxe, durma bem”, “eu te amo”. Em termos de resiliência, talvez essa libido objetual pudesse ser introjetada na dinâmica entre os inconscientes; como uma libido narcísica a ser sempre resgatada quando o ego se visse sob ameaça.

Assim, aos poucos, depois de algumas semanas, a função ambiental, compreendida como a totalidade dos cuidados, vai se adaptando às novas necessidades que surgem do bebê, e respondendo pelo conceito de “mãe suficientemente boa” ou, como preferimos aqui, “ambiente suficientemente bom”. Dentre as funções deste ambiente, está o *holding*, caracterizado por prover uma sustentação física e psicológica ao bebê, já que ele sozinho ainda não é capaz de

satisfazer as suas necessidades e nem de suportar a tensão que elas provocam. Por meio de um relacionamento amoroso e ativo, aquele que é responsável pelos cuidados cria um ambiente suficientemente bom para o bebê, funcionando para ele como um filtro, tanto das tensões internas, tal como as instintuais, quanto das externas, provenientes de estímulos sensoriais muito fortes, tais como excesso de luz, barulhos, temperaturas demasiadas etc. Ao oferecer um colo firme e seguro, no qual o bebê sintá-se protegido de choques e quedas, acolhido para dormir, nutrir-se, relaxar, brincar, o cuidador permite que o bebê se torne o centro dos seus cuidados e a continuação do seu ser.

Observe-se a sofisticação desta descrição winnicottiana em relação à concepção clássica freudiana da “ação específica”, que corresponderia, no psiquismo do bebê, à interiorização da figura do “*Nebenmensch*” (Freud, 1950[1895]/1996a) como aquela que interliga a satisfação das necessidades fisiológicas às emergentes de caráter psicológico.

O *holding* winnicottiano ilustra-nos como, neste início, o ambiente psicológico corresponde ao ambiente físico bem adaptado às necessidades do bebê. Vemos que, quando ele é oferecido, há o suporte egoico necessário à integração das experiências por meio de uma relação viva; uma relação que, por meio da repetição contínua de experiências unificadoras, gera estabilidade e faz com que o bebê construa o sentimento de confiabilidade frente ao ambiente e desenvolva a unidade, o sentimento de “eu sou”.

Notamos, deste modo, que, para Winnicott (1971), há um intercâmbio constante entre o mundo interno e o externo; uma repetida procura da integração entre aquilo que o próprio indivíduo experimenta – que é sentido como um impulso espontâneo criativo – e aquilo que o mundo objetivamente percebido tem a lhe oferecer. Um campo de experimentação transicional, onde o indivíduo enriquece seu mundo simbólico e amadurece seu ego com esse tráfego constante entre o subjetivamente e objetivamente percebido.

Este enriquecimento do mundo simbólico, por sua vez, é diretamente atrelado à concepção winnicottiana de saúde, cujo sentido está para além de qualquer definição organicista ou normativa, já que não basta um indivíduo ser dotado de um corpo livre de doenças físicas e não perturbado pelas emoções, mas deve experimentar o forte sentimento de sentir-se vivo, mesmo que seja sentir as próprias dores. Quer dizer, o conceito de saúde, para Winnicott (1965/1983),

abrange, antes de tudo, uma dimensão de significado e sentido para a vida, o que inclui a própria expressão da vitalidade nos movimentos, a espontaneidade dos gestos e impulsos, a criatividade do ser na sua mais ampla concepção. Isso demanda que o real, a existência do mundo independente de nossa vontade e criação, possa se harmonizar com o mundo interno, o que, em última instância, seria um equilíbrio entre contribuir para o mundo, para aquilo que está sendo vivenciado, e poder, ao mesmo tempo, fazer algumas concessões e adaptações, sem que elas comprometam o sentimento de ser verdadeiro.

Esta concepção de saúde vai ao encontro daquelas que já vimos aqui (Philips, 2008; Figueiredo, 2014), no que tange ao aspecto fundamental de referir-se a um indivíduo que prefere viver os verdadeiros impulsos, estando sempre em contato com a dimensão agonística do existir, a sobreviver adaptando-se ao mundo externo e às expectativas alheias.

Para que o indivíduo venha experimentar essa forma de saúde que tanto atrelamos ao conceito de verdadeira resiliência, Winnicott (1949/2000b) vai detalhar algumas tarefas e processos necessários de serem realizados nos primórdios, pois seriam fundamentais na aquisição de um *self* capaz de criar e se adaptar sem sucumbir a um mundo externo invasivo e ameaçador. Para tanto, julgamos pertinente fazer um breve panorama que nos sirva de referência para as conexões com o conceito fundamental desta tese.

Como já adiantamos, nos primórdios do processo maturacional, para Winnicott (1949/2000b), o ser humano encontra-se em um estado de não integração subjetiva, ou seja, os sentidos de realidade interna e externa ainda não foram construídos, e ele (o bebê) vive em um mundo subjetivo que não é nem dentro e nem fora, sem qualquer consciência de si, da sua dependência, e ausente de uma percepção de globalidade, tanto no espaço, quanto no tempo. Sendo assim, para que o indivíduo seja dotado de uma personalidade total, capaz de sentir e reconhecer a si mesmo como um *self* separado e relacionado com os outros objetos do mundo, é necessário que três processos fundamentais sejam consolidados: a integração, a personalização e, em seguida a estes, a realização, que consiste na apreciação do tempo e do espaço e de outros aspectos da realidade.

Tais processos são realizados na alternância permanente de dois estados de experiência do bebê, denominados por Winnicott (1949/2000b) como “estados excitados” (de atividade) e “estados tranquilos” (de repouso). Vejamos.

Em um estado de tranquilidade, notamos um bebê descansado e livre de tensões, o que só acontece por existir alguém que, em seu papel de ambiente suficientemente bom, satisfaça adequadamente as suas necessidades e mantenha o *holding*. Com isso, o bebê fica protegido de eventuais estímulos externos que interrompam a sua experiência de continuidade do ser e gere um sentimento de intrusão. Aliás, como vimos, o *holding* é justamente o que sustenta esta situação de isolamento do bebê no tempo e no espaço, o resguardando de qualquer tipo de pressão ambiental, transmitindo segurança e permitindo a ele confiar no colo, a ponto de poder estar em pedaços, sem o sentimento de fragmentação – de poder usufruir desta experiência de estar não integrado.

Durante essa experiência de repouso, nas palavras de Dias (2003, p. 191), o bebê “se entrega à contemplação, elaborando imaginativamente os estados fisiológicos da digestão, ou envolvido pelos ruídos, cheiros e movimentos do ambiente” (p. 191). Neste ponto, chamamos a atenção para o conceito winnicottiano de “imaginação elaborativa”, uma vez que ele permite associações caras ao nosso tema da resiliência.

O conceito em questão faz referência a esse estágio inicial, no qual os aspectos psíquicos e somáticos ainda estão em crescimento e gradualmente entrelaçando-se. A psique seria justamente uma forma de “elaboração imaginária dos elementos, sentimentos e funções somáticos, ou seja, da vitalidade física” (Winnicott, 1949/2000b, p. 333); uma espécie de primeira forma de elaboração geminada das raízes fisiológicas e que se organizam em fantasias. Estas são “qualitativamente determinadas pela localização no corpo, mas que são específicas do indivíduo, por causa da hereditariedade e da experiência” (Winnicott, 1990, p. 69).

Nessa fase inicial, a fantasia seria ligada ao “diagrama que o indivíduo tem de si próprio” (Winnicott, 1949/2000b, p. 332), com o papel de organizar as elaborações que vão sendo feitas, tanto a respeito do esquema corporal e de seus aspectos temporais (memórias, expectativas etc.), quanto dos espaciais (superfície, profundidade, dentro-fora etc.). Neste sentido, vemos a elaboração imaginativa e a fantasia como sendo anteriores, em termos de desenvolvimento, ao surgimento

dos recursos simbólicos de representação ou dos conceitos de intelecto ou verbalização, e que elas participam do processo de “arranjo operacional satisfatório entre a psique e o soma” (Winnicott, 1989, p. 270).

Esta tranquilidade é interrompida quando uma onda instintual, ou mesmo um impulso-motor, afeta o corpo do bebê e o retira do estado de repouso, levando-o para o “estado de excitação”. Neste início, pela imaturidade do bebê e sua incapacidade de saber se os impulsos instintuais são internos ou externos, sem saber que eles lhe dizem respeito, Winnicott (1945/2000a) se refere a eles como excitações ou tensões instintuais, reservando a experiência de satisfação instintual como tal somente a um momento posterior da vida da criança – quando ela é capaz de viver essa experiência no interior de uma experiência global de encontro com a mãe ou substitutos. Ou seja, quando ela se torna capaz de reconhecer a sua existência separada e independente dos objetos externos, assim como de sentir os instintos como sendo impulsos internos, de reconhecer o efeito das ações provocadas por eles nos objetos, e a sua responsabilidade sobre os mesmos.

A experiência que se pode ter, nesta fase mais primitiva do processo de maturação emocional do bebê, é aquela decorrente das tensões instintuais, das excitações que elas provocam e, conseqüentemente, de uma exigência de alívio imediato: de uma ação. No caso de um bebê com fome, por exemplo, pode ser o impulso motor de procurar algo – que ele não sabe o que é – para saciar o seu desconforto, pois o caráter de urgência que toma conta dele gera uma expectativa de satisfação, desdobrando daí um impulso para agir (Dias, 2003). Isso quer dizer que, neste período, o bebê ainda não tem consciência do que buscar para diminuir sua necessidade, mas a intensidade desta faz com que ele se atire impulsivamente ao seio quando a mãe o apresenta. Essa seqüência é justamente o que permite ao bebê viver a continuidade da experiência pessoal, quer dizer, dos impulsos e sensações da pele, do erotismo muscular e do instinto (Winnicott, 1990).

Em face disso, essas excitações geradas pelas tensões instintuais não devem ser reduzidas a meras sensações destituídas de valor para o bebê e seu amadurecimento, pois as funções corporais envolvidas nessas excitações e os próprios impulsos motores que delas surgem vão sendo dotados de sentido, através das elaborações imaginativas – conforme descrevemos acima –, o que torna todo o percurso desencadeado pela tensão instintual uma experiência que fortalece o ego e favorece a coesão psicossomática da criança.

Da mesma forma que vimos as ondas instintuais servindo de fonte de impulso para o estado de excitação, a motilidade também desempenha esta função, pois é ela que leva o bebê para a atividade de exercitar a vitalidade dos músculos e tecidos, de se movimentar, de descobrir o mundo por meio do impulso motor, ou melhor, pelo encontro do seu gesto espontâneo com uma oposição do ambiente. Este é um ponto elementar, pois o bebê só consegue colocar em exercício sua força muscular se existir algo contra o qual ele deve fazer força. A oposição é necessária para dar realidade ao impulso e produzir qualquer experiência satisfatória, já que “o que transforma, gradualmente, a vitalidade do bebê em capacidade para a agressão é o contato com o objeto que resiste e se opõe” (Dias, 2003, p. 182-3).

Não por acaso, na teoria winnicottiana, os estados excitados estão relacionados ao estabelecimento do contato com a realidade e as raízes da agressividade, pois é a partir do encontro dos movimentos espontâneos carregados de vitalidade (de potencial agressivo) com o ambiente, com os objetos do mundo (oposição), que ele pode ter a experiência de um sentimento de realidade: primeiro de seu próprio impulso; depois, de sua unidade; e, com mais avanço do amadurecimento, de todas as outras unidades separadas que fazem parte da realidade compartilhada.

De uma forma geral, percebemos que, na experiência dos estados excitados e tranquilos, os breves momentos de integração iniciais são possibilitados pela convergência satisfatória entre a tendência inata – representada pela expressão dos impulsos motores e pelas tensões instintuais – e o cuidado ambiental. Que, pela provisão de um *holding* capaz de transmitir confiança e acolhimento, o bebê relaxa e vive uma não integração. Que este mesmo suporte é o que cria uma espécie de experiência de isolamento do bebê, no qual suas funções, sentimentos e sensações vão sendo elaboradas imaginativamente. E, por último, que pelo *handling* do corpo do bebê são promovidas repetidas e silenciosas experiências de ele estar sendo cuidado fisicamente, o que lhe permite, gradativamente, construir a consciência de habitar dentro daquele corpo.

Esta etapa inicial pré-verbal, tão imbuída de sensação, situa-se, pois, nos preâmbulos dos processos de simbolização do bebê. Ele estaria começando a decodificar a realidade em sintonia, por um lado, com sua capacidade de plenamente fruir esta nascente percepção afetiva de si mesmo sob tais signos

prazeroso, tranquilo e confiante; e, por outro, é neste momento tão precoce que ele ensaia o aprender como conviver com a intensidade rompante das excitações instintuais de que precisa para assegurar sua sobrevivência, daí a constante necessidade de ação desde os primórdios.

Todos estes processos, cuja definição mais precisa escapa, por sua natureza mesma, às possibilidades de tradução verbal, corresponderiam à constituição do narcisismo primário positivo. Esta é a fonte remota da experiência da vitalidade no indivíduo.

4.5 Narcisismo a favor da resiliência

Dentro desse mesmo espectro teórico, convém-nos mencionar a função de apaziguamento das intensidades pulsionais pelo objeto externo responsável pelos cuidados, tomando como referência a leitura da psicanalista belga Lina Balestrière (2008). Ela defende sua tese a partir do ponto de vista das leis que governam o aspecto quantitativo do aparelho psíquico e, para isso, resgata, no texto *Projeto para uma psicologia científica* de 1895 de Freud, a passagem de uma tendência original do psiquismo regida pelo princípio de inércia e o processo primário para aquela regida pelos processos secundários e o princípio de constância.

Segundo Balestrière (2008), um dos fatores de grande importância nessa transição é justamente o ritmo entre a tensão e o relaxamento provocado pelas sensações e necessidades pulsionais, e depois saciados por uma ação específica (pelos cuidados maternos). Seria a mãe quem, através de uma função de apaziguamento das tensões, ajuda o bebê a suportar um nível mínimo de excitação psíquica necessário à transição dos processos primários para os secundários, da pura ação para a representação. Desse modo, pode-se dizer que é de acordo com as constantes repetições deste ritmo próprio, que se desenvolvem o princípio de constância freudiano e o que Balestrière denomina como “ritmo do sentir”.

Assim, é particularmente significativa uma determinada transição entre as tendências do princípio de inércia e o processo primário e aquelas do processo secundário e do princípio de constância. Dessa forma, o apaziguamento teria função essencial na harmonização do princípio de constância a partir de constantes repetições de um ritmo próprio, concomitante ao modo de surgimento de representações em cada indivíduo, que viriam a constituir o arcabouço básico

da formação de suas memórias. A própria memória seria embalada pelos ecos do “ritmo do sentir”.

Todo esse processo de constituição de subjetividade dotada de uma experiência prévia de redundâncias na utilização das sensações recebidas do mundo externo a favor da pulsão de vida seria, pois, uma doação extraordinária da função materna ao bebê.

Moraes e Macedo (2011) ressaltam a importância de uma qualidade libidinal prazerosa para que possa se estabelecer, na criança, esse prelúdio de sua condição posterior de separação harmônica da mãe. Ecoando Freud (1914/1996h), enfatizamos que, para que ocorra de uma forma consistente e estruturada esse desenvolvimento do narcisismo, é necessário que o ego – que não é inato – se manifeste tal qual uma “nova ação psíquica” que venha a ser somada ao autoerotismo do bebê. Agora, o ego incipiente se coloca como objeto de amor próprio, isto é, a libido voltada para si mesmo se manifesta como um objeto de investimento. Lembremo-nos, porém, o quanto um investimento parental amoroso foi imprescindível para a constituição da libido narcísica na criança.

Percebe-se, portanto, o quanto o processo do narcisismo, tão relevante na formação da autoestima do indivíduo, viabiliza a criação de recursos psíquicos de que ele necessitará para a estruturação de seus mecanismos resilientes.

Marion Péruchon (2013) considera o narcisismo um dos pilares que dá suporte ao conceito de resiliência aplicado à psicanálise. Esta autora merece particular atenção em nossa articulação teórica, pois a psicanalista francesa associa o narcisismo a outros conceitos importantes de que tratamos anteriormente – trauma, luto e sublimação –, de forma a acentuar sua constante primazia enquanto vicissitude psíquica, em relação a estes outros, na estruturação da resiliência. Neste contexto, trafega entre vasta bibliografia pertinente, tanto de psicanalistas reconhecidos, como André Green, quanto de cientistas-filósofos de relevo em espaços interdisciplinares ligados à auto-organização dos seres vivos, como Henri Atlan; por outro lado, escolhe com rara felicidade citações de Cyrulnik – o pioneiro nas searas da resiliência –, bem ajustando-as ao contexto mais sofisticado da leitura psicanalítica deste assunto.

Péruchon (2013) justifica sua posição, endossando uma afirmação de Charazac (2005), que identifica o narcisismo com o amor a si mesmo, que seria o

fundamento – independente de suas eventuais perdas – do próprio amor à vida e do desejo de viver.

Em relação aos traumas, que colocam em teste a condição de resiliência do indivíduo, o narcisismo seria um dos recursos internos capazes de auxiliar um recomeço do desenvolvimento psíquico, com a condição indispensável de que se tratasse de um narcisismo positivo. Mesmo que este tenha sido estruturado sob tal aspecto favorável, é importante lembrar que existem irregularidades no funcionamento psíquico, que se exprimem em diferentes graus de expressão de resiliência, de maneira que nem sempre o mesmo indivíduo será capaz de superar em todo ou em parte um trauma: donde se poderia estar falando de uma “resiliência relativa”.

O narcisismo positivo tem papel marcante no trabalho de luto, que também é um tema relevante para o estudo da resiliência. O choque traumático que desencadeia o luto tem por consequência o atordoamento de si mesmo, atingindo seriamente o narcisismo. Com o trabalho de elaboração psíquica que se segue – constituindo uma segunda fase do luto –, ao mesmo tempo em que o indivíduo evoca mil vezes cenas ou sonhos aterrorizadores, ele estará utilizando o que Freud, em *Luto e melancolia* (1917[1915]/1996j), chama de “trabalho de usura”, ou seja, um recurso econômico para poupar a quantidade de investimento ou carga afetiva direcionada ao objeto amado e perdido. Para tal, ele precisará de todos os seus recursos internos, inclusive os narcísicos, que também lhe serão indispensáveis na terceira fase, quando, com o esmaecimento do trauma, recomeçam os investimentos no mundo exterior e a descoberta de novos centros de interesse. Durante todo este processo, o narcisismo é fator indispensável para que o indivíduo não oscile dentro da psicose melancólica; Péruchon (2013) lembra que o excesso de excitações relacionado ao trauma, se ultrapassar as capacidades defensivas do indivíduo, cria uma “hemorragia libidinal” (p. 79) altamente prejudicial para o narcisismo e o princípio do prazer.

É importante lembrar que o trauma pode ser interno, relacionado a uma intensidade pulsional traumática. Também podemos falar de “impactos traumáticos” que agiriam de forma menos forte, ou seja, “microtraumas”, como Cyrulnik (2004a) os chama, assim como de traumas fortíssimos, intransponíveis; ou ainda de “traumas cumulativos”, cujas consequências danosas se acumulam aos poucos em longos períodos de tempo.

O trauma – de qualquer espécie e modalidade – se interliga intimamente ao trauma narcísico, na medida em que as perdas físicas (feridas, injúrias corporais) e a perda de entes queridos (pais, filhos, amigos) provocam inevitavelmente a perda de uma parte de si, aquela do objeto perdido interiorizado, aquela mesma que melhor nutria o ego.

O narcisismo, em uma variação que a autora chama de “pouco consistente”, também pode sentir como traumática a ausência de resposta adequada de um objeto para ele importante diante de uma situação sua de sofrimento.

Todos estes exemplos revelam que o trauma, por sua natureza de romper o equilíbrio narcísico, se confessa sempre, pois, como sendo, de algum modo, narcísico. Para superá-lo, pois, por este viés, o indivíduo deve dispor de uma boa quantidade de reservas narcísicas de boa qualidade (positivas) e/ou de uma vigorosa potencialidade de remobilizá-las, para se recuperar. Ressalta-se, aqui, a importância do ponto de vista econômico aplicado ao tema. Talvez a citada reserva possa ser compreendida justamente como a quantidade libidinal investida no ideal do ego.

Tais colocações nos levam a considerar a grande importância que o narcisismo positivo tem na formação da resiliência. Péruchon (2013) a ele se refere como um fruto de Eros que unifica o ego e que exerce uma pulsão de ligação face à pulsão de destruição e ao trauma. Por outro lado, ligação estreita entre o narcisismo primário e o ideal do ego é necessária, na medida em que este é alimentado pelas atividades culturais e profissionais forjadas a partir dos ideais parentais e sociais. Outros vetores da resiliência relacionados ao narcisismo seriam a crença, o altruísmo, o humor e a sublimação.

A crença é apaziguadora e asseguradora, baseando-se sobre a idealização ou sobre a projeção de um fantasma narcísico – como bem já comentou a psicanalista francesa Sophie Mijolla-Mellor (2006), em seu possivelmente controverso questionamento a respeito da sua anterioridade ao próprio conceito de sublimação. A prática religiosa (preces, confissões) permite ao indivíduo se reparar narcisicamente e se sentir bem.

Quanto ao altruísmo, seria uma forma de investimento libidinal que, sob o viés da crença, busca o fortalecimento do amor próprio em termos de narcisismo

secundário, no que Cyrulnik descreve como “se fazer amar dada a felicidade que se proporciona ao outro” (Tisseron, 2007, p. 35).

Chegando a este ponto, Péruchon (2013) acha relevante fazer uma observação teórica. Ela acha que o narcisismo secundário – que recupera a libido investida nos objetos – jamais se separa do narcisismo primário, este cerne original que promove o ego e o conserva do início ao fim da vida e que a autora associa também diretamente à potência das primeiras relações com uma mãe suficientemente boa. Para ela, o narcisismo secundário visa mesmo a reforçar o narcisismo primário, ou seja, a autoestima.

Quanto ao humor, a autora concorda de novo com Cyrulnik (2004), com a descrição de que o humor “pode transformar um sofrimento em acontecimento social agradável e uma percepção que faz mal em uma representação que faz sorrir” (s.p.).

Segundo Freud (1905/1996e), o humor possui não somente uma dimensão libertadora, mas também qualquer coisa de sublime e elevado. Este sublime tem a ver com “o triunfo do narcisismo”, com a invulnerabilidade do ego que se afirma vitoriosamente. É graças a ele que o ego não permite que a realidade interna lhe imponha o sofrimento, pois ele se recusa a admitir que os traumatismos do mundo externo tenham o poder de fazê-lo. Ao contrário, ainda que por contraste, eles podem mesmo se tornar ocasião para o prazer. Adiante, na mesma obra, Freud ainda classifica o humor como um dos meios de defesa que a vida psíquica emprega para se esquivar dos constrangimentos da dor.

Péruchon (2013) associa esta afirmação à atitude resiliente que também sabe diminuir o impacto da angústia, os impactos traumáticos ou as feridas do ego, sem recorrer à negação que subjaz ao funcionamento maníaco. O humor faz parte, pois, dos mecanismos de liberação que, postos a serviço das potencialidades do indivíduo, utilizam certa quantidade de energia psíquica a serviço de um ato de criação – ainda que efêmera, tal qual o humor, ao invés de manter a energia constrangida dentro de blocos defensivos, rígidos e repetitivos, custosos para o ego e mesmo para o princípio de realidade. A função dos mecanismos de liberação seria, pois, de dissolver paulatinamente as tensões psíquicas, alterando as condições internas que a haviam provocado, função similar, pois, àquela da resiliência.

Passamos agora a mais importante vicissitude neste quadro de referências: a sublimação, que a autora define como a série de transformações psíquicas decorrente da derivação da energia pulsional sexual em direção a um objetivo e a um objeto socialmente valorizados – que, centrados no narcisismo primário, vão satisfazer também ao narcisismo secundário. Por definição, a sublimação é um recurso resiliente de “revanche e reparação de si” (Klein, 1968), para metabolizar o sofrimento e os traumas e reestabelecer – ou, mesmo, aumentar – a autoestima.

Enfatize-se, pois, a relevância estruturante do narcisismo positivo – que se estruturaria a partir de um narcisismo primário satisfatoriamente experimentado – pela coesão e unidade que proporciona ao ego.

Péruchon (2013) cita o narcisismo negativo como o oposto antinômico de qualquer forma de resiliência; ele se manifestaria, a partir de uma pulsão à destruição, como uma tendência à desobjetificação e a desfazer a unidade do ego, aliada a um intenso sentimento de vazio. Tal “desnarcisização” pode levar à anestesia existencial, a somatizações e à morte.

Dentro do espectro destrutivo do narcisismo negativo, a autora ressalta o papel arrasador do sentimento de vergonha, que Cyrulnik (2012) chama de “veneno da alma e freio da resiliência”. Tal sentimento, segundo Green (1988), poderia conduzir ao narcisismo de morte, pois, com ele, se esfacelam os sentimentos de orgulho, de honra e de dignidade em relação ao olhar do outro, representando um julgamento de si mesmo calcado em uma assunção de inferioridade e vulnerabilidade, e, assim, oposto aos pré-requisitos psicológicos indispensáveis para a resiliência. Ao contrário, no narcisismo positivo, avulta o reconhecimento do próprio valor, essencial para o processo resiliente.

O processo resiliente estender-se-ia, aliás, do passado ao presente e do presente ao futuro do indivíduo. A capacidade de a pessoa tê-lo desenvolvido anteriormente projeta-se para o futuro, no enfrentamento de novos elementos desestabilizantes, condições de vida difíceis e mesmo traumatismos severos. Mantendo-se operante o narcisismo positivo, pode-se chegar mesmo a vivenciar de forma ativa e produtiva as últimas etapas da vida, últimos limites a serem ultrapassados nas melhores condições psíquicas possíveis. Isto porque o narcisismo positivo é, por sua natureza mesma, contrário à pulsão de morte. Em tais circunstâncias, o indivíduo poderia se separar de certas facetas do narcisismo,

mas reinvesti-lo em outras, relativas às suas realizações passadas ou àquelas ainda em curso, de acordo com processos recorrentes de relibidinação e renarcisização.

Finalmente, Péruchon (2013) ilustra todos os pontos levantados acima, utilizando a teoria de auto-organização de Henri Atlan a favor de sua tese, quando este afirma, no que concerne à organização dos seres vivos, que a vida ocorre segundo um processo de “desorganização permanente seguida de reorganizações com a aparição de propriedades novas se a desorganização pode ser suportada e não matou o sistema” (p. 108).

4.6 Vitalização e a estruturação da resiliência

Todo o contexto de formação de autoestima que descortinamos acima, com relevante ênfase a influência do narcisismo positivo – constituído fortemente na etapa do narcisismo primário e a partir de uma relação especial como agente cuidador –, nos remete para um aspecto que está intrinsecamente relacionado a maneira pela qual a pulsão de vida havia sido estimulada em relação a de morte: os processos de vitalização. Embora a psicanálise não associe usualmente, tal aspecto da pulsão de vida ao conceito de ‘vitalidade’, aqui ousamos neste no deter, distinguindo-o, por acreditarmos que ele expressa de forma muito pertinente a ideia que buscamos ressaltar na resiliência. De certa forma, o próprio Henri Atlan (1986), citado por Péruchon (2013), acentua este aspecto, ao valorizar nos processos que permitem a reorganização dos seres vivos face aos ruídos do ambiente que poderiam matá-lo, aqueles mecanismos que promovem a aparição de novas propriedades que, de alguma forma, “revitalizam” o sistema ameaçado. Portanto, neste tópico, propomos pela revisão e valorização na psicanálise das características de “revitalização” psíquica que, tão intimamente, se entrelaçam com aquelas da resiliência.

Começemos por lembrar o quanto esta ‘função’ psíquica estaria relacionada a uma aspecto da experiência humana que está ao mesmo tempo "escondido e evidente aos nossos olhos", a real vitalidade (Stern, 2010, tradução nossa, p.11). Como explanaremos mais amplamente no capítulo cinco, a interiorização das tensões do nosso cotidiano sociocultural tumultuado, que nos arroja ora em situações de ansiedade compulsiva, ora em apatia desesperançada

nos dificultam o reconhecimento da abrangência e importância de uma legítima experiência íntima de vitalidade.

De acordo com o professor americano Daniel Stern (2010), mesmo alheio a qualquer vocabulário psicanalítico, a conotação de vitalidade associada ao termo é a de uma manifestação de forte impulsão para a vida. No passado, segundo ele, a filosofia natural defendia mesmo a doutrina do "vitalismo" que sustentava que a vida era causada e sustentada por um princípio vital que envolvia um ímpeto vital distinto de todas as forças físicas, químicas e mentais conhecidas. O progresso da ciência relegou essa idéia ao esquecimento desde a ascensão da biologia molecular que, embora mais correta sob o ponto de vista físico-químico-biológico, privou a Biologia de sua conotação predominantemente poética mas também cultural, nas fronteiras da ética e do sagrado, de ser a Ciência da Vida.

Junto com a decadência do vitalismo e do finalismo em Biologia (enquanto valorização substantiva da especificidade preciosa do emergir e florescer da Vida mesmo que em uma dimensão poética-filosófica) diminuiu o interesse na investigação mais sistemática da questão da vitalidade. Entretanto, o conceito permanece vívido em nas nossas avaliações acerca da “vitalidade” de pessoas e propostas. Relaciona-se, de acordo com Stern (2010) intrinsecamente à ideia de autenticidade, de estado de saúde, de avaliação das artes performáticas ao vivo, como música, dança, teatro e cinema etc. Como também enfatizaremos no capítulo cinco, privadas de manifestações de vitalidade, as relações humanas se tornam desprovidas de muito de seu vigor e as interações sociais, cada vez mais digitais.

O autor associa ainda o seu estudo de vitalidade a dimensões psicológicas relevantes, de interesse para nossa tese. Por exemplo, a forma pela qual nossa mente percebe o tempo, assim como sua duração simultaneamente ao movimento. O movimento também envolve a percepção ou atribuição de forças por trás ou em si mesmo. Além disso, ocorre necessariamente no espaço, o que implica que define uma sensação de direcionalidade. Então, o tempo parece estar se movendo em direção a algo, o que lhe acrescenta um senso de intencionalidade. Todas estas forma possíveis de sentir o tempo – mais vagaroso, consistente, significativo ou ao invés, fugidio, apressado, enervante – o espaço – amplo, aberto, permitindo vôos e mergulhos ou restritivo, abafado aprisionante – e a direcionalidade/ intencionalidade – para o alto, para a frente e o futuro ou o seu

avesso, para baixo, para trás, atado ao passado – naturalmente são determinantes da natureza essencial da legítima vitalidade (Stern, 2010). Donde, observe-se, já agora, sua estreita correlação com muitos aspectos do tipo de substratos psicológicos necessários à expressão da resiliência.

Desta forma, segundo Stern, uma característica frequentemente associada à vitalidade são justamente as suas "dinâmicas". Para ele poderíamos mesmo falar, de acordo com a Gestalt, em uma estrutura dinâmica fundamental quádrupla de movimento, tempo, força, espaço e intenção que parece ser natural; ela aplicar-se-ia ao mundo inanimado, às relações interpessoais e a cultura à medida que a produzimos. E, neste sentido, para o autor, a mente parece ter sido projetada justamente para capturar os eventos desta qualidade.

O professor americano ressalta ainda que o termo "dinâmica" tem muitos significados. Na psicanálise, diria respeito às forças e contra-forças psíquicas e as experiências que elas geram, assim como o significado a elas associado, a chamada "psicodinâmica". Cita Thompson (1994) e sua fala de uma "dinâmica emocional", isto é, dos processos que produzem emoção a partir da interação de estímulos (forças), como nível de excitação, avaliação cognitiva, contexto social etc. Formas dinâmicas de vitalidade podem ser descritas, portanto, como fenômenos psicológicos subjetivos que emergem como eventos dinâmicos (Stern, 2010).

Vemos assim o quanto a experiência da vitalidade é inerente também a todo movimento do corpo humano, desde o útero e às primeiras contorções do bebê sobre o dorso da mãe em busca do seio. Desde esta etapa primordial da existência, estamos em constante movimento, tanto fisicamente quanto mentalmente, o que nos permite reconhecer estarmos acordados, e que nos sintamos vivos e ativos. Nas palavras de Stern “o movimento e sua propriocepção são a manifestação primária de todo ser animado e trazem o sentimento primário da vida” (Tradução nossa, 2010, p.18).

Para melhor decodificação desta vitalidade, o autor identifica alguns níveis de mudanças dinâmicas. O primeiro é o estrito corporal – fundamental, entretanto, para embasar os seguintes, mais sofisticados. Manifesta-se a partir de gestos tão simples que se repetem em ciclos, como na respiração. O corpo está quase sempre em movimento: voluntários ou involuntários, bruscos ou buscando orientações proprioceptivas ou no espaço mais amplo. O segundo nível diz

respeito à consistência psíquica, referindo-se a gestos e atos de maior magnitude no tempo. Durante estes, podemos ou não conscientes de nossa energia vital. Os pensamentos e emoções também se locomovem, seja de forma mais fluida e livre ou mais tolhida e lenta. Níveis mais sofisticados de vitalidade levam em conta categorias como atenção e compromisso que variam à medida que os eventos ocorrem (Stern, 2010). Estes diversos graus de vitalidade a nos ver servem também de patamares básicos para a estruturação da resiliência.

Passando para um terreno substancialmente mais psicanalítico, trazemos novamente Winnicott para darmos seguimento a esta temática da vitalidade, uma vez que ela está fortemente impregnada em seu rico arcabouço teórico. Como vimos, a concepção de saúde do autor engloba uma dimensão de criação de significados, posto que a saúde mental para o analista inglês equivale a uma vida que vale a pena ser vivida, que contemple o sentimento de real, de sentir-se vivo e existir como uma identidade. E tal condição seria construída desde os primórdios do amadurecimento emocional com destaque para o papel do corpo e de suas mais variadas experiências – que vão desde as funções fisiológicas, tais como a respiração, a temperatura à motilidade e sensorialidade – na criação e manutenção da singularidade. Neste início é o corpo que sustenta esse sentimento de sentir-se vivo e que viabiliza termos um lugar de onde “podemos começar a vida a partir do que nos é conhecido, do que é nosso e do que vivemos primeiramente de modo sensorial (Boraks, 2008).”

Isso equivale dizer, se partimos do princípio que o corpo vivo é um aspecto do “estar vivo” do indivíduo, que a vitalidade é a própria expressão deste corpo global e suas mais variadas dinâmicas, por essa razão, já dita no capítulo quatro, que ela depende de um ambiente que satisfaça suficientemente as diferentes necessidades deste ser no tempo e no espaço. Em outras palavras, a expressão vital dependerá de um agente cuidador que seja bom o suficiente para prover às condições adequadas para a vivência dos estados excitados (de integração) e os tranquilos (de não-integração). Mas, para isso, será necessário considerarmos também a própria vitalidade deste cuidador, de seu corpo e emoções, apresentando-se de forma viva, atenta e interessada nesta relação. Somente assim os processos e tarefas poderão ser vivenciados e sustentados com o vigor necessário para amadurecer e florir.

Ora se a base do sentimento de estar vivo e de criação de sentido para a vida, ou seja, a base para a saúde mental, começa via expressão da vitalidade deste corpo, valeria pensar como se daria isso na resiliência, em momentos nos quais nosso corpo e emoções estariam sendo mais exigidos de sustentar o seu vigor, por exemplo, sob efeitos de um trauma ou mesmo de estado depressivos onde há, muitas vezes, um esgotamento físico e mental. Que tipos de atividades e processos na idade adulta poderiam ser propícios à manutenção desta expressão vital? No capítulo cinco traremos sugestões, assim como abordaremos os impactos da Pandemia.

Por hora, vale pensarmos que a vitalidade ou mesmo os processos de vitalização como nos fala Figueiredo (2018) devem abarcar a dimensão agonística da vida, o que implica a própria capacidade de sentir as dores e sofrimentos. Ressaltadas por Elsa Dias (2003), Winnicott defenderia três tarefas que caracterizam a idade adulta. A primeira é a de continuar amadurecendo, o que depende “de continuar a se surpreender”, de preservar a criatividade originária e da capacidade de deixar-se atingir pelos acontecimentos, aspecto este que ressalta o que buscamos expressar nesta tese como uma verdadeira resiliência. A segunda tarefa relaciona-se a aceitação da própria impotência e da imperfeição, o que muitas vezes pode acarretar fases de depressão. É fundamental aqui lembrarmos que a depressão não é obstáculo intransponível à estruturação da resiliência. Ao invés, se percebida como qualquer outro desafio, na dimensão agonística que caracteriza a dinâmica psíquica possível a uma auto-estima saudável bem embasada no narcisismo positivo, podemos mesmo aventar que ir além da depressão pode equivaler a um trabalho de luto bem sucedido, aceitando as percepções de imperfeições a ela correlatas. Nas palavras de Dias (2003):

A depressão é um estado de espírito próprio das pessoas verdadeiramente responsáveis, das que realmente têm valor. Elas deprimem porque justamente são capazes de ver e aceitar a precariedade da condição humana e o fato de que o mundo jamais é tal qual o imaginamos: também por perceberem, claramente, que sua capacidade de amar e de construir coexiste com o seu próprio ódio, maldade e destrutividade. Nestes termos, a depressão é inerente à vida e à maturidade. (...) O sentimento de dúvida está muito próximo de seu anônimo, que é a crença, e do sentimento de que há coisas que vale a pena preservar. (p. 295)

A terceira tarefa seria a de poder envelhecer e morrer. E para isso há que se aprender vivendo e tendo experiências verdadeiras. A vitalidade, neste caso, seria o ímpeto de viver com integridade até o último suspiro possível.

Em contrapartida, a *pseudovitalidade*, anteriormente citada no capítulo dois, apresenta-se como uma forma de mascarar pelas defesas maníacas, expressa, por exemplo, pela hiperexcitação, o verdadeiro fundo depressivo do indivíduo, ficando muito difícil a realização das tarefas winnicottianas supracitadas. Como o indivíduo que faz uso excessivo e contínuo das defesas maníacas, pode se deixar afetar pelos acontecimentos e reconhecer suas dores e ambivalências quando vive-se negando uma parte cindida da vida e do ser? Como admitir a impotência frente aos seus limites e antes mesmo de reconhecê-los, sendo capaz assim de realizar o trabalho de luto acima sugerido? Como, por fim, reconhecer o envelhecimento e a aproximação da morte quando se vive impulsionado pelo imediatismo, pela vaidade dos atributos de prestígio da sociedade consumista – dentre os quais a da juventude do corpo – e pela incapacidade de projeção simbólica do Ego em um projeto e um Legado ?

Dada que a pseudovitalidade seria uma resposta das defesas maníacas por tentativa de negação de um fundo depressivo, e que esses quadros seriam recorrentes em nossa sociedade atual, talvez fosse de bom proveito detalharmos melhor essa dinâmica e de que forma elas prejudicariam a real vitalização. Como ela prejudicaria uma dinâmica pulsional que favoreceria uma intensificação dos processos de pujância da pulsão de Vida? Abaixo delineamos algumas possibilidades neste sentido.

Na articulação com a resiliência, a vitalidade enquanto expressão do real enfrentamento e intensificação dos processos psíquicos, fala-nos da importância das dinâmicas psíquicas no que tange o reconhecimento de todo conflito pulsional. A negação e a cisão seriam mecanismos, assim, impeditivos deste tipo de trabalho. Haveria também, pela via winnicottiana, necessidade de reconhecermos o aspecto da criatividade originária tendo esta como o próprio ato de atribuição de significado para os gestos de expansão do estar vivo.

A proposta aqui seria pensar de como a vitalidade poderia estar ligada desde os estágios mais primitivos a formação do narcisismo e seu reservatório libidinal. Como nos lembra Figueiredo (2018), oriundo da psicanálise, H. Kohut, considera o estado de defesa maníaca como expressão de "pseudovitalidade". O

termo acentua o fato de que tal vitalidade consistiria em uma falsa vida aparente que esconde uma morte psíquica real, uma vez que esta pseudovitalidade teria características de animação e atividade exageradas justamente por corresponder a defesas maníacas que encobrem um quadro psíquico a ela oposto.

Ora, uma equivocada correlação entre vitalidade e excitação pode em um primeiro momento levar a “diagnosticar” sujeitos excitados como saudáveis, entretanto, como vimos aqui, a vitalidade está relacionada ao movimento que gera significação e não somente pura descarga. A dificuldade de realizar processos de luto e de reparação das perdas estando permanentemente no registro onipotente de que é capaz de lidar com todas as situações sem se deixar abater, de conquistar tudo aquilo que almeja, faz com que o indivíduo empobreça a qualidade dos seus processos sublimatórios, uma vez que ele nunca entra em contato com as outras faces do objeto que lhes sejam conflitantes e dolorosas, com seus sentimentos e fantasias de raiva (vorazes e predatórias por uma relação objetual marcada pela frustração) e destruição, suas falhas e sentimentos de culpa... Faces que completam a ambivalência inerente aos seres e que desmistificam qualquer pretensão de uma autoimagem idealizada e perfeita.

Evidencia-se, pois, o quanto a psicanálise e nossa elaboração de vitalidade nesta tese, vai na contramão dessa cultura da hiperatividade e da pseudovitalidade, o que nos leva à um convite ao desapego, como nos fala Figueiredo (2018), “de ser capaz de deixar passar e deixar morrer, mas também um convite aos processos de reparação, sublimação e criação efetivos, sem negações e sem onipotência. Mas para que isso aconteça é preciso instituir uma clínica de reabilitação dos objetos internos mortos ou moribundos,(...) estratégia poderia ser suplementada por táticas de vitalização mais diretas”.

5 Exercitando a resiliência e as estratégias de vitalização ante os desafios emergentes do século XXI

5.1 Um tempo para a resiliência

Neste tópico, associaremos o conceito de resiliência proposto por nós sob um viés psicanalítico àqueles dilemas socioculturais que evidenciam a importância de uma abordagem realmente consistente e efetiva à necessidade de desenvolvimento da resiliência nos corações e mentes humanos. Pretendemos dar uma contribuição de ordem psicanalítica aos desafios contemporâneos, que, neste início da segunda década do século XXI, foram excepcionalmente intensificados com a emergência da pandemia de Covid-19. Em sintonia com a empreitada que viemos realizando, de refletir sobre a pertinência de dialogar com o conceito de resiliência no edifício conceitual freudiano, neste capítulo, assumimos a empreitada teórica de associar suas diversas expressões a outros campos disciplinares que partilham com a psicanálise o interesse em resgatar a autonomia psíquica (através da autoestima) e a vitalidade para sobrepor a pulsão de vida à de morte no indivíduo do século XXI, face às circunstâncias particularmente penosas deste nosso período, que nos exigem um sempre mais aguçado exercício da resiliência.

Reiteramos, pois, que, ao nos propormos a uma empreitada intelectual, para nela inserir coerentemente o termo “resiliência”, que, por vezes, margeia a revisão epistemológica da psicanálise sugerida por Green (2002), deparamo-nos continuamente com o desafio de (re)visitar outros territórios disciplinares. Ao longo deste capítulo, sempre norteados pela reflexão psicanalítica, buscaremos explorar os matizes semânticos de conceitos oriundos de outras disciplinas naquilo que ajudam a melhor definir o conceito de resiliência.

Assim, para que a importância do conceito de narcisismo primário – como já vimos, nuclear para o entendimento da autoestima – seja ainda mais evidenciada, a partir de nossas hipóteses teóricas, como lócus privilegiado para a estruturação da resiliência na primeira infância, é interessante que o revisitemos, enriquecendo alguns de seus matizes semânticos, a partir daqueles latentes em vocábulos emprestados de disciplinas afins. Nós o faremos, remetendo

também, em paralelo, às circunstâncias da contemporaneidade – a que a psicanálise deve atender de acordo com sua vocação terapêutica –, que assim o demandam, para tal remetendo-nos aos autores da sociologia, da antropologia e de outros saberes, com os quais Figueiredo (2018), no segundo capítulo desta tese, já estabelece conexões viscerais.

Exemplificando este nosso procedimento de investigação epistemológica interdisciplinar: o estado de “pacificação” emocional do bebê, assim denominado segundo os pontos de vista metapsicológicos dinâmico e econômico acima por nós descritos, parece-nos conjugar seu efeito positivo em suas consequências propícias para a estruturação da resiliência, com o gozo dos assim chamados estados de “ócio”, de “relaxamento”, de “suavização do viver”, conforme descrito nas reflexões sobre a cultura. Desta maneira, assim como fizemos em relação à própria origem do termo “resiliência”, começaremos a fazê-lo nas fronteiras com o pensamento grego, constante referência na elaboração freudiana.

Cumpramos ressaltar que o que aqui denominamos “ócio” é um aliado fundamental na constituição da condição de vitalidade do ser humano, conforme esboçamos no capítulo anterior. A vitalidade define-se, inclusive, por sua oposição visceral aos estados de ansiedade, mania, obsessão e similares, exatamente por serem eles estruturados como defesas a uma condição psíquica de profunda depressão.

Na cultura ocidental, a importância do que se chamaria em psicanálise de estado de apaziguamento das excitações é traduzível na civilização grega como a valorização dada ao estado de ócio. Para que possamos bem articular esses dois “estados”, vale definirmos a origem do termo “ócio” e sua concepção mais fidedigna.

No período arcaico grego, segundo Salis (2008), logo identificamos a estreita relação do ócio com a criatividade, uma vez que este tinha por finalidade ensinar aos homens imitar os deuses por uma via de aproximação do que ambos teriam de comum: “o poder criador”. Os homens buscavam, através da atividade ociosa, celebrar a vida, assim como consolidá-la e enriquecê-la, o que só era possível através do “aprimoramento da arte de ser verdadeiro, de ter a coragem de ser e revelar-se, procurando evoluir a partir disso” (p. 15). Podemos identificar, assim, um tipo especial de sensibilidade e, sobretudo, o modo apaixonado de

viver, pois os gregos não desperdiçavam seu tempo livre em vão, uma vez que o tempo é tido como um bem oportuno para a transformação.

(não resistimos aqui a – remontando ao poder transformador da Arte, objeto de nossa recente reflexão sobre a Sublimação–, lembrar o famoso conselho de Polonius a Hamlet “*This above all: to thine own self be true*” (Shakespeare. *Hamlet Act 1, scene 3, 78–82*) ; durante longo período na história ocidental, o tempo de repouso e lazer correspondente à fruição de obra de arte – a qual era associada , intrinsecamente, à reflexão de cunho filosófico – era considerado indispensável ao exercício da emancipação da sensibilidade humana. (Canda, 2010).

E, por esta razão, Salis (2008) trabalha com a ideia de que a chave para a experiência deste ócio criador está na capacidade de o indivíduo cultivar oportunamente seu tempo livre e transformá-lo em oportunidade de crescimento, tempo da criação do desvelamento dos tesouros do espírito – e, vale acrescentarmos, igualmente das sombras. Ora, vemos o quanto esse ócio difere radicalmente de um tempo dedicado ao consumo desvairado preenchido com atividades produtivas e performáticas, ou mesmo de um divertimento consumista, superficial e predominantemente passivo, sem uma significação especial; de atividades nas quais o lazer apresenta-se mais como pura descarga de excesso de tensão e de busca hedonista, isto é, uma busca de prazer frequentemente submetida a imperativos comerciais e negando qualquer tipo de contato com uma dimensão mais agonística e apaixonada do ser na qual se inclua a dualidade (Duarte, 2014).

Além disso, soma-se ao ócio a dimensão da coletividade, uma vez que é a partir do encontro com novas possibilidades do ser que o indivíduo poderá oferecê-las e dispô-las ao mundo. Por essa razão, somos ainda lembrados por Salis (2008) de que, para os gregos, existia um senso de pertencimento, responsabilidade e serviço para com a polis muito grande, o que iria diretamente de encontro à conotação contemporânea de ócio, cujo sentido mais difundido é de estar “desocupado” ou mesmo referente a um tipo de lazer sem significação de grande valor. De um cultivo exclusivo do ego, sem que este esteja interligado ao senso de bem estar coletivo.

Somos lembrados por Prat (2008) de que os gregos, na Antiguidade, propunham o descanso, o esporte ou a contemplação como atividades de ócio que incidiam positivamente na saúde e ajudavam a recuperá-la. Sendo consideradas

como tais, eram propícias a construir o “homem obra de arte” – no que tange a sua excelência como ser humano integral. O homem grego, motivado pelo impulso primordial de aperfeiçoamento de si, da satisfação de suas realizações individuais, jamais excluía seu comprometimento com os valores humanistas. Ou seja, um desenvolvimento pleno indissociável do seu contexto e das responsabilidades pertencentes a cada um deles, incluindo-se aí a proteção das riquezas do mundo cultural e do mundo natural em que se vive (Cabeza, 2008).

Ainda nos é pontuado por Salis (2008) que, na sociedade “mítico-erótica” grega, o divino se expressava em todas as coisas, plantas, mares, rios, bichos etc., e a paixão pela vida ocupava um primeiro lugar. A consequência prática dessa visão era de que “o divino, estando onipresente, exigia um respeito por parte do homem para todas as formas de existência” e uma glorificação da vida, o que dava aos mitos um papel de suma importância, pois eles serviam como forma de impor limites aos possíveis excessos cometidos pelos homens e à criação de uma consciência em que a natureza deveria ser respeitada e glorificada (Duarte, 2014).

Vale deter-nos um pouco, dentro deste contexto, no pecado da “*hybris*”, transgressão humana absolutamente imperdoável pelos deuses, pois consistia exatamente na “desmedida” e na violência de exercer excessos na ultrapassagem do “*métron*”, ou seja, na disposição sadia do espírito determinada pelos deuses como sendo a adequada para o ser humano. A *hybris* ocorreria, a princípio, movida pelas paixões desenfreadas, e teria por consequência a violência contra todas as leis de harmonia e prudência que regiam a cosmovisão helênica. Tal insolência provoca tragédias inevitáveis, tais quais a de Ícaro, dada a sua injustiça diante de determinações dos deuses. No Oráculo de Delfos, aprofunda-se a advertência ao “*hybritais*”, no sentido de “aprender a conhecer a si mesmo”, conforme recomendação de Aristóteles (Brandão, 1991). A *hybris*, pois, corresponderia a uma ação de intervenção visceralmente oposta ao fruir criativo da atitude reflexiva que inclui o conceito de ócio.

Até porque, para os gregos daquela época, a vivência do ócio não significava passividade, mas, ao contrário, era aquele defendido por Platão e Aristóteles, unido ao esforço e ao exercício da liberdade, qualidades expressas, dentre outras maneiras, na arte e no “corpo livre” para participar dos jogos e da guerra (Cabeza, 2008). A prática de atividades físicas, como o atletismo, por exemplo, exigia grande preparação, mas tinha seu sentido, pois visava manter

boas condições físicas através das quais os jovens alcançavam um equilíbrio – *”mens sana in corpore sano”* – máxima norteadora da *Paidéia*, o ideal de educação integral voltado para a *Areté* – a excelência, no sentido mais amplo, de tal modo que o exercício físico jamais poderia estar separado do exercício das virtudes.

Como vemos, essa dissociação levaria ao triunfo dos valores hedonistas e a um tipo de exercício do ócio muito distante da função outrora atribuída a ele e sinalizada por Sêneca: de atuar como um alimento restaurador da alma capaz de renovar as energias, respeitando o intervalo necessário para a continuidade da fertilidade (Cabeza, 2008). Novamente a dimensão temporal de descanso e intervalo aparece como condição *sine qua non* para o desenvolvimento criativo.

5.2 Resiliência e ócio na atualidade

Trazendo esta questão para os dias de hoje, Cabeza (2008) destaca o quanto atualmente o termo “ócio” tem ganhado um prestígio na Europa, sendo relacionado, dentre outros aspectos, à vitalidade e vivência de experiências autênticas, que relacionamos, dentro da visão interdisciplinar que propomos, aos mecanismos de economia da libido propícios à estruturação do narcisismo positivo, responsável pelo fortalecimento da autoestima que embasa a resiliência. Tal dimensão ociosa, na acepção que estivemos defendemos acima, opõe-se também às torrentes de automatismos psíquicos impostos pela pseudoprodutividade do trabalho alienado cotidiano, posto a serviço dos objetivos gananciosos, dos lucros concretos e psíquicos excessivos, expressão contemporânea da *“hybris”* estimulada pelo esquema capitalista. Postas a serviço de vicissitudes psíquicas obsessivas e maníacas, tais “ganâncias desmedidas” esgarçam a vitalidade dos corpos e mentes dos indivíduos, sobretudo nos grandes centros urbanos.

Evidencia-se, pois, o quanto nossa revisão da concepção mais banalizada de ócio deveria ser diferenciada daquela frequentemente difundida no senso comum, correspondente a um estado de completa inatividade ou posta, em uma acepção igualmente distorcida, a serviço de uma apatia consumista – frequentemente cognominada de “tédio”, cuja extensão do debate foge às

delimitações de nossa tese –, segundo a inspiração grega, relacionada a uma transgressão das leis do equilíbrio psicológico humano.

Retomando este prisma de entendimento, em termos contemporâneos, vale trazermos ainda as contribuições do filósofo da ciência e urbanista italiano Diogardi (2003), cujo trabalho assinala as conotações positivas do ócio, acompanhando suas vicissitudes ao longo do tempo. Ao acompanharmos esta revisão semântico-conceitual proposta pelo pensador, deter-nos-emos nos aspectos que nos parecem de singular pertinência para nossas hipóteses, nas searas da psicanálise.

Antes de tudo, é relevante colocarmos o foco aqui na acepção original de *otium*, segundo a qual, o termo corresponderia a um estado de êxtase sem ansiedade, “condição de repouso, de quietude, de distensão, de paz, de tranquilidade psicológica” (Diogardi, 2003, p. 274). Acrescenta-se que o ócio pode ser físico ou mental, e o autor assinala quão raramente estas duas situações surgem concomitantemente, se inter-reforçando positivamente, dando como exemplo desta coincidência algumas formas de meditação, no âmbito das filosofias e religiões orientais.

Face à colocação acima de Diogardi (2003), não podemos deixar de lembrar imediatamente das elaborações freudianas em torno do “sentimento oceânico” em todo o primeiro capítulo do *Mal-estar na civilização* (1930[1929]/1996q). Neste livro – que segue, na trajetória intelectual freudiana, o *Futuro de uma ilusão* (1927/1996p) – Freud interpreta este sentimento oriundo de uma “fase primitiva do sentimento do ego” (p. 22), em que a separação entre o mundo externo e o ego está diluída (de forma comparável ao auge do sentimento do amor), em função da indagação de se aí estaria a fonte das necessidades religiosas. Entretanto, ele não classifica como patológica esta “restauração de um narcisismo ilimitado” (p. 22), assinalando que ainda estariam “envolto(s) em obscuridade” outros fatores a serem entendidos a este respeito. Pesquisas mais recentes sobre o “sentimento oceânico freudiano” buscam alargar seu espectro de relevância em relação a outras variáveis do funcionamento mental (Simmonds, 2006).

Em um momento em que os estudos sobre o narcisismo em psicanálise debruçam-se sobre as pistas esparsas a este respeito na obra freudiana, propomos a associar este retorno a um estado primevo de bem estar e vinculação

intensa com o mundo ao redor, em um salutar legado de uma relação suficientemente boa com o objeto primário cuidador nos primórdios da passagem da libido narcísica para a objetal. Diretamente vinculado a uma experiência positiva de narcisismo, tal sentimento profundamente internalizado de segurança, confiança em si e nos seus vínculos possíveis com o mundo externo, estariam na base, pois, da condição de resiliência. Só esta autoestima capaz de “escolher”, em seus próprios termos, como se identificar ou não com as exigências socioculturais com que venha a se defrontar, será capaz de mobilizar no indivíduo a energia psíquica para não se deixar subjugar àquelas que perceba como insalubres a esta harmonização interna entre as libidos narcísica e objetal.

Retornando ao tema do ócio, usualmente ele é associado a uma oposição ao trabalho, embora possa ser também, em especial quando se trata de um trabalho intelectual e/ou intensamente criativo, ao invés, fonte para o seu estímulo. Ecoa-se aqui a conhecida afirmação de Freud (1930[1929]/1996q) de ser o trabalho criativo a mais poderosa e efetiva forma de sublimação, a que mais acresce em autoestima e sentimento de potência ao indivíduo – donde a que mais se prestaria ao desenvolvimento nele de processos resilientes.

Para Diogardi (2003), a experiência do ócio permite a aceleração da atividade mental, com um fluir incessante de ideias velozes, sem definição formal, ainda esfumadas e intangíveis, permitindo-nos associá-la, em termos psicanalíticos, também a um afrouxamento dos laços entre o id e o ego, sem o constrangimento usualmente imposto pelo superego aos hábitos mais estereotipados do trabalho percebido como obrigatório. O autor aproxima, a seguir, o ócio de uma verdadeira liberdade intelectual, que suspende o senso cotidiano do tempo e que vai além dos registros possíveis à memória e assim se conecta a uma dimensão do mundo, que frequentemente nos escapa, cuja própria natureza é caracterizada por uma extrema mobilidade. Neste contexto, qualquer apreensão mental é penetrada pela energia e força de toda a alma.

Este amplo estado psicológico, de “sossego e suavização do viver”, ao mesmo tempo prazeroso e percebido como intensamente real, de sensação de bem estar e certeza da autonomia do ser, a nosso ver, harmoniza-se perfeitamente com a defesa da vitalização de que tratamos anteriormente, e ajuda-nos a complementar este primeiro amplo esboço que viemos fazendo das contribuições

interdisciplinares à compreensão das condições para a formação da resiliência sobre o prisma psicanalítico.

Tal “estado de calma interior” propiciado pelo “ócio” e seus efeitos salutares, conforme descritos acima, em seus termos psicanalíticos, e em vizinhanças de decodificação semântica a eles próximas em outras disciplinas, parece-nos pré-condição essencial para a constituição de uma característica resiliente no psiquismo. O ócio nos propiciaria condições para uma apreciação mais fina do que vale a pena na vida em relação à morte, no nível individual e coletivo, para imprimir às condutas vitais humanas – menos estranguladas pelas obrigações de “produtividade moldadas pelo sistema” – aquelas diretrizes realmente postas a favor da vida e não da morte. Podemos associar que trabalhar pelo modelo capitalista seria igual a aceitar a morte, sendo o ócio um estado intermediário de intervalo capaz de promover a reflexão e a potência para a transformação.

Lembre-mos, aliás, o quanto esta pré-condição é invocada como sendo de visceral importância para o indivíduo no enfrentamento das condições socioculturais adversas do século XXI.

A este respeito, Han (2020) propõe o cultivo do “jardim interno” e Turcke (2010) defende as “ilhas de sossego”. Oriundos da filosofia, estes autores apontam, com extrema sensibilidade e acuidade, para as condições de tranquilidade interna e predomínio da pulsão de vida sobre a de morte.

O pensador alemão Turcke (2010b) vai defender a necessidade da “ilha do sossego” a partir de sua crítica ao predomínio danoso dos estímulos sensoriais na estruturação do psiquismo na contemporaneidade. A partir de uma reconstrução da história da transformação do significado do conceito de sensação – originariamente nada mais que percepção e, hoje, o que causa sensação, o espetacular –, ele descreve o que seria a própria transformação desse conceito e utiliza-o como uma forma de intuição do ser humano moderno, expandindo-o como padrão de comportamento de uma sociedade inteira.

Atualmente, a sensação está diretamente atrelada à ideia do novo, do raro, sendo estes estimulantes para a percepção e a atenção. Entretanto, justamente porque o novo e o raro se esgotam rapidamente – é necessário somente conviver com eles por um período – é que cresce o apetite por novidades, dando espaço cada vez maior para a entrada da indústria audiovisual. De acordo com Turcke

(2010), essa indústria atinge o aparato sensorial do público com um bombardeio de injeções multissensoriais: filmes, programas e toda publicidade utilizam técnicas de cortes de imagem que atuam como um golpe óptico, isto é, trabalham de forma a provocar no sensorio humano (telespectador) pequenos choques que, mesmo sendo quase imperceptíveis, são portadores de uma injeção diminuta de adrenalina e capazes de instigar a atenção.

Só que tais doses de adrenalina não só anestesiaram os sentidos e a atenção. Segundo Turcke (2010), a “metralhadora audiovisual afeta o que Freud chama de processo primário, que consiste em três mecanismos básicos: a condensação, o deslocamento e a inversão” (p. 6). Isso interferiria até mesmo na capacidade de sonhar. Elas também impossibilitam o processamento das impressões sensoriais elementares e a sua transformação em recursos simbólicos significativos. Aqui, podemos associá-los a microtraumas cumulativos, gerados por um excesso de estímulos em um curto espaço de tempo, que não teriam como ser devidamente processados e que estariam impedindo o livre curso das pulsões vitais pelos trajetos inconscientes das representações psíquicas. Não há tempo psíquico para que tais impressões atrelem-se às emoções, criem traços, construam imagens, liguem-se às experiências mais duradouras e adquiram significado relevante em termos mnêmicos. O que se vê, assim, é uma repetição de sensações difusas provocadas pelos choques de imagem e que pouco contribuem para enriquecimento do mundo simbólico do sujeito e da cultura. Sem dúvida, todas as dinâmicas criativas que percorreriam as estruturas psíquicas subjacentes são também prejudicadas.

Diante destas considerações, Turcke (2010) traz o que seria uma nova modalidade de sofrimento psíquico e de subjetivação, a “distração concentrada”, tida como um novo sintoma psicossomático marcado por estados de extremo desassossego e inquietação. As torrentes de estímulos retiram o foco da atenção do indivíduo daquilo que deveria ser sua prioridade de trabalho psíquico, de real transformação subjetiva frente aos obstáculos. Ora, esse estado vai totalmente de encontro ao ócio de que tratamos acima e às condições específicas da resiliência, já que esta, ao contrário, implica uma condição significativa de condensação da energia psíquica, em torno do eixo vital na dinâmica Eros-Tânatos, correspondente a uma expressão afirmativa do ego.

Partindo, pois, desse olhar crítico da sociedade, buscamos compreender como, em meio a tantos fatores dispersivos que dificultam uma resposta de enfrentamento efetivo a suas tensões imobilizantes, podem se desenvolver os processos emocionais que a elas façam face, indo além da força das influências de uma cultura hipersensorializada e excitada (Turcke, 2010).

Podemos, portanto, perceber o prejuízo inestimável para a formação da resiliência desta impossibilidade de se manterem, no espectro psíquico, condições de integridade e capacidade de concentração de energias. A resiliência se estrutura no universo psíquico consistente o suficiente do indivíduo para lhe permitir o enfrentamento das turbulências internas e a transformação das agonias, sendo, pois, inviável, em uma cultura na qual tais condições básicas estão sendo negadas.

Agravada ainda mais durante a pandemia de Covid-19, a exposição – sobretudo nos centros urbanos – a que uma grande parte da população ficou submetida à “metralhadora do audiovisual” fez com que quarentenados fossem transfigurados em navegantes das ininterruptas torrentes de dados e relatassem aspectos semelhantes àqueles descrito por Turcke (2010) como “dispersão concentrada”. O cotidiano on-line, circunscrito aos mais variados fundos de tela – trabalho, entretenimento, cursos, sexo, atividades físicas –, trouxe a demanda de gerenciar não só a abertura de novas janelas, mas, sobretudo, o fechamento das mesmas, pois, ao final do dia, são inúmeras as abas iniciadas e as tarefas inconclusas. Pressionados ainda por uma cobrança superegoica de performance, o que se coleciona é uma série de informações, culpa e exaustão. A ansiedade é vencida pelo cansaço. O sonhar substituído pelos alprazolans. Como encontrar sossego em meio à avalanche?

Por razão desse cenário, Turcke (2010), citando sua inspiração em Walter Benjamin, propõe que o indivíduo agarre “o freio de emergência do trem da história de cada indivíduo”, isto é, inicie processos de retardamento – em todos os campos, sejam eles sociais, na arte, educação, meio ambiente – e “crie ilhas de sossego, silêncio e de concentração” (p. 7), dando como exemplo a música, as atividades esportivas e a meditação.

Isto equivaleria, na prática, em termos psíquicos, a criar filtros de “apaziguamento” que corresponderiam a certo “retardamento” na recepção e decodificação das sensações, permitindo-lhe hiatos no tempo para a consolidação

de memórias realmente significativas e, a partir daí, de processos psíquicos que demandem manutenção, retenção e resistência, tais quais os de resiliência.

5.3 Resiliência e um retorno à natureza

Já para o filósofo coreano Byung-Chul Han, esta defesa da serenidade que ele também, aliás, associa explicitamente ao elogio do ócio, terá um compasso bastante similar ao da nossa proposta psicanalítica, em que a natureza alia a uma harmonia a ela inerente, a vitória constante do princípio da vida sobre o da morte. Pois, no jardim, um constante renascimento de novas brotações é adubado pelos resíduos dos frutos que tombam no solo após sua plena maturação; e a ilha é o terreno firme de preservação da existência vegetal e animal em meio às investidas por vezes ameaçadoras das ondas nas tempestades marítimas. Em um momento anterior – em nossa dissertação de mestrado –, apontamos para este poder “revitalizante” da relação com a natureza, a nosso ver, também naturalmente afinado à resiliência face às adversidades (Duarte, 2014).

Vale mencionar que Han, em seu livro *The scent of time* (2017), fala sobre o que denomina de “arte da demora” como uma resposta ao que critica como sendo excesso e apego à *vita activa*, responsável por produzir uma crise em nosso senso de tempo. Ela criaria uma obrigação de trabalho que degradaria o ser humano, transformando-o em um *animal laborans*. Simultaneamente, a hiperatividade que acompanha as nossas rotinas diárias e a dispersão temporal que faz com que cada instante pareça igual ao outro – monótonos, iguais, sem significação –, acaba por embargar os indivíduos da capacidade de demorar-se e da faculdade de contemplação. Desta maneira, torna-se impossível experimentar o tempo como algo gratificante e aliado na criação de significados. Para superar esta crise temporal, Han propõe a revitalização da *vita contemplativa*, por meio de uma reaprendizagem da arte da demora, de prolongar-se e permanecer naquele momento determinado. Quando isso acontece, ganhamos na duração e na vastidão. Tal concepção é sincrônica ao ócio que tratamos aqui, uma vez que remete ao papel de uma dimensão temporal para a metabolização dos afetos, de contato com a dimensão agonística como consequência, do cultivo dos processos e dinâmicas resilientes.

Uma das possibilidades de cultivo desta *vita contemplativa*, referida por Han em seu livro *Louvor da terra* (2020), está a jardinagem. Esta seria uma forma de meditação, na qual a percepção de um tempo investido significativamente e aliado à transformação vital vem da percepção de que a terra gera vida e a renova. Han vai opor o cultivo do jardim à autoexploração na qual os indivíduos exploram a si mesmo, achando que estão se realizando, mas não percebem que estão sendo condicionados por uma ótica neoliberal que cobra performance em todas as áreas da vida, levando-os a uma esmagadora experiência de insuficiência, uma vez que eles seriam os únicos responsáveis por não atingirem a meta desejada.

Detendo-nos neste tão especial jardim de Han, por sua natureza mesma, o cultivo de um pedaço de terra, com suas características materializadas nos contextos agrestes do solo, na chuva, pragas e secas que devem ser controlados pelo esforço do jardineiro e pelo maravilhoso conjunto de flores, cores, sabores e odores que dele brotam, é um perfeito exemplo de exercício de resiliência e de seus estímulos sublimatórios. Trata-se de um universo simbólico totalmente diverso daquele em que a pessoa se vê cercada de aparelhos digitais: pois o digital não pesa, não tem cheiro, não opõe resistência, você passa um dedo e pronto... É a expressão rasa da abolição da realidade; já a atividade agrícola, desde a rural mais pragmática à ornamental mais melindrosa, são concretizações em verde e clorofila do esforço da resiliência.

Em termos do desejo de retorno à natureza durante a pandemia, Han (Geli, 2018) oferece-nos uma explicação que nos permite uma exploração de cunho surpreendentemente psicanalítico. Em face de nossa defesa do narcisismo primário, sede da formação da autoestima, são pertinentes suas críticas ao narcisismo secundário que invade o espaço cultural, em especial o urbano. Ele afirma que “ser observado hoje é um aspecto central do ser no mundo”. O problema reside no fato de que “o narcisismo secundário só usando o outro para reforço de sua própria autoimagem, não consegue reconhecer a autonomia emocional do outro e, sem essa reciprocidade no respeito à identidade alheia, não se pode produzir, em si mesmo, o sentimento de autoestima” (s.p.). O narcisismo secundário mal utilizado teria chegado também à arte: “[esta] degenerou em narcisismo, está ao serviço do consumo, pagam-se quantias injustificadas por ela, já é vítima do sistema; se fosse alheia ao sistema, seria uma narrativa nova, mas não é” (s.p.). Não precisamos sequer acrescentar que, em tal contexto, esvai-se

completamente a função sublimatória da obra de arte, que deixa de ter reverberação significativa no inconsciente de restauração, conforto, estímulo e esperança – servindo à vicissitude sublimatória – e passa a prestar-se aos mais degradados mecanismos competitivos, dentro dos usos pervertidos pelas intervenções interiorizadas capitalistas, de processos de repressão, sadismo e masoquismo.

A este respeito, citamos Claper (2021), aproveitando para reintroduzir o tema da pandemia de Covid-19 em nossas reflexões. A arquiteta e doutora em História das Ciências e da Saúde Jeanine Claper (2021) aponta como, diante do contexto extremamente ameaçador da pandemia nos grandes centros urbanos, buscou-se renovar uma interlocução simbólica entre o indivíduo da urbe e a natureza; muitos buscaram recolher-se a seu seio, na medida de suas possibilidades concretas de fazê-lo. “A natureza que seria capaz de fazer fluir o inconsciente dos indivíduos, o ambiente natural que no século XIX, os românticos vincularam ao equilíbrio das emoções” (p. 78). Tal valorização da natureza corresponderia, segundo a autora, citando Ffyché, à retomada da pulsão originária da vida.

Nesta mesma linha, Benilton Bezerra Jr. (2020), em *live* na página do Museu do Amanhã, ressaltou o quão desligada estava a nossa relação com a natureza e com o planeta como um todo, e que, de uma forma geral, o vírus veio para frear essa dinâmica. De certa forma, o coronavírus permitiu que nos lembrássemos de que somos parte da natureza e estamos dentro dela interconectados e interdependentes.

O coronavírus presta-se, pois, a duas compreensões da relação do homem com a natureza: por um lado, diametralmente opostas; por outro, tragicamente associadas, conforme as características da cultura contemporânea já delineadas nos parágrafos anteriores.

Na visão esboçada por Claper (2021) e Bezerra Jr. (2020), chamando a atenção para a necessária revalorização da dinâmica entre seres humanos e natureza, em prol das forças da vida, a expansão desenfreada do vírus é consequência quase natural, quiçá pedagógica, da nossa ignorância a respeito da influência recíproca nos sistemas biológicos dos organismos microbiológicos e das desastradas intervenções humanas no ambiente natural.

Ainda que pelo seu negativo, somos confrontados, sob este prisma, com o quanto são importantes as ações de cada um de nós para todos, de forma a criar um equilíbrio nas próprias condições concretas de sobrevivência na Terra, a pandemia trouxe consigo mais do que uma ameaça, um alerta, acerca da finitude iminente, seja do próprio indivíduo, pelo contágio do vírus, seja dos ecossistemas queimando nos noticiários. Tal doloroso lembrete pode influenciar a libido, antes de tudo, em uma identificação com a natureza que reconheça o quanto os ecossistemas trabalham integrados, de forma a manter contidos desequilíbrios extremos – como o trazido pelo vírus. Além disto, as sublimações mais sutis do encantamento do indivíduo pela beleza da natureza pode constituir-se em uma experiência estética de grande alcance para a sua própria vitalização nesta época sombria.

Por outro lado, o relevante texto de Grünewald e Winograd (2021, inédito) nos apresenta, como contraface dos parágrafos acima, o vírus perfeitamente integrado às próprias estruturas capitalistas e ao ambiente urbano dos quais se serviu como veículo para se expandir – e, sem as quais, talvez, não teria sido tão eficiente.

O novo coronavírus, de poder letal e de velocidade de propagação exponencial, revelou-se ele próprio uma forma de vida que reflete especularmente [...] uma imagem ambivalente de um vírus primitivo e hipermoderno, espetacular e catastrófico, mas – e sobretudo – dotado de habilidades microscópicas que lhe permitem dar a volta ao mundo e de novo e de novo, numa reinvenção continuada. (s.p.)

Em dramática sintonia com a velocidade e o alcance dos processos de subjetivação em um mundo em que se tinha vistas cada vez mais nítidas ao surgimento de novas modalidades de diálogo entre entidades subjetivas, o novo vírus, de acordo com os autores, impôs duas premências absolutas: “a primeira e mais imediata, a de como sobreviver através da reunião das forças necessárias para enfrentar a suspensão do tempo e segunda, diz respeito ao trauma da constatação da morte lenta e agonizante de certos modos de vida e de experimentar a vida” (s.p.).

Voltando a Bezerra Jr. (2020) e às injustiças vinculadas ao capitalismo, especificamente no Brasil, ressaltam-se as “vergonhosas” desigualdades de enfrentamento da pandemia em nosso país. Enquanto alguns permanecem em suas casas com conforto e segurança, outros permanecem em estado de insalubridade,

tendo que se expor ao risco de um contágio pela natureza de seus trabalhos. São eles representados, por exemplo, pelas domésticas, entregadores, vendedores de farmácias, porteiros, dentre outros. Foi necessária a pandemia para que uma grande parcela da população reconhecesse a dependência desses trabalhadores que até então eram invisíveis. De certa forma, destaca Benilton, “a ideia da cooperação é a contraface da moeda de que todos somos hiperconectados. O problema é que antes da pandemia podíamos negar isso. Não há segurança para todos se muitos não estão seguros. A interconectividade tem um empuxo em direção à cooperação”. Deste modo, o vírus estaria “dando uma lição moral fundamental à todos”.

Esta situação, em uma análise mais abrangente, revela, nas palavras de Bezerra Jr. (2020), “uma tapeçaria de desigualdades no nosso cotidiano do Brasil”. A desigualdade econômica reflete na educação, no acesso à saúde, no acesso à riqueza cultural, ao mercado de trabalho e mesmo no ambiente físico. Como vamos tornar o nosso país menos desigual? Essa é uma pergunta elementar para pensarmos o futuro. Um futuro que é essencial para a saúde, uma vez que esta é pensada pelo autor nos moldes winnicottianos da criação de sentido.

Ter saúde mental, fala-nos o psicanalista e professor, equivale a preservar a sua normatividade psíquica. “Preservar aquilo que toda criança, ao nascer e ao ser bem cuidada, desenvolve: a capacidade de se encantar com as coisas pequenas do dia a dia, do mundo”. De achar que o mundo é um lugar que vale a pena ser habitado; de contato com as outras pessoas como sendo interessantes e que atrai uma vida interessante para si. Ou seja, o primeiro ponto para se pensar a saúde mental é a capacidade de viver uma vida que você sente que vale a pena estar sendo vivida. Ela pode ser confusa, difícil, tumultuada, turbulenta. “Severina, como dizia João Cabral de Mello Neto, não importa!”, exclama Benilton. A saúde mental implica certos exercícios de significação em cada um de nós. Nas suas palavras, “a gente, o tempo todo, embora não pense nisso, está navegando em uma espécie de mar de significações, que tem a ver com a nossa trajetória [...] a crença religiosa ou política, o grupo de pertencimento, o mundo precisa fazer sentido pra gente”. E, desta forma, proteger e promover a saúde mental significa fornecer condições às pessoas para elas fazerem sentido para as suas vidas. As pessoas precisam encontrar jeitos de produzir essa significação para si e, agora na

pandemia, isso se tornou mais duro, embora tenha se tornado ainda mais fundamental.

Não por acaso, a pandemia deve ser vista como um trauma, no sentido de que o mundo que habitávamos e conhecíamos não existe mais em um curto espaço de tempo. Todos foram pegos de surpresa e presenciaram grande parte das nações pararem e ficarem em estado de alerta, por semanas inteiras, sem saber ao certo quando e como poderiam retomar um determinado tipo de viver. Quer dizer, este estado de suspensão sem horizonte próximo e conhecido pode ser visto como uma espécie de ruptura global de determinada forma de organização das trocas afetivas e materiais no fluxo das transações interpessoais no mundo e que, até agora, ainda não encontrou uma sutura forte o suficiente para nos dar segurança de que uma nova organização esteja consolidada. As linhas desta sutura ainda estão sendo costuradas e, assim será, até que possamos encontrar, aos poucos, meios de elaboração via criação de sentido para o passado.

5.4 Elaboraões para uma pandemia

Não por acaso, Bezerra Jr. (2020) fala, em sua *live*, sobre a importância do luto neste momento, pois o traumático, como bem vimos, impõe este tipo de trabalho psíquico para que possamos dar novos destinos para nossa libido. Para que possamos dar chance à resiliência. Há que se fazer o luto de um mundo que, até 2020, existia e não vai voltar mais. Luto por alguma coisa que se perdeu. E, para que este luto possa ser bem elaborado, o psicanalista destaca alguns pontos essenciais: primeiro, o luto precisa ser reconhecido; segundo, devemos atravessar inevitavelmente o sofrimento, para depois fazer o trabalho de elaboração.

Por outro lado, há os vulgarmente denominados “negacionistas”, que não querem ou não podem, por incapacidade emocional, realizar esse luto. Negam as novas diretrizes sanitárias por não suportarem a ideia de restrição ao que, equivocadamente, chamam de sua “liberdade”, ao mesmo tempo em que ignoram sua responsabilidade para com o bem de um coletivo (do qual fazem parte!). Negam o discurso científico – infelizmente, amparados por um Governo, no mínimo, conivente com a tragédia anunciada e propagador de tratamentos comprovadamente ineficazes – e mantêm um discurso onipotente de que são

invulneráveis ao vírus ou que este é somente uma “gripezinha”, mesmo face às evidências epidemiológicas da gravidade da Covid-19 e as trágicas mortes diárias.

Neste sentido, o que falta para uma sutura desta ferida é o trabalho de luto, pois somente com ele a resiliência poderá atuar em prol de uma vitalização dos novos investimentos libidinais. Bezerra Jr. (2020) ressalta que

as pessoas que estão conseguindo atravessar a pandemia melhor, são aquelas que estão sendo capazes de entender o que está se passando, de compreender o choque dessa espécie de meteoro biológico que foi o vírus e de como isso está mudando as coisas que eram certas e que já não são mais. (s.p.)

Ou seja, aquelas pessoas capazes de poder reorganizar essas novas significações do mundo, de pensar o que pode ser a vida depois que esse primeiro choque passar, são as resilientes da pandemia. Para manter-se são, há que se fazer um exercício fundamental de pensar e refletir sobre a própria existência nestas novas condições de vida emergente. Podemos associar essa capacidade de pensar novas significações de reorganizar um mundo como um exercício de resiliência? A experiência íntima do ócio, no seu sentido paralelo ao cultivo do universo reflexivo e ao refinamento da sensibilidade – como detalhado acima – seria uma forma pertinente de colaborar para a realização desse trabalho de luto e elaboração.

Em um parágrafo, a nosso ver fundamental para o tema abordado, ousamos levantar – ainda que brevemente – a importância da clínica psicanalítica neste enfrentamento das condições psíquicas adversas trazidas com a pandemia. Verificou-se, efetivamente, um aumento da procura e valorização do dispositivo clínico para dar aos indivíduos um indispensável reforço a mecanismos psíquicos imbuídos de positividade, tais quais a autoestima e diversas modalidades sublimatórias. O tempo das sessões de análise – ele próprio envolto em reflexão e sutilezas de sensibilidade – transmuta-se em momentos estendidos de esperança e coragem, ainda que aparentemente esparsos em períodos muito mais estendidos de angústia e senso de desamparo. Dizemos que o processo de análise é feito na penumbra da consciência, no rebaixamento da razão lógica e no encontro com as forças pujantes de nosso inconsciente. Através da associação livre e da atenção flutuante, criam-se nestes hiatos clínicos, espaços de possibilidade para o surgimento de pequenas luzes de perplexidade, que constituem os primeiros passos para a eclosão da descoberta de novas possibilidades. Inspirados por Didi-

Huberman (2011), as elaborações na análise são, de certa forma, nossos vagalumes dançarinos, cujo suave brilho se revela em *insights* intermitentes e preciosos, na penumbra do consultório. Sua luminescência penetra mais densamente nas fibras sutis das texturas mais variadas da alma, opondo, assim, sua influência penetrante e efetiva ao ofuscar cego dos holofotes imagéticos da cultura de consumo e do espetáculo das metrópoles.

O exercício efetivo da resiliência na pandemia depende, pois, sob o ponto de vista psicanalítico, das condições internas, de que viemos falando nos parágrafos anteriores, em múltiplas fronteiras disciplinares, que propiciem uma economia da libido capaz de – inclusive utilizando substantivamente os recursos em torno da “pacificação dos afetos” e aqueles sublimatórios – uma consistente reestruturação psíquica face a contextos micro e macrotraumáticos. Inevitavelmente, a questão visceral da pulsão de vida sobrepor-se, então, àquela da morte, ganha, aqui, relevo extraordinário.

A psicanálise alia-se aqui, pois, a uma antiga aliada, que percorreu subterraneamente toda esta tese, em especial no que diz respeito ao enfrentamento das desumanas condições socioculturais do existir por via prioritária psicanalítica, que é a verdadeira política. Segundo o filósofo Cornelius Castoriadis (1999), as duas disciplinas estão intrinsecamente interligadas, pois são a dupla face, individual e coletiva, da condição de autopoiesis humana, ou seja, de através de sua própria atividade, modificar a si mesma.

Assim, pois, não podemos deixar de ressaltar o quanto a abertura da psicanálise para novos universos conceituais auxilia a nossa missão comum de ir além dos esquemas perversos, em todos os níveis de acepção desta palavra, do atual predomínio do capitalismo em todos os níveis simbólicos que nos envolvem e constituem. Já há bastante tempo a psicanálise debate a interiorização dos esquemas do capital nas dinâmicas de ordem psicológica de competição, submissão, sadismo e masoquismo, que cada vez mais envenenam as relações afetivas humanas em suas expressões amorosas, familiares, de trabalho, de pesquisa científica e intelectual.

Estamos, assim, abertos a uma criativa e eficaz represália, exercendo a fundamental prática da resiliência – que, da dor que lhe foi infligida, extraia a potência para a transformação – ao arsenal das forças da pulsão de vida, de forma a lhes garantir a esperança substantiva de por a pulsão de morte a seu serviço.

6 Considerações finais

A relação entre resiliência e psicanálise, que descrevemos, inicialmente, como sujeita a estranhamentos, pouco a pouco, ao longo de nossas reflexões, foi-se demonstrando profundamente pertinente. De acordo com Michel Hanus (2006), a resiliência é fundamentalmente inconsciente, mesmo que uma parte de seus processos possa ser reconhecida a nível consciente, o que permite que outras disciplinas se refiram à ela através de análises de comportamentos e tomadas de decisão no mundo. A resiliência realmente se forja nos domínios do inconsciente e é nos códigos da teoria freudiana e de outros psicanalistas por ela informados que encontraremos os elementos de eleição para compreender como o indivíduo consegue ir além da tristeza dos traumatismos e prosseguir em seu processo de desenvolvimento psíquico são. É nos esconderijos teóricos do entendimento psicanalítico onde encontramos a capacidade de elaborar o luto e inventar sublimações consistentes o suficiente para impor a pulsão de vida àquela de morte. Nesta tese, enfatizamos a importância de um narcisismo primário positivo para a formação de uma autoestima correlata a uma experiência afetivo-intelectual de potência diante do desafio de um existir substantivo.

Neste mesmo diapasão, ressaltamos o quão interligada está a criação de mecanismos resilientes à capacidade do indivíduo – em especial nas etapas precoces de seu início de vida – de regulação das suas intensidades pulsionais, que podem também ser descritas em termos interdisciplinares, como suas intensidades somato-psíquicas-afetivas. A resiliência consistiria, dentro desta linha lógica, em uma capacidade de lidar com tensões extremadas sem interromper processos psíquicos fundamentais para a boa estruturação e manutenção da personalidade. O primeiro impulso, em termos ordinários, diante das situações traumáticas, seria recuar face aos fantasmas que nelas se emboscam (como os relativos às concretizações das ameaças da morte); o indivíduo resiliente encontra recursos energéticos, em sua dinâmica e economia libidinais, para, ao invés, ir ao encontro destas vicissitudes, neste processo renovando, e talvez mesmo inaugurando novos potenciais psíquicos de reação e transformação.

Lembre-mo-nos que o “apaziguamento” e o “ócio” a que nos referimos ao refinar conceitualmente os matizes do termo resiliência, não são instâncias “passivas”, muito ao contrário, sua atividade, consoante a sua natureza inconsciente, exprime-se de forma subjacente ao aparente, mas com intenso gradiente de ativação, sendo associado à “vitalidade”. Ao contrário do que acontece na contraface dos estados maníacos e similares, nos quais o indivíduo, por cansaço ou exaustão, acaba por proceder a uma descarga estéril das tensões libidinais, o resiliente sabe lidar com elas, de forma a metamorfosear o excesso de “quantidade” em “qualidade”, por exemplo, executando um mecanismo sublimatório de alto nível funcional em termos de melhoria em sua expressão do existir.

Em tempos de pandemia, esta capacidade resiliente encontrou um de seus maiores testes de força frente às particulares e intensas situações traumáticas com que o indivíduo precisou deparar-se. Tendo em vista a ambivalente expressão em termos de compulsão à repetição que norteia o próprio conceito-experiência de trauma, talvez o mais sutil processo da disposição anímica resiliente tenha sido, naquele contexto recente, o de superar justamente o abandono à pulsão de morte, a desistência da luta, o deixar-se envolver pela inércia inerente a Tânatos.

Dentre o instrumental mental referente à necessária intensificação da potência da pulsão de vida em tais circunstâncias, em prol da resiliência, incluir-se-ia a persistência do pensar crítico, aliada dos afetos positivos, que, face ao domínio da ignorância, cúmplice dos afetos negativos, equivaleria à própria sobrevivência da dimensão humana no indivíduo.

Ressaltamos o quanto a perspectiva econômica é a mais desafiante e menos explorada nos estudos de resiliência, aparecendo mais sob a forma de perguntas do que de sugestões de respostas. Acreditamos que seja justamente a perspectiva econômica a mais capaz de vincular-se ao cerne da investigação psicanalítica sobre a resiliência, de maneira a apresentar as mais fascinantes e bem estruturadas hipóteses para responder a grande questão: de onde, em termos psíquicos, o resiliente tira as suas forças? Este é um trajeto que nos dispomos a explorar mais densamente em ocasião próxima.

Por outro lado, tendo em conta sua relevância essencial para a própria renovação da pesquisa psicanalítica, outra proposta que deixamos em aberto para investigação futura mais detalhada, seria de como a prática clínica pode estar

implicada na formação dos mecanismos de resiliência – através, mais especificamente, da condição compartilhada do analista e do analisando de resistência ao sofrimento e à sua capacidade de se “reinventar” de forma psicologicamente saudável. Desse modo, a clínica psicanalítica pode ser compreendida como o lócus privilegiado para compreensão e estímulo à condição de resiliência, inclusive a partir da consideração da importância da transferência e da contratransferência nesse contexto.

Em tempos ainda de fortes resquícios de pandemia – e das sombrias ameaças de suas reincidências –, o espaço clínico surge como contraponto visceral a um estado psíquico moldado pelo medo e pela expectativa. Escolhemos nos deter nesta última “afecção da alma” justamente por seu contraste – de instigante estímulo a um exame psicanalítico – com a esperança. A “expectativa”, em seu sentido mais estrito, vincula-se quase sempre a um funcionamento psíquico consoante à interiorização de valores socioculturais de busca de prestígio, competição e vitória a qualquer custo, intermediada pelos aspectos mais notáveis do superego. Associando-o a um tópico central de nossa argumentação, relaciona-se a uma ânsia pela admiração do outro, condizente com a falta de real autoestima, característica do narcisismo secundário.

Já a esperança é uma virtude, cuja qualidade superior revela-se, intermitentemente, no traçado quase que invisível do íntimo contato com o nosso inconsciente. Podemos dizer que seu parentesco com o mais recôndito do ideal do ego a torna quase invisível aos olhos de quem a experimenta. Na situação clínica, seu relampejar mútuo por entre os *insights* do analista e analisando se assemelha a um despertar inesperado de vagalumes que comunica potência a qualquer compreensão ou projeto em debate. É nesta delicadíssima e, não obstante, característica bruxuleante muito poderosa, que se surpreende e reconhece a “natureza secreta” da Resiliência.

7 Referências bibliográficas

- Aleksandrowicz, A. M. C. & Levine, D. S. (2012). Neurociências e psicanálise: desafios conceituais e epistemológicos. In: V. E. Antônio & R. Siqueira-Batista (Orgs.), *Neurociências: diálogos e interseções* (pp. 605-630). Rio de Janeiro: Rubio.
- Alexander, F.; Eisenstein, S. & Grotjahn, M. (1966). *Psychoanalytic pionners*. New York: Basic Books.
- Allen, J. G. & Fonagy, P. (2006). *Handbook of mentalization-based treatment*. West Sussex: John Wiley & Sons.
- Amaral, O. C. (2002). *Curso básico de resistências dos materiais*. Belo Horizonte: Artes Gráficas Formato.
- Anzieu, D. (1981). *Le corps de l'oeuvre*. Paris: Gallimard.
- Atlan, H. (1986). *Entrele cristalbet la fumée*. Paris : Ed. du Seuil. Col. Point Sciences
- Balestrière, L. (2008). *Freud et les questions des origines*. Bruxelles: De Boeck.
- Bateman, A. & Fonagy, P. (2003). The development of an attachment-based treatment program for borderline personality disorder. *Bulletin of the Menninger Clinic*, 63: 187-211.
- Bateman, A. & Fonagy, P. (2006). *Mentalization-based treatment for borderline personality disorder: a practical guide*. Reino Unido: Oxford University Press.
- Bergeret, J. (1991). *A personalidade normal e patológica*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1974).
- Bezerra Jr., B. (2020). *Saúde mental e desigualdades na pandemia*. Museu do Amanhã [YouTube]. Recuperado de <https://youtu.be/GbpaG4Yjax8>
- Bowlby, J. (1984). *Apego e perda* (v. 1). São Paulo: Martins Fontes.
- Brandão, J. (1991). *Dicionário mítico etimológico* (v. 1). Petrópolis: Vozes.
- Brandão, J. M.; Mahfoud, M. & Gianordoli-Nascimento, I. F. (2011). A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. *Paidéia*, 21(49): 263-271.
- Cabeza, M. C. (2008). Ócio humanista. In M. C. Cabeza & J. C. Martins (Orgs.), *Ócio para viver no século XXI*. Fortaleza: As Musas.

- Cabral, S. A. & Levandowski, D. C. (2013). Resiliência e psicanálise: aspectos teóricos e possibilidades de investigação. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 16(1): 42-55.
- Camelier, J.; Winograd, M. & Rocha, M. (2014). Polindo lentes: ressonâncias entre a potência spinozana e a pulsão freudiana. *Interação em Psicologia*, 18(1): 95-108.
- Castoriadis, C. (1999). *Feito e a ser feito: encruzilhadas do pensamento* (v. V). Rio de Janeiro: Lamparina.
- Chelli, D. & Chanoufi, B. (2008). Audition foetale : mythe ou réalité ? *Journal de Gynécologie Obstétrique et Biologie de la Reproduction*, 37(6): 554-558.
- Chemouni, J. (2008). *A história do movimento psicanalítico*. São Paulo: Zahar.
- Claper, J. R. (2021). O lugar e a pandemia: a cidade do Rio de Janeiro como protagonista. In M. L. B. C. Mello & R. F. R. Gomes (Orgs.), *Memória de uma pandemia no século XIX: quando arte, cultura e saúde se encontram* (pp. 69-84). Curitiba: CRV.
- Côté, L. (1996). Les facteurs de vulnérabilité et les enjeux psychodynamiques dans les réactions posttraumatiques. *Santé Mentale au Québec*, 21(1): 209-227.
- Couto, M. (1994). *Estórias abensonhadas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Creiasco, M. R. F. (2008). Violência e resiliência: enfrentamento do traumático na clínica psicanalítica. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 5(2): 222-240.
- Creiasco, M. R. F. (2018). Quando a resiliência pode ser uma aposta para a psicanálise: ampliações clínicas do trauma e do luto. *Tempo psicanalítico*, 50(2): 372-400.
- Cyrulnik, B. (1999). *Un merveilleux malheur*. Paris: Odile Jacob.
- Cyrulnik, B. (2004a). *Os patinhos feios*. São Paulo: Martins Fontes.
- Cyrulnik, B. (2004b). *Parler d'amour au bord du gouffre*. Paris: Odile Jacob.
- Cyrulnik, B. (2006a). *Falar de amor à beira do abismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Cyrulnik, B. (2006b). Introduction. In B. Cyrulnik & P. Durval (Orgs.), *Psychanalyse et résilience*. Paris: Odile Jacob.
- Cyrulnik, B. (2009). *De corpo e alma: a conquista do bem-estar*. São Paulo: Martins Fontes.
- Cyrulnik, B. (2012). *Résilience: connaissances de base*. Paris: Odile Jacob.

- Cyrulnik, B. (2014). Pourquoi la résilience? In M. Anaut & B. Cyrulnik (Orgs.), *Résilience : de la recherche à la pratique*. Paris: Odile Jacob.
- Cyrulnik, B. & Durval, P. (2006). *Psychanalyse et résilience*. Paris: Odile Jacob.
- Czerny, J. (2006). Falar de amor à beira do abismo. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 41(4): 149-152.
- Dias, E. O. (2003). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. São Paulo: DWW editorial.
- Didi-Huberman, G. (2011). *A sobrevivência dos vagalumes*. Belo Horizonte: UFMG.
- Diogardi, G. (2003). Trabalho e ócio: como os revê Gianfranco Diogardi. In D. Mais & D. Pepe (Orgs.), *As palavras no tempo: vinte e seis vocábulos da Encyclopedia reescritos para o ano 2000* (pp. 274-279). Rio de Janeiro: José Olympio.
- Duarte, F. A. (2017). Freud e a música. *Ide*, 40(64): 129-142.
- Duarte, P. (2014). *Dos movimentos das aparências aos movimentos do ser: reflexões sobre a prática esportiva*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Ehrenberg, A. (1998). *La fatigue d'être soi: dépression et société*. Paris: Odile Jacob.
- Eizirik, M. & Fonagy, P. (2009). Mentalization-based treatment for patients with borderline personality disorder: an overview. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 31(1): 72-75.
- Elms, A. C. (2001). Apocryphal Freud: Sigmund Freud's most famous "quotations" and their actual sources. *The Annual of Psychoanalysis*, 29: 83-104.
- Ensink, K.; Fonagy, P.; Normandin, L.; Berthelot, N.; Biberdzic, M. & Durval, J. (2015). O papel protetor da mentalização de experiências traumáticas: implicações quando da entrada na parentalidade. *Estilos da Clínica*, 20(1): 76-91.
- Faria, E. (1967). *Dicionário escolar latino-português*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação/Ministério da Educação e Cultura.
- Ferenczi, S. (1990). *Thalassa*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1924).
- Ffytche, M. (2014). *Origens do inconsciente de Schelling a Freud: o nascimento da psique moderna*. São Paulo: Cultrix.

- Figueiredo, L. C. (2014). *Cuidado, saúde e cultura*. São Paulo: Escuta.
- Figueiredo, L. C. (2018a). Trauma e dissociação na “contemporaneidade”: de volta ao assunto vinte anos depois! *Cadernos de Psicanálise do CPRJ*, 40(39): 91-108.
- Figueiredo, L. C. (2018b). *A psicanálise: caminhos no mundo em transformação*. São Paulo: Escuta.
- Figueiredo, L. C. & Coelho Junior, N. E. (2019). *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura: matrizes e modelos em psicanálise*. São Paulo: Blucher.
- Fonagy, P. & Allison, E. (2011). What is mentalization? The concept and its foundations in developmental research and social-cognitive neuroscience. In N. Midgley & I. Vrouva (Orgs.), *Keeping children in mind: mentalization-based interventions with children young people and their families*. Londres: Routledge.
- Fonagy, P. & Target, M. (2006). The mentalization-focused approach to self pathology. *Journal of Personality Disorders*, 20(6): 544-576.
- Freud, S. (1996a). Projeto para uma psicologia científica. In S. Freud, *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos* (Edição *standard* das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 1). Rio de Janeiro: Imago. (Original escrito em 1895 e publicado em 1950).
- Freud, S. (1996b). Estudos sobre a histeria. In S. Freud, *Estudos sobre a histeria (1893-1895)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 2). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado entre 1893 e 1895).
- Freud, S. (1996c). A interpretação dos sonhos. In S. Freud, *A interpretação dos sonhos (I)(1900)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 4). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1900).
- Freud, S. (1996d). Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. In S. Freud, *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana (1901)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 6). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1901).
- Freud, S. (1996e). Os chistes e sua relação com o inconsciente. In S. Freud, *Os chistes e sua relação com o inconsciente (1905)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 8). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905).
- Freud, S. (1996f). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (*dementia paranoides*). In S. Freud, *O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos (1911-1913)*(Edição *standard* brasileira das

obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 12). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1911).

Freud, S. (1996g). Totem e tabu. In S. Freud, *Totem e tabu e outros trabalhos (1913-1914)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 13). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913).

Freud, S. (1996h). Sobre o narcisismo: uma introdução. In S. Freud, *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 14). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914).

Freud, S. (1996i). Os instintos e suas vicissitudes. In S. Freud, *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 14). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915).

Freud, S. (1996j). Luto e melancolia. In S. Freud, *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 14). Rio de Janeiro: Imago. (Original escrito em 1915 e publicado em 1917).

Freud, S. (1996k). Sobre a transitoriedade. In S. Freud, *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 14). Rio de Janeiro: Imago. (Original escrito em 1915 e publicado em 1916).

Freud, S. (1996l). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 18). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1920).

Freud, S. (1996m). Dois verbetes de enciclopédia. In S. Freud, *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 18). Rio de Janeiro: Imago. (Original escrito em 1922 e publicado em 1923).

Freud, S. (1996n). O ego e o id. In S. Freud, *O ego e o id e outros trabalhos (1923-1925)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 19). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923).

Freud, S. (1996o). Inibições, sintomas e ansiedade. In S. Freud, *Um estudo autobiográfico, inibições, sintomas e ansiedade, análise leiga e outros trabalhos (1925-1926)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 20). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1926).

- Freud, S. (1996p). O futuro de uma ilusão. In S. Freud, *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)*(Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1927).
- Freud, S. (1996q). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)*(Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Original escrito em 1929 e publicado em 1930).
- Freud, S. (1996r). Conferência XXXI: A dissecação da personalidade psíquica. In S. Freud, *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos (1932-1936)*(Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 22). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1932).
- Geli, C. (2018, 07 fev.). Byung-Chul Han: “Hoje o indivíduo se explora e acredita que isso é realização”. *El País*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/07/cultura/1517989873_086219.html
- Graven, S. & Browne, J. (2008). Auditory development in the fetus and infant. *Newborn and Infant Nursing Reviews*, 8: 187-193.
- Green, A. (1988). *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta.
- Green, A. (2008). *Orientações para uma psicanálise contemporânea: desconhecimento e reconhecimento do inconsciente*. São Paulo: Imago.
- Grünewald, L. & Winograd, M. (2021). Artigo inédito.
- Guitard, J. (1996). True versus pseudo resilience: a theoretical exploration. (Tese de Doutorado). California School of Professional Psychology, California, Estados Unidos.
- Han, B.-C. (2010). *Sociedade do cansaço*. São Paulo: Vozes.
- Han, B.-C. (2017). *The scent of time*. Cambridge, Reino Unido: Polity.
- Han, B.-C. (2020). *Louvor da terra*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Hanus, M. (2006). Freud et Prométhée, un abord psychanalytique. In B. Cyrulnik & P. Durval (Orgs.), *Psychanalyse et résilience* (pp. 187-203). Paris: Odile Jacob.
- Holmes, J. (2006). Mentalizing from a psychoanalytic perspective: what's new? In J. G. Allen & P. Fonagy (Orgs.), *The handbook of mentalization based treatment* (pp. 31-50). Chichester: John Wiley & Sons.
- Ionescu, S. (2016). La résilience en psychologie et en psychiatrie. In S. Ionescu (Org.), *Résilience: ressemblances dans la diversité*. Paris: Odile Jacob.

- Ionescu, S. & Jourdan-Ionescu, C. (2010). Entre enthousiasme et rejet : l'ambivalence suscitée par le concept de résilience. *Bulletin de Psychologie*, 510 : 401-403.
- Kehl, M. R. (2017, mar 20). No divã com Maria Rita Kehl. *Sescsp.org.br*, 20/03/2017.
- Klein, M. (1968). *Envie et gratitude et autres essais*. Paris: Gallimard.
- Klein, M. (1975). *O sentimento de solidão*. Rio de Janeiro: Imago
- Kohut, H. (1977). *The restoration of the self*. New York: International University Press.
- Kohut, H. (1988). *Análise do self*. Rio de Janeiro: Imago.
- Krasnov, O. (2016, 09 maio). Cinco canções soviéticas que marcaram a Segunda Guerra. *Russia Beyond*. Recuperado de https://br.rbth.com/arte/musica/2016/05/09/cinco-cancoes-sovieticas-que-marcaram-a-segunda-guerra_590573
- Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (2001). *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1982).
- Lecomte, J. (2004). *Guérir de son enfance*. Paris: Odile Jacob.
- Mancini, A. D. & Bonanno, G. A. (2006). Resilience in the face of potential trauma: clinical practices and illustrations. *Journal of Clinical Psychology*, 62(8): 971-978.
- Macherey, P. (1995). *Introduction à l'Éthique de Spinoza*. Paris: PUF.
- Martins, A. & Séverac, P. (2012). *Spinoza et la psychanalyse*. Paris: Hermann Éditeurs.
- Marty, P. (1991). *Mentalisation et psychosomatique*. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond.
- Massie, H. & Szajnberg, N. (2006). My life is a longing: child abuse and its adult sequelae - Results of the Brody longitudinal study from birth to age 30. *The International Journal of Psycho-analysis*, 87: 471-96.
- Mezan, R. (2014). *O tronco e os ramos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Mijolla-Mellor, S. (2006). Sublimation et résilience. In B. Cyrulnik & P. Durval (Orgs.), *Psychanalyse et résilience* (pp. 167-185). Paris: Odile Jacob.
- Mishari, R. (1998). *Le corps et l'esprit dans la philosophie de Spinoza*. Le Plessis-Robinson, França: Institut Synthélabo.

- Mishari, R. (2001). *A felicidade: ensaio sobre a alegria*. Rio de Janeiro: Difel.
- Moraes, E. G. & Macedo, M. M. (2011). *Vivência de indiferença: do trauma ao ato-dor*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Morvan, M. (2012). [sem título]. In A. Martins & P. Séverac (Orgs.), *Spinoza et la psychanalyse*. Paris: Hermann Éditeurs.
- Moon, C.; Lagercrantz, H. & Kuhl, P. K. (2013). Language experienced in utero affects vowel perception after birth: a two-country study. *Acta Paediatrica*, 102(2): 156-160.
- Ogden, T. H. (2013). *Reverie e interpretação: captando algo humano*. São Paulo: Escuta.
- Ogilvie, B. (1993). *Spinoza dans la psychanalyse*. In O. Bloch (Org.), *Spinoza au XXe siècle* (pp. 549-575). Paris: PUF.
- Oliveira, M. T.; Winograd, M. & Fortes, I. (2016). A pulsão de morte contra a pulsão de morte: a negatividade necessária. *Psicologia Clínica*, 28(2): 69-88.
- Organização Mundial de Saúde – OMS. (1986). *Carta de Ottawa*. Recuperada de https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf
- Péruchon, M. (2013). Narcissisme, mentalisation et objet, fondement de la résilience: son devenir chez la personne âgée. In C. Bergeret-Amselek (Org.), *L'avancée en âge, un art de vivre* (pp. 75-111). Toulouse, França: Érès.
- Philips, A. (2008). *Louco para ser normal*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Prado, A. M. P. (1988). *Narcisismo e estados de estranhamento*. Rio de Janeiro: Imago.
- Prat, A. G. (2008). Os benefícios do ócio. In M. C. Cabeza & J. C. Martins (Orgs.), *Ócio para viver no século XXI*. Fortaleza: As Musas.
- Prigerson, H. G.; Maciejewski, P. K.; Reynolds, C. F.; Bierhals, A. J.; Newsom, J. T.; Fasiczka, A.; Frank, E.; Doman, J. & Miller, M. (1995). Inventory of complicated grief: a scale to measure maladaptive symptoms of loss. *Psychiatry Research*, 59(1-2): 65-79.
- Ramires, V. R. R. & Godinho, L. R. (2011). Psicoterapia baseada na mentalização de crianças que sofreram maus-tratos. *Psicologia em Estudo*, 16(1): 61-70.
- Salis, V. D. (2008). Ócio: da Antiguidade ao século XXI. In M. C. Cabeza & J. C. Martins (Orgs.), *Ócio para viver no século XXI*. Fortaleza: As Musas.
- Saraiva, F. R. S. (2000). *Novíssimo dicionário latino-português* (11ª ed.). Rio de Janeiro: Livraria Garnier.

- Schneider, J. (2003). Janus faced resilience in the analysis of severed traumatized patients. *Psychoanalytic Review*, 96(6): 896-887.
- Secunho, C. F. (2010). Aproximações e distanciamentos entre os princípios da resiliência e a teoria do desenvolvimento emocional primitivo de Winnicott. *Psicologia: Revista da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP*, 19(1): 119-145.
- Simmonds, J. G. (2006). The oceanic feeling and a sea change: historical challenges to reductionist attitudes to religion and spirit from within psychoanalysis. *Psychoanalytic Psychology*, 23(1): 128-142.
- Spielberger, C. D.; Biaggio, A. & Natalício, L. F. (1979). *Inventário de ansiedade traço estado: manual de psicologia aplicada*. Rio de Janeiro: CEPA.
- Spinoza, B. (2009). *Ética*. São Paulo: Autêntica.
- Souza, M. T. S. & Cervený, C. M. O. (2006). Resiliência psicológica: revisão da literatura e análise da produção científica. *Interamerican Journal of Psychology*, 40(1): 115-122.
- Sordi, A. O.; Manfro, G. G. & Hauck, S. (2011). O conceito de resiliência: diferentes olhares. *Revista Brasileira de Psicoterapia*, 13(2): 115-132.
- Stahlschmidt, A. P. M. (2002). A canção do desejo: da voz materna ao brincar com os sons a função da música na estruturação psíquica do bebê e sua constituição como sujeito. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Stern, D. (2010). *Les formes de vitalité*. Paris: Odile Jacob.
- Tisseron, S. (2006). Questions sur un mot, ou comment une théorie se fabrique dans se enjeux autant que dans ses énoncés? In B. Cyrulnik & P. Durval (Orgs.), *Psychanalyse et résilience* (pp. 275-288). Paris: Odile Jacob.
- Tisseron, S. (2007). *La resilience*. Paris: PUF.
- Turcke, C. (2010). *Sociedade excitada: filosofia da sensação*. Campinas: Unicamp.
- Tychev, C. & Lighezzolo-Alnot, J. (2006). La résilience au regard de la psychologie clinique psychanalytique. In B. Cyrulnik & P. Durval (Orgs.), *Psychanalyse et résilience* (pp. 127-154). Paris: Odile Jacob.
- Tychev, C.; Lighezzolo-Alnot, J.; Claudon, P.; Garnier, S. & Demogeot, N. (2012). Resilience, mentalization, and the development tutor: a psychoanalytic and projective approach. *Rorschachiana*, 33(1): 49-77.

- Ungaretti, M. S. (2013). Revisão literária sobre a relação de resiliência com conceitos psicanalíticos. *Diaphora*, 13(1): 63-69.
- Valent, P. (1998). Resilience in child survivors of Holocaust: toward the concept of resilience. *Psychoanalytic Review*, 85(4): 517-535.
- Winnicott, D. W. (1971). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1983). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1965).
- Winnicott, D. W. (1990). *Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (2000a). Desenvolvimento emocional primitivo. In D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise* (pp. 269-286). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1945).
- Winnicott, D. W. (2000b). A mente e sua relação com o psique-soma. In D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise* (pp. 406-426). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1949).
- Winnicott, D. W. (2011). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1965).